

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Fonte: Acervo pessoal – Prof. Rafael Almeida de Freitas (2023)

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

(Resolução COEPE/UEMG nº 543, de 04 de fevereiro de 2026 –
Aprova as alterações do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia da
Unidade Acadêmica de Carangola)

CARANGOLA
2026

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Prof^a. Lavínia Rosa Rodrigues
Reitora da Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof. Thiago Torres Costa Pereira
Vice-Reitor da Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof^a. Patrícia Maria Caetano de Araújo
Pró-Reitora de Graduação

Prof. Moacir Laterza Filho
Pró-Reitora de Extensão

Prof^a. Vanesca Korasaki
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-graduação

Prof. Silvia Cunha Capanema
Pró-Reitor de Planejamento, Gestão e Finanças

Prof. Custódio Jovêncio Barbosa Filho
Diretor da Unidade Carangola

Prof. Rafael Almeida de Freitas
Coordenador do Curso de Pedagogia

Prof. Ramon Mendes da Costa Magalhães
Chefe do Departamento de Educação, Linguística e Letras

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIVERSIDADE

Instituição de Ensino Superior	Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG
Natureza Jurídica	Autarquia Estadual
Representante Legal – Reitora	Lavínia Rosa Rodrigues
Endereço da sede e Reitoria	Av. Presidente Antônio Carlos, 7545 - São Luiz, Belo Horizonte - MG, 31275-083 CNPJ: 65.172.579/0001-15 Site da Universidade: https://www.uemg.br/
CNPJ	65.172.579/0001-15
Ato de criação	Art. 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Mineira de 1989.
Ato regulatório de Credenciamento	Lei Estadual de Minas Gerais nº 11.539 de 22 de julho de 1994.
Ato regulatório de Recredenciamento	Resolução SEE nº 5.010 de 10/05/2024, publicada em 11 de maio de 2024.
Ato regulatório de credenciamento para oferta de cursos a distância	Portaria Normativa nº 1.402, publicada em 07 de novembro de 2017.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Unidade Acadêmica	Carangola
Esfera Administrativa	Estadual
Curso	Pedagogia
Habilitação	Licenciatura
Modalidade do Curso	Presencial
Turno de Funcionamento	Noturno
Tempo de Integralização	Mínima: 4 anos (8 semestres) / Máxima: 7 anos (14 semestres)
Número de vagas ofertada	40 vagas
Regime de matrícula	Semestral e por disciplinas
Regime de ingresso	Anual
Carga horária total do curso	3.255 correspondente a 217 créditos
Formas de ingresso	Vestibular próprio, SISU, Reopção, Transferência e Obtenção de Novo Título.
Dias Letivos Semanais	06 (seis) dias (de segunda-feira à sábado)
Dias Letivos Anuais	200 dias
Ato Regulatório de Reconhecimento	Resolução SEE nº 4.890, de 10 de agosto de 2023, publicada em 11/08/2023
Endereço de funcionamento	Praça dos Estudantes, n.º 23 – Bairro: Santa Emilia, CEP 36800-000 – Carangola – MG,
Telefone	(32) 3741-2307
Site da Unidade	https://uemg.br/carangola

**EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA PARA VIGÊNCIA A PARTIR DO
PRIMEIRO SEMESTRE DE 2026**

Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Prof^a. Dra. Elizete Oliveira de Andrade (Presidente)

Prof.^a Dra. Amanda Cristine Corrêa Lopes Bitencourt

Prof^a. Dra. Judilma Aline de Oliveira Silva

Prof^a. Dra. Magda Dezotti

Prof. Dr. Rafael Almeida de Freitas

Lista de Quadros

Quadro 1: Núcleo I – Estudos de Formação Geral	36
Quadro 2: Núcleo II – Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional	37
Quadro 3: Núcleo III – Atividades Acadêmicas de Extensão	39
Quadro 4: Núcleo IV – Estágio Curricular Supervisionado.....	40
Quadro 5: Carga horária total do Núcleos de Estudos	40
Quadro 6: Matriz Curricular do Curso de Pedagogia	41
Quadro 7: Disciplinas Optativas	44
Quadro 8: Estágio Supervisionado	47

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	6
2 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	7
2.1 Histórico da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG	7
2.2 Competência e Finalidades da UEMG	8
2.3 A Unidade Carangola.....	9
2.4 História e Perfil do Curso de Pedagogia	12
3 JUSTIFICATIVA.....	16
4. CONCEPÇÃO DO CURSO	21
4.1 Objetivos do Curso.....	25
4.2 Perfil Profissional.....	26
4.2.1 Perfil do Egresso.....	28
4.3 Competências e Habilidades	29
3.4.1 Quanto às competências.....	29
3.5.2 Quanto às Habilidades	30
5 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	33
5.1 Regime de Matrícula.....	33
5.2 Metodologia de Ensino	33
5.2.1 Modalidade de oferta	34
5.2.2 Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem.....	34
5.3 Duração e Carga Horária Mínima.....	35
5.4 Conteúdos Curriculares.....	35
5.4.1 Núcleo I.....	36
5.4.2 Núcleo II.....	37
5.4.3 Núcleo III.....	38
5.4.4 Núcleo IV	39
5.4.5 Carga Horária por grupos de estudo	40
5.4.6 Matriz Curricular do Curso de Pedagogia.....	41
5.4.6 Disciplinas Optativas	44
5.5 Estágio Curricular Supervisionado	44
5.6 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).....	49
5.7 Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE).....	51
6. GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO.....	53
6.1 O Colegiado do Curso de Pedagogia	53
6.2 Atuação do Núcleo Docente Estruturante (NDE)	54
6.3 Departamento de Educação, Linguística e Letras (DELL)	55
7 ATIVIDADES DE PESQUISA E EXTENSÃO	56

8 SISTEMA DE AVALIAÇÃO	57
8.1 Avaliação do Curso e do Projeto Pedagógico.....	57
8.2 Avaliação dos Docentes.....	57
8.3 Avaliação dos Discentes	57
8.4 Comissão Própria de Avaliação (CPA).....	58
9 ASSISTÊNCIA E APOIO PSICOPEDAGÓGICO AO ESTUDANTE	60
9.1 Programa Estadual de Assistência Estudantil (PEAES), Programa de Apoio à Pesquisa (PAPq) e Programa de Apoio a Projetos de Extensão (PAEX)	60
9.2 Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE).....	61
10 INFRAESTRUTURA	62
10.1 Laboratório de Informática	63
10.2 Biblioteca	64
10.3 Brinquedoteca	67
10.4 Laboratório de Práticas Pedagógicas	68
REFERÊNCIAS.....	69
APÊNDICE 01 – EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	77
APÊNDICE 02 – EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS.....	122
APÊNDICE 03 – REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO	128
APÊNDICE 04 – REGULAMENTO PARA A ELABORAÇÃO DE TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC).....	140
APÊNDICE 05 – REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS DE EXTENSÃO	150
APÊNDICE 06 - REGULAMENTO DA BRINQUEDOTECA DO CURSO DE PEDAGOGIA – UEMG UNIDADE ACADÊMICA DE CARANGOLA.....	152
ANEXOS.....	155
ANEXO 01 – REGULAMENTO INTERNO PARA USO DO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA.....	156
ANEXO 02 – REGULAMENTO INTERNO PARA USO DO LABORATÓRIO DE PRÁTICAS	158

1 APRESENTAÇÃO

Para a Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG / Unidade Carangola, o projeto pedagógico deve ser, antes de tudo, uma ação consciente e planejada com vistas ao futuro. Visa, portanto, traçar ações curriculares e extracurriculares que possam desenvolver habilidades profissionais de seus estudantes, levando em conta, ainda, as perspectivas e condições do mercado de trabalho regional e as demandas globais.

O presente documento formaliza o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG / Unidade Carangola que se submete à apreciação das instâncias do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais. O projeto reflete os esforços da comunidade acadêmica no sentido de cumprir os princípios filosóficos, políticos e pedagógicos demarcados e as estratégias de ação para executá-lo.

Com o claro propósito de ofertar ao educando uma formação sólida e holística que concorra para o desenvolvimento sustentável do Estado de Minas Gerais, a proposta do Curso enfatizará o comprometimento institucional com a educação para a cidadania, o bem comum, a ética e a pluralidade cultural. Ademais, alinha-se com os paradigmas contemporâneos de formação profissional e as ações educativas que respondem à atual política brasileira para a área.

Com a adoção do processo participativo do Núcleo Docente Estruturante (NDE) na preparação e atualização periódica deste Projeto Pedagógico deseja-se comprometer cada um dos participantes com o desafio de conduzir os trabalhos exitosamente. Em razão do exposto e desejando contribuir para a sustentação de prioridades e o enfrentamento dos desafios da contemporaneidade, com senso e determinação em pensar constantemente as próprias ações, avaliando resultados e perspectivas, apresenta-se o presente Projeto Pedagógico como instrumento a nortear o Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia com base nos seus postulados e em sintonia com as transformações no campo da educação tecnológica, do trabalho e da sociedade.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 Histórico da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG

O processo constituinte mineiro consagrou uma nova Constituição, contemplando, no artigo 81, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias de 1989, a criação da UEMG como entidade pública sob a forma de autarquia de regime especial. Sua estrutura foi definida pela Lei 11.539, de 22 de julho de 1994 e seu Estatuto foi aprovado pelo Decreto nº. 36.898, de 24 de maio de 1995. O reconhecimento da UEMG se deu pelo Conselho Estadual de Educação, publicado no Diário de Minas Gerais, órgão oficial do Estado, em 28 de fevereiro de 1996.

A instalação das unidades da Universidade do Estado de Minas Gerais e criação dos campi levou em consideração as regiões densamente povoadas não atendidas por ensino público superior, segundo sua vocação regional. A UEMG nasce multicampi com a incorporação de fundações públicas, que ofereciam basicamente o ensino de graduação. Sua criação foi norteadada pela premissa do máximo aproveitamento da rede de ensino superior já instalada no Estado.

Na capital, com a aprovação da Lei nº. 11.539, de 1994, o campus de Belo Horizonte incorporou os cursos de quatro escolas que já pertenciam ao Estado: a Escola Guignard (criada em 1943), Escola de Artes Plásticas (atual Escola de Design) (1955), Escola de Música (1954) e o Curso de Pedagogia do IEMG (1970), atual Faculdade de Educação.

Na mesma perspectiva, em 2002, foi criado o Instituto Superior de Educação “Dona Itália Franco”, em Barbacena. No mesmo ano, a UEMG, em convênio com a Autarquia Municipal de Ensino de Poços de Caldas, inicia a oferta do curso (fora de sede) de Pedagogia da Faculdade de Educação do Campus de Belo Horizonte. A Faculdade de Políticas Públicas Tancredo Neves foi criada em 2005, e em 2006, é criada a Faculdade de Engenharia de João Monlevade. Ainda em 2006, é ofertado um curso (fora de sede) em Design, no município de Ubá. Em 2007, a Unidade da UEMG em Frutal foi estadualizada, e, em 2011, a Unidade de Leopoldina foi inaugurada.

A partir de 2013, a UEMG retoma um novo processo de expansão com o início da incorporação dos cursos oferecidos por seis fundações associadas do interior do Estado, com sedes em Campanha (criada em 1966), Carangola (1970), Diamantina (1968), Divinópolis (1964), Ituiutaba (criada em 1963, mas com oferecimento de cursos superiores a partir de 1970) e Passos (1965). Também em 2013, foram incorporados os cursos mantidos pela Fundação Helena Antipoff, que são vinculados ao Instituto de Educação Superior Anísio Teixeira, em Ibirité, e que eram oferecidos desde 2001.

Entre os anos de 2013 e 2014, a estadualização de fundações privadas de ensino superior

fez saltar de 6 mil para mais de 20 mil o número de alunos matriculados, tornando a Universidade uma das maiores instituições públicas de ensino superior de Minas Gerais. Deste número, cerca de 70% vêm de escolas públicas. Nesse sentido, a UEMG representa, em algumas regiões, a única possibilidade de acesso à universidade pública para as parcelas mais desfavorecidas da população.

Em 2017, foi aprovada pelo Conselho Universitário a transformação, em Unidade Acadêmica, do curso fora de sede, em Poços de Caldas, que foi desvinculado da FaE/CBH. Duas outras unidades passaram por processo semelhante no mesmo ano: os cursos de Abaeté (2002) e de Cláudio (2001), que foram desvinculados da unidade de Divinópolis.

Em dezembro de 2018, a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova a legislação que autoriza o Governo do Estado a assumir o passivo das fundações, bem como a transferência de bens para a UEMG (29 anos depois da criação da Constituição Estadual) – situação que foi acolhida e está sendo implementada pela Secretaria de Estado da Fazenda, com acompanhamento da Controladoria Geral do Estado e da Advocacia Geral do Estado.

Contando com 22 Unidades Acadêmicas distribuídas em 19 municípios do Estado, a UEMG¹ tem ampliado, nos últimos anos, sua atuação e a oferta de cursos. Atualmente, disponibiliza 141 cursos de graduação presenciais, seis cursos de graduação a distância, além de 27 cursos de pós-graduação lato sensu, 12 cursos de mestrado e cinco de doutorado. Essa expansão, associada à política de cotas implementada a partir de 2005, tem possibilitado não apenas o acesso de um número cada vez maior de estudantes ao ensino superior, mas também sua efetiva inclusão social, por meio de uma formação simultaneamente profissional e cidadã.

2.2 Competência e Finalidades da UEMG

As finalidades e competências da UEMG foram instituídas pelo Decreto nº 48.746, de 29 de dezembro de 2023, que “Estabelece as finalidades, competências e descrições das unidades administrativas da Universidade do Estado de Minas Gerais e dá outras providências” com o fito de promover atividades de ensino superior, pesquisa e extensão, observadas as políticas da Secretaria de Estado de Educação (SEE), com atribuições de:

- contribuir para a formação da consciência regional, produzir e difundir o conhecimento dos problemas e das potencialidades do Estado;
- elevar o padrão de qualidade do ensino e promover a articulação entre ciência,

¹ <https://uemg.br/home/universidade/uemg-em-numeros>

- tecnologia, arte e humanidades em programas de ensino, de pesquisa e de extensão;
- desenvolver as bases científicas e tecnológicas necessárias ao melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais disponíveis, dos bens e serviços requeridos para o bem-estar social;
 - formar recursos humanos necessários à transformação e à manutenção das funções sociais;
 - construir referencial crítico para o desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e humanístico nas diferentes regiões do Estado, respeitadas suas características culturais e ambientais;
 - oferecer alternativas de solução para os problemas específicos da população à margem da produção da riqueza material e cultural;
 - assessorar governos municipais, grupos socioculturais e entidades representativas no planejamento e na execução de projetos específicos;
 - promover ideais de liberdade e solidariedade para a formação da cidadania nas relações sociais;
 - desenvolver intercâmbio cultural, artístico, científico e tecnológico com instituições nacionais e internacionais;
 - contribuir para a melhoria da qualidade de vida das regiões mineiras.

2.3 A Unidade Carangola

A Unidade Carangola originou-se da Fundação FAFILE, que teve início na década de 1970, quando a cidade de Carangola demandava por programas de formação superior, principalmente, por cursos de Licenciatura, uma vez que a população estudantil procurava os grandes centros, distantes de sua residência o que, além dos transtornos que acarretava, implicava gastos extras, muitas vezes, incompatíveis com o poder aquisitivo da comunidade.

A região de Carangola está economicamente apoiada na agropecuária, especialmente nas produções de café, leite e nas lavouras de milho e feijão. Na indústria, destacam-se os laticínios para produção de leite e derivados. A cidade, apesar de pequena, ocupa uma posição estratégica funcionando como um polo de referência para mais de 11 municípios, oferecendo serviços nas áreas de saúde, educação e comércio. Próxima ao Parque Nacional do Caparaó e à Serra do Brigadeiro, ela faz parte de alguns dos circuitos turísticos como Minas-Rio e Pico da Bandeira.

O município de Carangola foi fundado em meados do século XIX e se destacou como

um polo regional na indústria e um grande produtor de café no início do século XX, localizado na Zona da Mata Mineira, região de elo entre os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Carangola é um município de pequeno porte, com pouco mais de 30 mil habitantes — 31.240, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) — e população estimada de 32.134 pessoas para o ano de 2025.

A área de influência da Unidade Acadêmica deste município envolve, principalmente, a Superintendência Regional de Ensino de Carangola – 5ª SRE, a qual é composta por 11 (onze) cidades com 232 escolas, sendo 33 estaduais, 181 municipais e 18 privadas. Engloba ainda outros municípios do Estado de Minas Gerais pertencentes a outras Superintendências de Ensino, como Alto Jequitibá, Betim, Congonhas, Leopoldina, Manhuaçu, Manhumirim, Ouro Preto, Pedra Bonita, São Francisco do Glória, São João do Manhuaçu, Santa Margarida, Teófilo Otoni. Além dos municípios mineiros já mencionados, a área de influência da Unidade Acadêmica de Carangola se estende, ainda, para municípios do Estado do Rio de Janeiro como Angra dos Reis, Rio de Janeiro, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua e Volta Redonda, para os municípios do sul capixaba como Alegre, Dolores do Rio Preto, Guacuí e Venda Nova do Imigrante e do Estado de São Paulo como Osasco, Sertãozinho e Cruzeiro, além dos estados do Amazonas e da Bahia (Azevedo; Andrade, 2020).

Visando atender a essa necessidade social da região, a Fundação FAFILE de Carangola solicitou o credenciamento de sua mantida, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola – FAFILE que iniciou suas atividades com a oferta dos seguintes Cursos de Licenciatura: Ciências/Matemática, História, Letras e Pedagogia, autorizados pelo Decreto nº 70.411, de 14 de abril de 1972, que “autoriza o Funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola/MG”, publicado no “Diário Oficial da União” em 17 de abril de 1972. Em seguida, são instalados os cursos de Geografia, autorizados pelo Decreto Estadual nº 41.547, publicado no “Minas Gerais” de 20 de fevereiro de 2001 e Ciências Biológicas autorizado pelo Decreto Estadual nº 43.153, publicado no “Minas Gerais” de 11 de janeiro de 2003. Em 2002, o Decreto CEE/Nº 42.624 de 02 de agosto de 2002, credenciou a Faculdade de Ciências Exatas – FACEX para implantação do Curso de Sistemas de Informação, autorizado pelo Decreto Estadual nº 42.824, publicado no “Minas Gerais”. Entretanto, a criação de novos cursos aliada à necessidade da articulação das atividades pedagógicas e administrativas das IES levou a mantenedora a solicitar a junção de suas mantidas.

Em 10 de fevereiro de 2007, foram criadas as Faculdades Vale do Carangola – FAVALE, pela junção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola- FAFILE e

da Faculdade de Ciências Exatas – FACEX, mantidas pela Fundação FAFILE de Carangola, obtendo no mesmo ano autorização para o funcionamento dos cursos de Administração e de Turismo e em 2008, o Curso de Serviço Social.

Em 2005, foi implementada a Escola de Formação Profissional com priorização inicial da área Agropecuária. Na tentativa de expandir sua atuação, bem como iniciar um Programa de Formação Continuada foram ofertados cursos de Qualificação Profissional em parceria com o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT; Telessalas de Minas, conveniadas com Prefeituras Municipais do entorno da IES; – Programa de Capacitação de Professores do Ensino Médio – Pró Ciências patrocinados pela CAPES/ME, SEMT/MEC, SECT/MG e SEE/MG; – Programa de Capacitação de Professores – PROCAP –Escola Sagarana, por meio do Edital de Licitação nº 04/2000 da SEE/MG; Programa para Avaliação da Escola Pública de Minas Gerais – SIMAVE/PROEB, nos anos de 2000 e 2001, atendendo a todos os alunos da SRE de Carangola e da SRE de Manhuaçu; – Projeto Veredas – Formação Superior de Professores para atuarem nos anos iniciais do Ensino Fundamental, modalidade a Distância, capacitando 422 professores em exercício nas Escolas Públicas das SRE de Guanhães e de Governador Valadares.

Sediada na Praça dos Estudantes, 23, Bairro Santa Emília, município de Carangola, ao longo de sua trajetória na área de educação por mais de 40 anos, a FAVALE se dedicou à formação inicial e continuada de professores da Educação Básica qualificando no período 1976 – 2011, 8.437 profissionais.

Foi no ano de 2013, após 24 anos da possibilidade de se tornar uma instituição pública e gratuita, por meio do Decreto nº. 46.359, de 30 de novembro de 2013, que a Fundação Fafile de Carangola foi absorvida pela UEMG, tornando-se, assim, Unidade Acadêmica desta instituição situada na Zona da Mata Mineira, região que se configura numa porção regional caracterizada pelo domínio de pequenos municípios com predominância de atividades do setor primário e terciário (IBGE, 2010) e na microrregião de Muriaé, MG, que reforça as características com ênfase na cafeicultura, pecuária e setor de serviços.

Em 2020, a Unidade passou a contar com professores concursados, reforçando a qualidade do ensino superior público ofertado, bem como o tripé: ensino, pesquisa e extensão.

Dentre as estratégias adotadas pela Instituição para sua expansão qualitativa, ressaltam-se: a criação de novos cursos de graduação, a implantação de parcerias com órgãos de fomento local, regional, estadual e federal; a organização em Departamentos e Núcleos, desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, criação de Grupos de Pesquisa cadastrados no diretório do CNPq.

Atualmente, são ofertados os seguintes cursos presenciais de graduação na Unidade: Administração; Ciências Biológicas; Geografia; História; Letras - Português e Inglês; Matemática; Pedagogia; Serviço Social; e Sistemas de Informação. Oferta ainda o curso tecnólogo em Tecnologia em Gestão Sustentável do Turismo em Educação a Distância (EaD).

Em 2020, a Unidade passou a se organizar em departamentos, sendo composta por: Departamento de Ciências Biológicas (DCB); Departamento de Ciências Exatas (DCE); Departamento de Ciências Humanas (DCH); Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA); e Departamento de Educação, Linguística e Letras (DELL).

Além dos Departamentos, a Unidade se constitui das seguintes coordenações e núcleos: Pesquisa e Extensão; CPA / UEMG / Unidade Carangola e Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE).

2.4 História e Perfil do Curso de Pedagogia

O curso de Pedagogia nasceu concomitantemente à criação da Fundação FAFILE de Carangola nos anos de 1970. Como dito anteriormente, o curso foi credenciado pelo Decreto nº. 70.411, publicado no Diário Oficial da União de 17 de abril de 1972. O curso obteve seu reconhecimento em dezembro de 1976, com o Decreto de nº 70.019. Durante os anos seguintes, vários cursos e outra faculdade, a de Ciências Exatas foram credenciados pela Fundação FAFILE de Carangola. Entretanto, a criação de novos cursos aliada à necessidade da articulação das atividades pedagógicas e administrativas das IES levou a mantenedora a solicitar a junção de suas mantidas.

A partir do Decreto nº. 46.539, de 30 de novembro de 2013, a Fundação FAFILE foi absorvida pela Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG e passou a denominar-se Unidade Carangola.

Assim, o Curso de Pedagogia implantado em 1972 já formou até 2022, 3.344 alunos. É um curso presencial, com a possibilidade de oferecimento de disciplinas semipresenciais, criado para atender às necessidades da população de Carangola e região, constituída por jovens que, em sua maioria, desenvolvem atividades laborais durante o dia, com renda média próxima ao salário mínimo. Trata-se de uma alternativa atraente para os estudantes que buscam qualificação profissional e remuneração melhor em relação à realidade pregressa.

Importante destacar que o contexto histórico tem mostrado que os cursos de formação de professores, mais especificamente o Curso de Pedagogia, têm sua estrutura curricular regulamentada por diferentes e consecutivas legislações. Essa prática reveladora da

descontinuidade e da indefinição em relação à formação desse profissional da educação vem orientando, por muitos anos, os debates, as polêmicas e as discussões dos educadores.

Durante os mais de 40 anos de experiência do Curso de Pedagogia, ocorreram várias alterações curriculares, todas visando à atualização dos conteúdos ministrados, à reorganização da estrutura das disciplinas, à ampliação dos conhecimentos ensinados e/ou à adequação às exigências da legislação em vigor.

Dessa forma, o curso passou por várias modificações quanto à atuação profissional de seu licenciado. Com a Portaria de nº 313, de maio de 1989 foram reconhecidas as habilitações em “Supervisão Escolar e Orientação Educacional”. E, através por meio do Parecer do CEE de nº 643/99, passou a oferecer, também, o apostilamento para o “Magistério nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental”. O curso foi reconhecido pelo Decreto Estadual/MG de 14 de julho de 2005.

Entretanto, com a homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (Brasil, 2006), Resolução nº. 1/2006, o curso foi novamente reformulado passando a oferecer uma formação mais completa aos graduandos. O art. 2º, da referida resolução dispõe que o curso deve se dedicar:

À formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

§ 1º Compreende-se a docência como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo. (BRASIL, 2006, p. 1).

Nesse sentido, o Curso de Pedagogia ampliou sua concepção de docência para incluir os processos de coordenação e gestão, os processos educativos para além do espaço escolar, as estratégias de ensino para cada etapa da vida humana.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, Resolução nº. 1 de 2006 (Brasil, 2006) orientam para o fortalecimento da identidade do curso de Pedagogia, tendo a docência e a gestão dos processos educativos como base da formação desse profissional da educação. Para alcançar esse fortalecimento, o curso conta com um corpo docente composto por mestres e doutores.

Para o acompanhamento dos egressos dos cursos, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Unidade Carangola sugeriu a criação de um banco de dados, posteriormente

implementado pela gestão por meio de um formulário eletrônico. O instrumento circula desde junho de 2022, pelo link <https://forms.office.com/r/Uww0ss08HP>, possibilitando a formação de um banco de dados que localiza os egressos e viabiliza o contato direto para a divulgação de eventos, oportunidades de trabalho, ações de formação docente continuada, cursos de pós-graduação, entre outras informações relevantes.

Hoje, a reestruturação deste Projeto se faz necessária para atender aos novos marcos legais como, por exemplo, as normativas da Resolução CNE/CP n.º 4, de 29 de maio de 2024. Também buscamos flexibilizar a Matriz Curricular a fim de possibilitar ao estudante optar/escolher disciplinas que atendam aos seus interesses. Pretende-se, com a reformulação, que o Curso de Pedagogia, diante da sociedade da informação, constitua-se como formador de professores aptos a procederem à mediação entre essa sociedade e os alunos, entendendo que conhecer não se reduz a informar (Pimenta, 2009). Considera-se ainda que a maioria dos formandos vão lidar com a infância como principal fonte de prática e ação. Dessa forma, este Projeto Pedagógico se vê imerso no paradigma que compreende a educação como possibilidade de crianças e jovens viverem experiências plurais, o que significa considerar as diferentes infâncias na sociedade atual.

Não se pode desconsiderar que os recentes e intensos impactos socioeconômicos e histórico-culturais, que velozmente se propagam e afetam em diferentes graus a rotina de todos os segmentos sociais, tenham também consequências na educação e na formação do profissional, em especial, o da educação.

Busca-se, com esse novo desenho, que o egresso do Curso de Pedagogia tenha domínio do conteúdo e a compreensão crítica daquilo que ensina e faz; conheça as novas tecnologias e que as utilize, de acordo com o projeto político de emancipação do ser humano; que tenha na sua formação uma especificidade que contribua para o trabalho coletivo e interdisciplinar na escola; e que tenha a compreensão das relações entre a escola e a sociedade.

Nessa perspectiva, salientamos a possibilidade de ofertar disciplinas com carga horária a distância com a utilização da plataforma *moodle*, pois, sabemos que esse ambiente colaborativo de aprendizagem permite ao estudante desenvolver um papel ativo no processo de reflexão na ação, na interatividade e na colaboração entre os envolvidos de modo a desenvolver uma aprendizagem significativa.

O curso poderá ofertar disciplinas à distância (EaD). Caberá ao colegiado do curso aprovar, ou não, a oferta de disciplinas à distância para garantir a consolidação curricular.

Durante o curso, propõe-se uma integração forte entre os componentes curriculares e as

práticas da sala de aula na escola de forma geral, priorizando vivências do universo educacional em que são privilegiadas as relações que perpassam a infância e a sociedade, o que significa considerar as diferentes infâncias da atualidade e nos remete à ideia de diversidade. Este aspecto nos leva a pensar sob um ponto que é fundamental e diz respeito a como as práticas sociais das crianças estão relacionadas à cultura na qual ela está inserida. O que incorre em lidarmos com as diferenças com ênfase na diversidade e no multiculturalismo.

Buscamos desenvolver um conjunto de saberes que envolvem uma reflexão problematizada acerca das práticas pedagógicas voltadas para a educação da criança. Saberes esses discutidos nas disciplinas Educação Infantil, Práticas Educativas de Educação Infantil na creche, Práticas Educativas de Educação Infantil na pré-escola, Psicologia da Educação e Psicologia da Aprendizagem e do desenvolvimento. Entendemos as crianças como produtoras de cultura, constituídas a partir de sua classe social, etnia, gênero, educação sexual e com diferenças físicas, psicológicas e culturais, seres que “interagem, aprendem, formam-se e transformam; como sujeitos ativos, participam e intervêm na realidade; suas ações são maneiras de reelaborar e recriar o mundo” (Kramer, Nunes; Corsino, 2011, p. 71).

Nesse sentido, se faz necessário repensar o curso de licenciatura em Pedagogia para além das concepções que associam educação à instrução, o que significa abranger discussões que levem em conta o entrelaçamento entre infância, sociedade e educação no que tange às questões de gênero, raça e etnia, posição ideopolíticas e ideo religiosas, etc., considerando ainda um maior grau de complexidade em torno do saber docente aplicado ao campo da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

3 JUSTIFICATIVA

O processo de reestruturação do presente Projeto Pedagógico Curricular do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG / Unidade Carangola se deu inicialmente por meio de debates com a coordenação, o Núcleo Docente Estruturante, os professores e os alunos, tendo em vista oportunizar uma maior participação de todos os envolvidos no Curso. Essa participação aconteceu de modo efetivo e dinâmico, a partir de estudos e debates acerca das informações contidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia – Resolução CNE nº 1, de 15 de maio de 2006 que norteiam os princípios teóricos e metodológicos da prática educativa e da reflexão sobre a formação e do fazer do Licenciado em Pedagogia, bem como das orientações da Resolução CNE/CP nº. 4 de 29 de maio de 2024, que “dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura)”.

Ao considerar o disposto nesses documentos e o resultado dos debates e das opiniões dos envolvidos no processo, a reestruturação do presente Projeto Pedagógico tem como ponto de partida o compromisso social, incorporado à conjuntura contemporânea, às legislações atuais e às orientações a respeito da estruturação curricular, além das condições de oferta do Curso e das formas de organização do processo ensino-aprendizagem. Como afirma Freire (1996, p. 26):

Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar aprender participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e a seriedade.

Dessa forma, este projeto sistematiza as ideias e a percepção coletiva dos professores da área específica do curso, daqueles que ministram as disciplinas de caráter geral, como também as ideias, opiniões e sugestões do corpo discente, sempre à procura de caminhos que deem conta da complexidade e singularidade da atuação profissional dos egressos. Trata-se, portanto, de um esforço conjunto na busca das reformulações que se fazem necessárias para fazer com que a docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, como também a gestão de processos educativos escolares e não escolares, se torne a base da formação do profissional Licenciado em Pedagogia. Busca-se, desta forma, contribuir para a

formação de profissionais aptos para atuar em instituições escolares e não escolares de acordo com as novas exigências da comunidade escolar e as novas estruturas organizativas do mundo atual.

A UEMG, desde 2011, compreende a necessidade de reformulações curriculares de modo a promover a atualização e flexibilização dos currículos dos cursos de graduação das Unidades de Ensino. Desse modo, este projeto pedagógico inclui a matrícula por disciplina, sistema de créditos e diminuição de pré-requisitos no curso de Pedagogia, buscando a versatilidade na formação do estudante. Esta nova estrutura insere-se na matriz curricular, além das disciplinas obrigatórias e as disciplinas optativas.

As disciplinas obrigatórias são selecionadas com base nas diretrizes curriculares do curso, sendo componentes básicos para o desenvolvimento do estudante. As disciplinas optativas serão elencadas pelo curso e oferecidas por semestre. Todas as disciplinas são dispostas e estruturadas sob a forma de créditos.

No decorrer da estruturação do presente documento, procurou-se contemplar uma concepção de currículo que permita ao aluno do Curso de Pedagogia interagir com as diversas áreas do saber pedagógico: o Ensino, com base nas teorias e procedimentos didático-metodológicos; a Pesquisa, como forma de articular e aprofundar temas de interesse, revisitando teoria e prática, como fontes de produção de novos conhecimentos e, a Extensão, permitindo aos alunos o contato com as iniciativas educacionais presentes na comunidade universitária e fora dela, como suportes básicos para a elaboração e a produção de trabalhos científicos. Essas áreas, em conjunto, favorecem a formação do saber construído, baseado em critérios de cientificidade, que permitem a atuação do professor de forma crítica, reflexiva e consciente, exercendo sua cidadania pessoal e ocupando o seu espaço profissional.

Este documento está estruturado da seguinte forma: nos Dados de Identificação da Universidade do Estado de Minas Gerais constam informações como natureza jurídica, representante legal, endereço da sede e reitoria, CNPJ, além dos atos de criação e regulatórios da Universidade; nos Dados de Identificação do Curso, por sua vez, são apresentadas as informações preliminares como modalidade, área de formação, período de integralização do Curso e carga horária total. Na sequência, são apresentados, sucintamente, o histórico da UEMG, da Unidade Carangola e a história do Curso de Pedagogia enfatizando a área de influência da Unidade Carangola e as demandas de natureza econômica e social, em termos quantificáveis que justificam o oferecimento do curso de Pedagogia. Também é destacado o percurso do curso durante seus mais de 50 anos, bem como suas especificidades frente às

exigências das novas leis; a composição do corpo docente; as referências teóricas que fundamentam o projeto e os objetivos do curso. Em seguida, são apresentados: o perfil do profissional a ser formado e as competências e habilidades de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia. Na seção seguinte, a Estrutura e os Conteúdos Curriculares do curso; as metodologias e recursos didáticos a serem utilizados; a duração da carga horária; os conteúdos curriculares e seus núcleos de estudos: Núcleo de Formação Geral (EFG), Núcleo de Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional (ACCE), Núcleo das Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE) e Núcleo de Estágio Curricular Supervisionado (ECS). É apresentada também, a Matriz Curricular do curso de Pedagogia. Em seguida, descreve-se o Estágio Curricular Supervisionado; as Atividades Acadêmicas de Extensão e o Trabalho de Conclusão de Curso. Posteriormente, apresentamos a organização geral do Curso, destacando: o Colegiado do Curso e a atuação do Núcleo Docente Estruturante. Mais à frente, apresentamos as atividades de Pesquisa e Extensão desenvolvidas e o Sistema de Avaliação.

Na sequência, são apresentadas a Infraestrutura da UEMG: as salas de aula; os laboratórios disponíveis; a Brinquedoteca, a política de atualização e expansão do acervo bibliográfico e as referências bibliográficas. Nos apêndices e anexos, apresentamos as ementas das disciplinas obrigatórias e optativas com a bibliografia básica e a bibliografia complementar, além dos Regulamentos para o Estágio Supervisionado; o Trabalho de Conclusão de Curso; as Atividades Acadêmicas de Extensão; a Brinquedoteca; o Laboratório de Informática; e o Laboratório de Práticas Pedagógicas.

É também importante ressaltar que este Projeto Pedagógico não é um documento definitivo. Ao contrário, tem um caráter dinâmico, possibilitando mudanças provenientes de discussões futuras, levando-se em consideração os interesses e as necessidades do público ao qual se destina na busca constante da formação de um profissional capaz de promover meios para a construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária, capaz de acompanhar as tendências de um mundo pluralista e repleto de desafios / transformações e de propiciar aos seus futuros alunos um ensino de qualidade e humanitário. Desse modo, cabe ressaltar que este documento está pautado no seguinte conjunto de diretrizes:

- ✓ **Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025** – Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior e altera o Decreto nº 9.235/2017.
- ✓ **Lei nº 24.786, de 06 de junho de 2024** – Institui o sistema estadual de atendimento integrado à pessoa com transtorno do espectro do autismo no âmbito do Estado.

- ✓ **Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024** – Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica.
- ✓ **Resolução CONUN/COEPE nº 586, de 13 de abril de 2023** – Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional da UEMG (2023–2027).
- ✓ **Resolução CEE nº 490, de 26 de abril de 2022** – Dispõe sobre os princípios, fundamentos e diretrizes para a Integralização da Extensão nos Currículos dos cursos superiores no Sistema Estadual de Ensino de MG.
- ✓ **Resolução COEPE/UEMG nº 323, de 28 de outubro de 2021** – Dispõe sobre a abordagem curricular de conteúdos transversais em Gestão e Inovação.
- ✓ **Resolução CEE nº 482, de 08 de julho de 2021** – Estabelece normas relativas à regulação da Educação Superior no Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais.
- ✓ **Resolução UEMG/COEPE nº 287, de 04 de março de 2021** – Dispõe sobre o desenvolvimento de atividades de extensão como componente curricular obrigatório.
- ✓ **Resolução COEPE/UEMG nº 284, de 11 de dezembro de 2020** – Regulamenta a composição e o funcionamento dos Núcleos Docentes Estruturantes – NDEs.
- ✓ **Resolução COEPE/UEMG nº 273, de 21 de julho de 2020** – Regulamenta a composição e o funcionamento dos Colegiados de Curso de Graduação.
- ✓ **Resolução COEPE/UEMG nº 250, de 06 de abril de 2020** – Trata do aproveitamento de estudos, adaptações curriculares e exame de proficiência.
- ✓ **Resolução COEPE/UEMG nº 249, de 06 de abril de 2020** – Regulamenta a compensação de faltas e avaliações de rendimento acadêmico.
- ✓ **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018** – Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.
- ✓ **Decreto nº 9.656, de 27 de dezembro de 2018**, altera o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.
- ✓ **Resolução CONUN/UEMG nº 374, de 26 de outubro de 2017** – Estabelece o Regimento Geral da Universidade do Estado de Minas Gerais.
- ✓ **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015** – Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- ✓ **Resolução COEPE/UEMG nº 132/2013** – Regulamenta o regime de matrícula por disciplina nos cursos de graduação da UEMG.
- ✓ **Resolução CNE/CP nº 02/2012** – Estabelece diretrizes para a educação ambiental.

- ✓ **Resolução CNE/CP nº 01/2012** – Estabelece diretrizes para a educação em direitos humanos.
- ✓ **Resolução CONUN/UEMG nº 266, de 02 de outubro de 2012** – Aprova o Estatuto da Universidade do Estado de Minas Gerais.
- ✓ **Resolução CNE/CP nº 1/2006** – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura.
- ✓ **Resolução CNE/CP nº 01/2004** – Estabelece diretrizes para a educação das relações étnico-raciais.
- ✓ **Portaria nº 4.059/2004** – Dispõe sobre a oferta de disciplinas na modalidade a distância em cursos presenciais de graduação.
- ✓ **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996** – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Destaca-se, ainda, que o Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Pedagogia está em conformidade com as diretrizes da Lei nº 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio, e com a Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024.

4. CONCEPÇÃO DO CURSO

Por entender que o ponto de partida para a formação do Licenciado em Pedagogia é a compreensão da sociedade com toda sua dinamicidade, que os homens, seres históricos, apreendam a educação necessária à medida que são capazes de compreender o processo de construção da vida ou, o que não é diferente, pelo movimento de transformação do trabalho. Compreender essa situação é perceber que não existe educação à parte da própria materialidade que possa ser apreendida pelos homens. Tratar a educação como uma ação da sociedade, como espaço de confluência do conhecimento científico e como profissão, é tratar do próprio processo de realização do homem e, portanto, não é um processo exclusivo da escola, mas um compromisso que a transcende para tornar-se, também, um compromisso com a história.

Sob essa perspectiva, uma formação holística implica possibilitar ao profissional da educação o entendimento dessa totalidade e, conseqüentemente, a capacidade de elaborar e reelaborar conhecimentos que lhe permitam atuações mais articuladas e efetivas. Daí, a necessidade de formação de profissionais reflexivos e críticos, capazes de enfrentar as situações novas com que se deparam no dia a dia e as mudanças impostas pelos novos paradigmas culturais e científicos.

Para que este ideal se efetive, faz-se necessária uma sólida fundamentação teórica em torno das questões da prática educativa e, concomitantemente, um tempo significativo para a vivência e construção de novas práticas, de modo que o aluno vincule-se às diferentes realidades, não como mero observador, mas como sujeito corresponsável e partícipe com os demais sujeitos das práticas educativas. Um curso comprometido com uma educação assim concebida insere-se no debate da sociedade para poder refletir, adequadamente, sobre os problemas específicos da região, como consequência de um movimento social maior.

O Curso de Pedagogia do presente e do futuro deve ser aberto à dinâmica social e atento às mudanças que ocorrerem no processo histórico, visando a uma permanente avaliação curricular por parte dos professores, dos alunos e da comunidade escolar a partir da concepção de que o currículo não está pronto e nem é estático e, sim, um contínuo processo de construção participativa baseada na investigação e prática coletivas.

Dentre os autores investigados que sustentam teoricamente algumas das escolhas feitas neste projeto encontra-se Perrenoud (1993). Para esse autor, várias ações de ensino não são controladas pelos professores que utilizariam sua razão ou fariam escolhas em função dos

contextos de ação e do *habitus*² constituído. Assim, a prática pedagógica do professor é expressão de seu *habitus* “sistema de esquemas de percepção e de ação que não está total e constantemente sob o controle da consciência”. Para o autor (1993, p. 24):

O *habitus* é a ‘gramática geradora das práticas’, o sistema de esquemas que orientam tanto a improvisação (na ilusão da espontaneidade) como a ação planificada, tanto a evidência como a dúvida metódica, tanto a invenção de novas estratégias como a concretização de esquemas e receitas, tanto as condutas inconscientes ou rotineiras como as decisões.

Portanto, segundo Perrenoud (1993), a prática pedagógica dos professores nunca é mera concretização de receitas, modelos didáticos, esquemas conscientes de ação, ela é dirigida pelo *habitus* do professor. Portanto, a mudança das práticas passa tanto pela disponibilização de modelos de ação como também e, principalmente, por uma transformação do *habitus*.

A constituição do *habitus* do professor, que funciona como um sistema de esquemas geradores de decisões decorre, entre outros, dos trabalhos pedagógicos aos quais os professores são submetidos em sua formação inicial. Não apenas durante a profissionalização, na graduação, mas também todo o período de sua escolarização, pois, no caso do professor, ele “vive” no seu futuro local de trabalho aproximadamente dezesseis anos (na condição de aluno) antes do ingresso profissional. Mas, é preciso considerar ainda, que a constituição do *habitus* decorre também dos processos de socialização aos quais os professores se submetem e são submetidos ao longo de suas trajetórias sociais.

A partir do exposto, emerge de maneira mais radical, no caso da formação de professores, a necessidade de que o ensino permita aos estudantes desenvolverem a capacidade de reflexão na ação; sobre a ação e sobre a reflexão da ação, garantindo-se, com isso, a elevação qualitativa da formação do professor, pois, assim, ele estará mais preparado para o exercício profissional.

Outro autor que contribui com estas reflexões é Tardif (1999), o qual afirma que os saberes profissionais dos professores, ou seja, aquilo que eles sabem sobre o ensino, sobre os papéis do professor e sobre como ensinar provém de sua própria história de vida e, sobretudo, de sua história escolar, pois os professores são trabalhadores que foram imersos em seu espaço de trabalho durante vários anos, antes mesmo de começarem a trabalhar, o que faz com que a perspectiva de reflexão ganhe ainda mais relevância.

Autores como Sarmiento (2004, 2008, 2013); Ferreira (2004); Quinteiro (2004, 2016);

² ¹A noção de *habitus* que utiliza, é formulada por Pierre Bourdieu, que “permite articular consciência, inconsciência, razão e outras motivações, decisões e rotinas, improvisação e regularidades” (1989, p. 24).

Kramer, Nunes e Corsino (2011) nos ajudam a apreender a noção de infância como uma categoria geracional em que as crianças são tidas como agentes sociais e como tal, por meio das interações, negociam sentidos, se formam e transformam o mundo. A compreensão das crianças como agentes sociais e produtores de culturas requer do professor uma mudança de postura que passa da visão pré-concebida que as definem como sujeitos de “um vir a ser”, para uma concepção que as reconhecem como sujeitos de direitos, o que implica no desenvolvimento de práticas que respeitem as identidades, que devem ter como foco a ludicidade e a busca de autonomia, que impulsione a criança a desvendar o mundo a partir da ampliação intelectual, potencializando a criatividade e o senso crítico.

Reconhece-se assim, a importância de colocar em pauta as discussões teórico-práticas que exigem uma retomada histórico-filosófica dos paradigmas que orientam as diferentes concepções de infância que abrangem os saberes da educação infantil e do Ensino Fundamental. A partir dessas orientações teóricas, a opção, neste Projeto Pedagógico, de buscar garantir ao licenciado em Pedagogia, além da aquisição de uma formação teórico-metodológica forte, condição necessária para o desenvolvimento de competências e habilidades em torno da compreensão de questões voltadas para a infância, capazes de oportunizar uma práxis voltada para a perspectiva contemporânea, o desenvolvimento de sua capacidade de reflexão sobre a prática e a profissão de professor/pedagogo.

No que concerne à abordagem dos conteúdos, a ação pedagógica será conduzida com vistas a assegurar um enfoque contextualizado e interdisciplinar e voltado para a prática de formação do professor.

Na dimensão profissional, propõe-se que os conhecimentos profissionais estejam inseridos num corpo de conhecimentos específicos da área de Pedagogia, permitindo que o futuro professor, quando no exercício da docência, possa confrontar o espaço social mais amplo, sua identidade construída e dinamicidade do cotidiano escolar enfrentado. O Curso está voltado para a formação do profissional que seja capaz de estabelecer atitude questionadora, crítica e reflexiva no exercício da cidadania e da prática profissional, bem como desenvolver habilidades de gestão institucional, contribuindo para planejamento, projetos e programas educacionais não escolares, promovendo espaços democráticos voltados para a valorização e construção de conhecimentos.

Outro teórico cujas reflexões fazem repensar o projeto pedagógico do curso é Paulo Freire (1996). Transformação, inspiração, coragem, esperança, provocação, educador e educadoras, visão, futuro, trajetória possível são palavras que trazem no seu bojo o sinônimo

desse homem que se atreveu de forma doce e forte a ressignificar a Pedagogia no Brasil e, conseqüentemente, no mundo, pois institui uma Pedagogia fundada na ética, no respeito à dignidade e à própria autonomia do educando. Com os demais saberes, este demanda do educador um exercício permanente. Freire anuncia solidariedade como compromisso histórico de homens e mulheres, como uma das formas de luta capazes de promover e instaurar a ética universal do ser humano. Essa dimensão utópica tem na Pedagogia da Autonomia de Freire (1996) uma de suas grandes possibilidades.

A sensibilidade com que a Pedagogia do autor problematiza e toca o educador aponta para a dimensão estética de sua prática que, por isso mesmo, pode ser movida pelo desejo e vivida com alegria, sem abrir mão do sonho, do rigor, da seriedade e da simplicidade inerentes ao saber da competência. Eleva a prática educativa, na sua natureza ética, como prática especificamente humana. Freire (1996, p. 23-24) afirma que:

Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém. [...] Ensinar inexiste sem aprender e vice-versa, e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar e aprender. [...] Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com docência e com a seriedade.

É necessário pensar que o bom professor é também aquele que consegue, enquanto fala, trazer o aluno até sua intimidade de movimento de seu pensamento, sua aula assim é um desafio e não uma cantiga de ninar, que leva o sujeito a dormir e habitar num mundo totalmente distante do objeto real.

Aprender passa pelo desejo do corpo, dilacera nossas entranhas e nos transforma em seres autônomos, pensantes, críticos e automaticamente transporta nosso corpo a desafios diários, em que o medo de errar passa a ser secundário e a apropriação do mundo passa a ser o objetivo maior, pois o mundo passa a ser objeto de busca e não de medo.

O curso de Pedagogia, na sua amplitude, vê Freire como uma excelente referência teórica e humana, pela qual a autoridade docente se funda na sua competência profissional e “na compreensão do valor dos sentimentos, das emoções, do desejo, da insegurança a ser superada pela segurança, do medo que, ao ser ‘educado’, vai gerando coragem” (Freire, 1996, p. 45). Dando, conseqüentemente, plenos poderes de apropriação de conhecimento a nossos alunos, criando profissionais capazes de revolucionar o mundo, partindo de uma simples situação: nunca silenciar diante dos obstáculos, sempre ser tempo de colher e aprender, aprender

no sentido amplo de Ser.

Educando pela pesquisa, cultivando o conhecimento como fonte central de mudanças, principalmente, de humanização. Sem perder de vista a perspectiva ética, o curso pretende propiciar a ressignificação de formas de atuação coerentes com o papel atribuído à educação e ao conhecimento no mundo de hoje, assumindo assim, seu compromisso histórico e social. Portanto, o profissional egresso do Curso de Pedagogia da UEMG / Unidade Carangola será capaz de refletir sobre sua própria prática pedagógica, em vistas a uma educação de qualidade, como é o anseio de uma sociedade democrática.

4.1 Objetivos do Curso

O Curso de Licenciatura em Pedagogia está estruturado a partir dos seguintes objetivos:

- Oportunizar formação pedagógica ao licenciado em Pedagogia, tendo a docência como base de sua identidade profissional;
- Formar os profissionais aptos a analisar a prática educativa em diversos ambientes educativos;
- Articular ensino e pesquisa na produção do conhecimento e da prática pedagógica;
- Formar profissionais para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos;
- Formar profissionais para atuar na organização de sistemas, unidades, projetos e experiências educativas (planejamento, administração, coordenação, supervisão, inspeção e orientação educacional) do campo educacional em contextos escolares e não escolares;
- Formar profissionais capazes de: questionar a realidade, formular problemas e buscar soluções, utilizando-se do pensamento lógico, da criatividade e da análise crítica; compreender a sua atuação profissional como o exercício de cidadania consciente e crítica;
- Compreender, de forma ampla e consciente, o processo educativo que envolve as relações entre infância e sociedade, considerando as características das diferentes realidades e níveis de especialidades em que se processam;
- Formar um profissional sintonizado com os princípios da educação da infância que desenvolva práticas que despertem as sensibilidades, que agucem a curiosidade e

impulsionem o olhar sensível sobre a criança;

- Estabelecer e vivenciar processos de teoria e prática, de ação-reflexão-ação ao longo do Curso, tomando a prática educativa como objeto de reflexão, de modo a criar soluções apropriadas aos desafios específicos que enfrenta.
- Desenvolver e avaliar projetos políticos pedagógicos, de ensino e de aprendizagem, e de ações extensionistas, estimulando ações coletivas na escola, de modo a caracterizar nova concepção de trabalho educativo.

4.2 Perfil Profissional

Não se deve perder de vista a importância atribuída à formação dos profissionais que atuam na educação de crianças, jovens e adultos, protagonistas que estão em cena construindo seus conhecimentos em diálogo com o seu fazer cotidiano que demarca um campo específico de ação educativa.

A concepção de profissional da educação é fundamental para a compreensão contextualizada desse novo espaço formativo do licenciado em Pedagogia.

Por entender que a democratização do ensino passa pela formação, pela atuação, pela valorização dos educadores, bem como por suas condições de trabalho, percebe-se a importância do investimento em seu desenvolvimento profissional, como um processo de valorização de sua identidade e profissão. Identidade que é, de um lado, epistemológica, ou seja, que reconhece a Pedagogia como um campo de conhecimentos específicos configurado em quatro grandes conjuntos, a saber:

- 1) conteúdos das diversas áreas do saber e do ensino, ou seja, das ciências humanas e naturais, da cultura e das artes;
- 2) conteúdos didático-pedagógicos, diretamente relacionados ao campo da prática profissional;
- 3) conteúdos relacionados a saberes pedagógicos mais amplos do campo teórico da educação;
- 4) conteúdos ligados à explicitação do sentido da existência humana individual, com sensibilidade pessoal e social.

E, identidade que é, por outro lado, profissional, ou seja, a Pedagogia constitui um campo específico de intervenção profissional na prática social, pois as transformações das práticas pedagógicas só se efetivam à medida que os educadores ampliam sua consciência sobre a própria prática, a de sala de aula e a do espaço educacional como um todo, sobre a prática dos sistemas de ensino e das políticas públicas que interferem e influenciam na sua atividade.

Porém, elas, em certa medida, também são determinadas pelos resultados do conhecimento que eles produzem ao atuar. Para isso, precisam ter o domínio de conhecimentos teóricos e críticos sobre a realidade. Esse modo de entender o papel do Licenciado em Pedagogia ressalta sua colaboração na transformação das práticas educacionais em termos de gestão, de currículo, de organização, de projetos educacionais e de formas de trabalho pedagógico.

O eixo de sua formação é o trabalho pedagógico, que na docência, compreendida como ato educativo intencional, tem o seu fundamento. É a ação docente o cerne do processo formativo dos profissionais da educação, ponto de inflexão das demais ciências que dão o suporte conceitual e metodológico para a investigação e a intervenção nos múltiplos processos de formação humana.

Compreende-se que a formação do Licenciado em Pedagogia deve assentar-se num tratamento teórico-metodológico pautado nos seguintes pressupostos:

- 1) Valorização do trabalho pedagógico como base da formação do profissional da educação. É necessário aprofundar a compreensão dos elementos que caracterizam a totalidade do trabalho pedagógico em suas dimensões/tarefas de docência, gestão e coordenação pedagógica, onde quer que ele se desenvolva: no sistema escolar ou em outras instâncias/espços educativos;
- 2) Espaço para a pesquisa e conhecimento/intervenção na realidade escolar e novas formas de relação/unidade teoria-prática no interior do currículo;
- 3) Adequação do currículo sem comprometer a formação teórica de qualidade, permitindo que o aluno retorne à Universidade, via cursos de extensão/especialização, a partir do contato com o mundo do trabalho.

A partir de um ponto de vista, impõe-se considerar que a atividade do profissional da educação tem uma natureza pedagógica, isto é, vincula-se a objetivos educativos de formação humana e a processos metodológicos e organizacionais de transmissão e apropriação de saberes e modos de ação. O trabalho pedagógico está impregnado de intencionalidade, pois visa à formação humana através de conteúdos e habilidades de pensamento e ação, implicando escolhas, valores, compromissos éticos. O que significa introduzir objetivos explícitos de natureza conceitual, procedimental e valorativa em relação ao seu fazer pedagógico, transformando o saber científico ou tecnológico em conteúdos formativos, selecionando e organizando conteúdos e modos de atuação em função das características dos alunos, utilizando métodos e procedimentos específicos, inserindo-se numa estrutura organizacional em que participa das decisões e das ações coletivas. Por isso, para atuar, o Licenciado em Pedagogia

necessita de conhecimentos e práticas que ultrapassem o campo de sua especialidade e o insira na rede informativa/formativa do conhecimento global.

Sob outra perspectiva, é preciso levar em conta que todo conteúdo de saber é resultado de um processo de construção de conhecimento. Portanto, dominar conhecimentos não se refere apenas à apropriação de dados objetivos pré-elaborados, produtos prontos do saber acumulado. Mais do que dominar os produtos, interessa compreender que estes são resultantes de um processo de investigação humana. Nesse sentido, trabalhar o conhecimento no processo formativo significa proceder à mediação entre os significados do saber no mundo atual e aqueles dos contextos nos quais foram produzidos. Significa explicitar os nexos entre a atividade de pesquisa e seus resultados, possibilitando contribuir para os processos de ensino e extensão.

É importante ressaltar, ainda, que a docência constitui o elo articulador entre os licenciados em Pedagogia e os licenciados das áreas de conhecimentos específicos, abrindo espaço para se pensar/propor uma concepção de formação articulada e integrada para todos os professores. Essa concepção de docência pressupõe:

- Sólida formação teórica e interdisciplinar sobre o fenômeno educacional e seus fundamentos históricos, políticos e sociais, bem como o domínio dos conteúdos a serem ensinados pela escola (língua portuguesa, matemática, ciências, história, geografia, arte, etc.) que permitam a apropriação do processo de trabalho pedagógico, criando condições de exercer a análise crítica da sociedade brasileira e da realidade educacional;
- Capacitação para a gestão democrática como instrumento de luta pela qualidade do projeto educativo;
- Compromisso social do profissional da educação;
- Trabalho coletivo e interdisciplinar.

4.2.1 Perfil do Egresso

O egresso do curso de Pedagogia é formado como profissional da educação com sólida identidade docente, em consonância com a Resolução CNE/CP nº 1/2006, que define as Diretrizes Curriculares do curso, e com a Resolução CNE/CP nº 4/2024, que estabelece as diretrizes para a formação inicial de professores. Essas normativas asseguram que o pedagogo esteja habilitado para atuar na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, no Ensino Médio na modalidade Normal, na Educação Profissional voltada aos serviços e apoio escolar e em diversos espaços educativos não escolares que demandem conhecimentos pedagógicos.

A formação do egresso baseia-se na compreensão da educação como prática social emancipatória e no princípio da indissociabilidade entre teoria e prática, características centrais previstas nas Diretrizes Curriculares de 2006 e reafirmadas na formação docente proposta em 2024. Espera-se que o profissional demonstre domínio dos fundamentos pedagógicos, dos conteúdos que compõem a Educação Básica e das orientações curriculares nacionais, como a BNCC, adotando postura crítica, investigativa e comprometida com a qualidade social da educação.

Tanto a Resolução de 2006 quanto a de 2024 destacam a importância de o pedagogo promover práticas inclusivas, reconhecer e valorizar a diversidade, atuar de maneira ética e contribuir para a redução das desigualdades educacionais. De igual modo, enfatizam a competência para atuar na gestão educacional, participando da elaboração e desenvolvimento da proposta pedagógica e colaborando na organização do trabalho escolar.

Outro aspecto central destacado pelas duas resoluções é o domínio das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) como recurso pedagógico, compreendendo sua importância na mediação dos processos de ensino e aprendizagem. Além disso, reafirma-se o papel do pedagogo como pesquisador, capaz de analisar sua própria prática, produzir conhecimentos e contribuir para o fortalecimento da educação básica.

4.3 Competências e Habilidades

Ao licenciado em Pedagogia, como cidadão no mundo contemporâneo, são requeridos conhecimentos e habilidades gerais de saber pensar, saber escutar, aprender a aprender, lidar com a alteridade, lidar com as tecnologias contemporâneas, ter iniciativa para resolver problemas, ter capacidade para tomar decisões, ser criativo, ser autônomo, estar em sintonia com a realidade contemporânea, ter responsabilidade social, ser capaz de fruir esteticamente a literatura, as artes e a natureza.

Dessa forma, este Projeto adota as mesmas competências previstas no art. 5º das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (Brasil, 2006, p.18), vinculando-as com os saberes produzidos localmente.

3.4.1 Quanto às competências:

- a) Competências vinculadas ao papel social da escola e aos valores inspiradores da sociedade democrática;

- b) Competências referentes ao domínio dos conteúdos a serem socializados/ as competências referentes ao domínio do conhecimento pedagógico;
- c) Competências referentes ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional;
- d) Conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica;
- e) Competências no que se refere à gestão de unidades educacionais, desenvolvimento e implementação de currículos escolares, de acordo com os parâmetros nacionais, planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas de ambientes escolares (instituições educativas) e ambientes não-escolares;
- f) Competências no sentido de promover o diálogo entre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprias à cultura da diversidade étnica brasileira;
- g) Competências no que se refere à atuação pedagógica junto às comunidades rurais no sentido de respeitar e preservar a memória histórica dessas comunidades, atuando como agentes interculturais, com vistas à valorização e o estudo de temas relevantes para o mundo da educação;
- h) Competências no sentido de construir uma formação estética e ofertar esta formação para os alunos e as alunas da educação infantil, dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, do ensino médio, na modalidade normal, na educação profissional na área de serviços e apoio escolar e nos espaços da coordenação pedagógica, gestão administrativas de unidades educacionais na educação básica.

3.5.2 Quanto às Habilidades

Este projeto também adota as mesmas habilidades previstas no art. 5º das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (Brasil, 2006, p.18) vinculando-as com os saberes produzidos localmente.

- a) promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- b) atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- c) demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental- ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras, atendendo o que

preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Resolução CNE/CP n.º 01, de junho de 2004), além do que preconiza a Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, e a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto n.º 4.281, de 25 de junho de 2002 que propõem a Educação Ambiental.

- d) compreender, cuidar e educar crianças matriculadas na Educação Infantil, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;
- e) fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- f) fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de adolescentes e jovens do Ensino Médio, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- g) trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;
- h) reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas
- i) ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física e Ensino Religioso de forma interdisciplinar, adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano e contextualizada do ponto de vista regional;
- j) relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;
- k) identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- l) desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;
- m) participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;

- n) participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;
- o) estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais para implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes;
- p) realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não-escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros;
- q) utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos.

5 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

5.1 Regime de Matrícula

O regime de matrícula do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UEMG/Unidade Carangola é semestral e por disciplina, conforme estabelece a Resolução COEPE/UEMG nº 132, de 13 de dezembro de 2013, que regulamenta a implantação desse regime nos cursos de graduação da Universidade e define seus procedimentos e limites.

As disciplinas obrigatórias constituem os componentes curriculares essenciais à formação do(a) estudante, sendo consideradas fundamentais para o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias ao exercício profissional na área da Pedagogia. Já as disciplinas optativas correspondem a componentes que ampliam e aprofundam estudos em campos específicos do conhecimento, possibilitando trajetórias formativas diferenciadas e alinhadas aos interesses e necessidades de determinados grupos de estudantes.

5.2 Metodologia de Ensino

As aulas do Curso de Pedagogia da UEMG / Unidade Carangola são, em sua maioria, presenciais e voltadas para a futura prática em sala de aula nos diferentes níveis e modalidades de ensino e para o prosseguimento dos estudos, em nível de pós-graduação.

O curso é ofertado na modalidade presencial, podendo haver oferta de disciplinas na modalidade à distância, considerando que prevê o artigo 80 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e no § 1º do artigo 10 do Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, assim estabelecido: a inclusão de carga horária a distância não poderá ultrapassar 30% (trinta por cento) da carga horária total do curso e poderá ser realizada por meio de atividades síncronas e assíncronas. Esta carga horária deve estar prevista no Projeto Pedagógico do Curso, atender às Diretrizes Curriculares Nacionais e ser comunicada de forma explícita aos estudantes.

O referido Decreto estabelece, entre os princípios orientadores da educação a distância nos cursos de graduação, a ampliação do acesso à educação superior de qualidade e o desenvolvimento de habilidades e competências diversas, mediante o uso de tecnologias de informação e comunicação.

Em conformidade com essa normativa, o curso de Licenciatura em Pedagogia poderá destinar parte da carga horária de suas disciplinas à oferta na modalidade a distância, respeitando os limites e critérios previstos na legislação vigente. Ressalta-se que o docente

possui autonomia para a seleção das metodologias de ensino que melhor atendam aos objetivos formativos do curso, devendo contemplar o uso pedagógico das tecnologias digitais e a finalidade primordial de preparação para o exercício da docência.

Para isso, a Unidade Carangola disponibiliza ao professor:

- Laboratório de Informática, com acesso à internet;
- Biblioteca Física e Digital;
- Brinquedoteca;
- Laboratório do Práticas Pedagógicas;
- Recursos audiovisuais como data show e outros;
- Auditório;
- Quadra Poliesportiva;
- Salas de aulas equipadas com data show.

5.2.1 Modalidade de oferta

O presente curso de graduação é oferecido na modalidade presencial. Em conformidade com a Portaria MEC n.º 378, de 2025 (Brasil, 2025), e visando o aprimoramento das estratégias didático-pedagógicas, é permitida a oferta de componentes curriculares por meio de atividades síncronas e assíncronas (não presenciais). Essa flexibilização está limitada a até 30% (trinta por cento) da carga horária total do curso.

Ressalta-se que a carga horária destinada ao Estágio Curricular Supervisionado e às Atividades de Extensão Universitária deve ser excluída do cálculo desse percentual. Qualquer adoção ou alteração na oferta de componentes curriculares por meio de atividades não presenciais, conforme esta prerrogativa, depende de aprovação prévia do Colegiado de Curso, garantindo a qualidade e o acompanhamento pedagógico.

5.2.2 Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem

As abordagens educacionais combinam métodos, estratégias e práticas pedagógicas alinhadas com os princípios formativos estabelecidos na Resolução CNE/CP n.º 4/2024, garantindo que o estudante esteja no centro do processo ensino-aprendizagem e que haja integração entre teoria e a prática com métodos pedagógicos que incentivem a participação ativa, como sala de aula invertida, aprendizagem colaborativa, utilização de recursos multimídia, trilhas de aprendizagem e portfólios reflexivos.

Por outro lado, as práticas pedagógicas devem demonstrar intervenções reais no

processo de formação, abrangendo oficinas, seminários temáticos, atividades extensionistas incorporadas ao currículo, acompanhamento personalizado, registros reflexivos e avaliações formativas

5.3 Duração e Carga Horária Mínima

O Curso de Pedagogia possui duração mínima de quatro anos (oito semestres) e máxima de sete anos (quatorze semestres), prazo este estabelecido como limite para a integralização curricular. A carga horária total é de 3.255 horas, correspondentes a 217 créditos. O curso é ofertado na modalidade presencial, em regime seriado semestral.

5.4 Conteúdos Curriculares

De acordo com a Resolução CNE/CP nº. 4 de 29 de maio de 2024, que “dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura)”, as disciplinas dos cursos de licenciatura devem ser distribuída em quatro (4) Núcleos, assim caracterizados:

- ✓ **Núcleo I – Estudos de Formação Geral (EFG):** composto pelos conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a compreensão do fenômeno educativo e da educação escolar.
- ✓ **Núcleo II – Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional (ACCE):** composto pelos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento definidos em documento nacional de orientação curricular para a Educação Básica e pelos conhecimentos necessários ao domínio pedagógico desses conteúdos.
- ✓ **Núcleo III – Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE):** composto por atividades a serem realizadas na forma de práticas vinculadas aos componentes curriculares, envolvendo a execução de ações de extensão nas instituições de Educação Básica, com orientação, acompanhamento e avaliação de um professor formador da IES.
- ✓ **Núcleo IV – Estágio Curricular Supervisionado (ECS):** componente obrigatório da organização curricular que deve ser realizado em instituição de Educação Básica, tendo por objetivo atuar diretamente na formação do licenciando, sendo planejado para ser a ponte entre o currículo acadêmico e o espaço de atuação profissional do futuro

professor.

5.4.1 Núcleo I

O Núcleo I compreende conhecimentos relativos:

- Ao currículo e seus marcos legais;
- Às Diretrizes Curriculares Nacionais;
- À didática e seus fundamentos;
- À gestão e ao planejamento do processo de ensino e aprendizagem;
- Aos marcos legais, e aos conhecimentos e conceitos básicos da Educação Especial;
- Aos fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos da educação;
- Ao uso das Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação;
- Às teorias que explicam os processos de desenvolvimento da aprendizagem para favorecer a compreensão das dimensões cognitivas, sociais, afetivas e físicas das crianças e adolescentes;
- Ao sistema educacional brasileiro, sua evolução histórica e suas políticas.

O quadro abaixo apresenta as disciplinas desse grupo de estudos:

Quadro 1: Núcleo I – Estudos de Formação Geral

Disciplinas	Carga Horária	Créditos
Sociologia da Educação	60	4
Filosofia da Educação	60	4
História da Educação	60	4
Psicologia da Educação	60	4
Educação Especial: ações inclusivas	60	4
Didática e seus Fundamentos	60	4
Políticas Públicas Educacionais	60	4
Teorias de Currículo	60	4
Gêneros textuais e práticas sociais de linguagem	60	4
Tecnologias e Educação	60	4
Educação Ambiental e sustentabilidade	45	3
Educação para as Relações Étnico-Raciais	30	2
Educação, Direitos Humanos e diversidade	30	2
Pesquisa em Educação	60	4
Trabalho e Educação	30	2
Libras	60	4
Gestão Educacional	30	2
Total	885h	59

Fonte: Elaborado pelo NDE (out. 2025).

5.4.2 Núcleo II

O Núcleo II compreende conteúdos específicos relativos ao exercício da Docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nas Disciplinas Pedagógicas para a formação do licenciado em Pedagogia e da gestão educacional, englobando os conteúdos relacionados:

- À língua portuguesa falada e escrita, leitura, produção e utilização dos diferentes gêneros de textos, bem como a prática de registro e comunicação, levando-se em consideração o domínio da norma culta;
- Ao conhecimento da Matemática para instrumentalizar as atividades de conhecimento, produção, interpretação e uso das estatísticas e indicadores educacionais;
- Aos processos de investigação científica;
- Às metodologias e estratégias de ensino dos componentes curriculares a serem lecionados pelos pedagogos na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental;
- Às especificidades das Instituições de Educação Infantil, seus modos de organização, gestão e rotinas;
- Às particularidades do processo de aprendizagem das crianças nas faixas etárias da creche e pré-escola;
- Às complexidades das relações humanas e sociais ligadas à educação.

A seguir, o quadro que apresenta as disciplinas desse núcleo de estudos:

Quadro 2: Núcleo II – Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional

Disciplinas	Carga Horária	Créditos
Psicologia da Aprendizagem e do desenvolvimento	60	4
História da Educação Brasileira	60	4
Políticas curriculares nacionais e práticas pedagógicas	60	4
Educação Infantil	30	2
Práticas Educativas de Educação Infantil na creche	30	2
Práticas Educativas de Educação Infantil na pré-escola	30	2
Literatura Infantil	60	4
Alfabetização e Letramento	60	4
Práticas Educativas de Alfabetização	60	4
Educação de Jovens e Adultos	30	2
Educação do Campo	60	4
Ensino de Língua Portuguesa I	60	4
Ensino de Língua Portuguesa II	60	4
Ensino de Ciências I	60	4

Ensino de Ciências II	30	2
Ensino de Geografia I	60	4
Ensino de Geografia II	30	2
Ensino de História I	60	4
Ensino de História II	30	2
Ensino de Matemática I	60	4
Ensino de Matemática II	60	4
Estatística Aplicada à Educação	30	2
Arte e Expressão Cultural	30	2
Corpo, Movimento e Ludicidade	30	2
Abordagens da cultura corporal de movimento	30	2
Didática para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	60	4
Antropologia e Educação	30	2
Metodologia de Trabalhos Acadêmico-Científicos	30	2
Planejamento e Avaliação Educacional	30	2
Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (PTCC)	30	2
Seminário de Pesquisa	30	2
Pedagogia em espaços não escolares	30	2
Optativa I	30	2
Optativa II	30	2
Orientação de Estágio I	30	2
Orientação de Estágio II	30	2
Orientação de Estágio III	30	2
Orientação de Estágio IV	30	2
Orientação de Estágio V	30	2
Defesa de TCC	15	1
Total	1.635h	109

Fonte: Elaborado pelo NDE (out. 2025)

5.4.3 Núcleo III

O Núcleo III compreende as disciplinas que possuem as Atividades Acadêmicas de Extensão. Essas atividades constituem um componente essencial da formação do licenciando, promovendo a integração entre a instituição de ensino superior e a sociedade. As ações extensionistas possibilitam a articulação entre ensino, pesquisa e prática social, contribuindo para a formação cidadã, crítica e comprometida com a transformação da realidade.

As Atividades Acadêmicas de Extensão têm como finalidades ampliar os espaços de aprendizagem para além da sala de aula, fortalecer o vínculo entre teoria e prática e incentivar o protagonismo estudantil na proposição e execução de projetos voltados às demandas sociais, culturais e educacionais da comunidade. Dessa forma, promovem o desenvolvimento de competências profissionais, éticas e sociais fundamentais à atuação do futuro pedagogo.

Conforme estabelece a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% da carga horária total do curso, devendo estar inseridas de forma orgânica e integrada à matriz curricular, de modo a garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, princípio basilar da educação superior.

Para garantir o pleno atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Licenciatura, este Projeto Pedagógico de Curso (PPC) está em consonância com o disposto no Art. 14, inciso III, da Resolução CNE/CP Nº 04/2024 (Brasil, 2024). Assim, a matriz curricular do curso prevê o cumprimento obrigatório de 330 (trezentas e trinta) horas de AAE. Estas atividades pertencem ao Núcleo III de formação e deverão ser desenvolvidas presencialmente, prioritariamente, nas instituições de Educação Básica.

Tal exigência ressalta a importância da escola como lugar privilegiado para a articulação entre a teoria e a prática, permitindo ao futuro professor atuar na comunidade e nas realidades sociais, conforme os princípios de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O quadro a seguir apresenta a estrutura desse núcleo de estudos:

Quadro 3: Núcleo III – Atividades Acadêmicas de Extensão

Disciplinas	Carga Horária	Créditos
Educação Especial: ações inclusivas	30	2
Práticas Educativas de Educação Infantil na pré-escola	30	2
Práticas Educativas de Alfabetização	30	2
Literatura Infantil	30	2
Ensino de Ciências II	30	2
Ensino de Geografia I	30	2
Ensino de História I	30	2
Ensino de Matemática I	30	2
Arte e Expressão Cultural	30	2
Corpo, Movimento e Ludicidade	30	2
Didática para a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental	30	2
Total	330h	22

Fonte: Elaborado pelo NDE (out. 2025)

5.4.4 Núcleo IV

O Núcleo IV contempla a organização do Estágio Curricular Supervisionado, componente obrigatório da estrutura curricular dos cursos de licenciatura. Este estágio deve ser desenvolvido em instituições de Educação Básica, tendo como finalidade fundamental contribuir para a

formação integral do licenciando. Configura-se como um elo articulador entre o currículo acadêmico e o campo de atuação profissional docente, permitindo a consolidação dos conhecimentos teóricos por meio de experiências práticas.

O Estágio Curricular Supervisionado é planejado de modo a oferecer múltiplas oportunidades de aprendizagem, de forma progressiva, iniciando-se pela observação e análise do contexto escolar e avançando para a participação e atuação direta em sala de aula, possibilitando ao futuro professor integrar teoria e prática de maneira reflexiva e crítica. O quadro a seguir apresenta a estrutura desse núcleo de estudos:

Quadro 4: Núcleo IV – Estágio Curricular Supervisionado

Disciplinas	Carga Horária	Créditos
Estágio Supervisionado I (Educação Infantil ou anos iniciais do Ensino Fundamental)	45	3
Estágio Supervisionado II (Gestão Escolar)	90	6
Estágio Supervisionado III (Anos iniciais do Ensino Fundamental: Educação do Campo ou Educação Especial)	90	6
Estágio Supervisionado IV (Educação Infantil – Creches e Pré-Escolas)	90	6
Estágio Supervisionado V (Anos iniciais do Ensino Fundamental)	90	6
Total	405h	27

Fonte: Elaborado pelo NDE (out. 2025)

5.4.5 Carga Horária por grupos de estudo

O quadro abaixo discrimina a carga horária distribuída entre Núcleos de Estudo I, II, III e IV.

Quadro 5: Carga horária total do Núcleos de Estudos

Núcleos de Estudo	Carga Horária	Créditos
Núcleo I	885h	59
Núcleo II	1.635h	109
Núcleo III	330h	22
Núcleo IV	405h	27
Total	3.255h	217

Fonte: Elaborado pelo NDE (out. 2025)

5.4.6 Matriz Curricular do Curso de Pedagogia

Quadro 6: Matriz Curricular do Curso de Pedagogia

1º PERÍODO			CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Disciplinas	Tipo	Pré-requisito	Hora Relógio	
Antropologia e Educação	Ob	--	30	2
Filosofia da Educação	Ob	--	60	4
História da Educação	Ob	--	60	4
Gêneros textuais e práticas sociais de linguagem	Ob	--	60	4
Psicologia da Educação	Ob	--	60	4
Orientação de Estágio I	Ob	--	30	2
SUBTOTAL			300	20
Estágio Supervisionado I	Ob	--	45	3
Total do Período			345	23

2º PERÍODO			CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Disciplinas	Tipo	Pré-requisito	Hora Relógio	
Sociologia da Educação	Ob	--	60	4
Tecnologias e Educação *	Ob		60	4
Alfabetização e Letramento	Ob	--	60	4
Psicologia da Aprendizagem e do desenvolvimento	Ob	--	60	4
Educação Infantil	Ob	--	30	2
Educação, Direitos Humanos e diversidade *	Ob	--	30	2
Metodologia de Trabalhos Acadêmico-Científicos	Ob	--	30	2
Optativa I	Ob	--	30	2
SUBTOTAL			360	24
Total Acumulado			705	47

3º PERÍODO			CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Disciplinas	Tipo	Pré-requisito	Hora Relógio	
Planejamento e Avaliação Educacional	Ob	--	30	2
Gestão Educacional	Ob	--	30	2
Práticas Educativas de Alfabetização**	Ob	--	60	4
Educação para as Relações Étnico-Raciais	Ob	--	30	2
História da Educação Brasileira*	Ob	--	60	4
Estatística Aplicada à Educação	Ob	--	30	2
Políticas Públicas Educacionais	Ob	--	60	4
Orientação de Estágio II	Ob	--	30	2
SUBTOTAL			330	22
Estágio Supervisionado II	Ob	--	90	6
Práticas Educativas de Alfabetização - AAE	--	--	30	2
Total do Período			450	30
Total Acumulado			1.155	77

4º PERÍODO			CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Disciplinas	Tipo	Pré-requisito	Hora Relógio	
Pesquisa em Educação*	Ob	--	60	4
Ensino de História I **	Ob	--	60	4
Trabalho e Educação	Ob	--	30	2
Ensino de Língua Portuguesa I	Ob	--	60	4
Educação do Campo	Ob	--	60	4
Práticas Educativas de Educação Infantil na creche	Ob	--	30	2
Orientação de Estágio III	Ob	--	30	2
SUBTOTAL			330	22
Estágio Supervisionado III	Ob	--	90	6
Ensino de História I – AAE	--	--	30	2
Total do Período			450	30
Total Acumulado			1.605	107

5º PERÍODO			CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Disciplinas	Tipo	Pré-requisito	Hora Relógio	
Ensino de Língua Portuguesa II	Ob	Ens. L. Portuguesa I	60	4
Didática e seus Fundamentos	Ob	--	60	4
Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (PTCC)	Ob	--	30	2
Práticas Educativas de Educação Infantil na pré-escola**	Ob	--	30	2
Ensino de Geografia I**	Ob	--	60	4
Ensino de História II	Ob	--	30	2
Orientação de Estágio IV	Ob	--	30	2
SUBTOTAL			300	20
Estágio Supervisionado IV	Ob	--	90	6
Práticas Educativas de Educação Infantil na pré-escola - AAE	--	--	30	2
Ensino de Geografia I - AAE	--	--	30	2
Total do Período			450	30
Total Acumulado			2.055	137

6º PERÍODO			CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Disciplinas	Tipo	Pré-requisito	Hora Relógio	
Ensino de Ciências I	Ob	--	60	4
Educação Especial: ações inclusivas**	Ob	--	60	4
Ensino de Matemática I**	Ob	--	60	4
Ensino de Geografia II	Ob	--	30	2
Didática para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental **	Ob	--	60	4
Optativa II	Ob	--	30	2
SUBTOTAL			300	20
Ensino de Matemática I - AAE	Ob	--	30	2
Educação Especial: ações inclusivas-AAE	Ob	--	30	2
Didática para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental – AAE	--	--	30	2

Total do Período	390	26
Total Acumulado	2.445	163

7º PERÍODO			CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Disciplinas	Tipo	Pré-requisito	Hora Relógio	
Ensino de Ciências II **	Ob	--	30	2
Ensino de Matemática II	Ob	Ensino de Matemática I	60	4
Teorias de Currículo	Ob	--	60	4
Corpo, Movimento e Ludicidade **	Ob	--	30	2
Pedagogia em espaços não escolares	Ob	--	30	2
Libras *	Ob	--	60	4
Orientação de Estágio V	Ob	--	30	2
SUBTOTAL			300	20
Estágio Supervisionado V	Ob	--	90	6
Corpo, Movimento e Ludicidade – AAE	--	--	30	2
Ensino de Ciências II - AAE	--	--	30	2
Total do Período			450	30
Total Acumulado			2.865	193

8º PERÍODO			CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Disciplinas	Tipo	Pré-requisito	Hora Relógio	
Abordagens da cultura corporal de movimento	Ob	--	30	2
Políticas curriculares nacionais e práticas pedagógicas	Ob	--	60	4
Literatura Infantil **	Ob	--	60	4
Educação de Jovens e Adultos	Ob	--	30	2
Arte e Expressão Cultural **	Ob	--	30	2
Seminário de Pesquisa	Ob	--	30	2
Educação Ambiental e sustentabilidade	Ob	--	45	3
Defesa de TCC	Ob	--	15	1
SUBTOTAL			300	20
Arte e Expressão Cultural - AAE	Ob	--	30	2
Literatura Infantil - AAE	--	--	30	2
Total do Período			360	24
Total Acumulado			3.255	217

Fonte: Elaborado pelo NDE (out. 2025).

Legenda:

Ob: Obrigatória

*Disciplinas que poderão ser ofertadas de forma síncrona ou assíncrona, considerando o percentual de 30% da carga horária, conforme disposto no Decreto Nº 12.456, de 19 de maio de 2025.

** Disciplinas que possuem carga horária para Atividades Acadêmicas de Extensão.

O Curso de Pedagogia da Unidade Acadêmica de Carangola além de formar

professores/pedagogos, busca formar cidadãos engajados em um fazer social e integrado, de modo que seja competente nas diversas áreas de sua atuação e comprometido com os valores da sociedade democrática.

Para tanto, propõe integrar disciplinas que visam cumprir, de forma transversal, os objetivos aqui propostos. É o caso da disciplina Educação para as Relações Étnico-Raciais, pela qual atende-se o estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais (Resolução CNE/CP, Nº 01 de junho de 2004).

Nas disciplinas Educação Especial: ações inclusivas e Educação e Direitos Humanos e diversidade é colocada em foco a temática da Educação e Direitos Humanos que preza “[...] a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regional, nacional e planetário”, conforme define o Conselho Nacional de Educação (Resolução nº 1 de 30 de maio de 2012). Além disso, a Educação Ambiental é, também, posta e discutida nas disciplinas Ensino de Ciências I e II e em Educação Ambiental e sustentabilidade, promovendo-se a integração da educação ambiental de modo transversal, contínuo e permanente (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002).

Nesse aspecto, objetiva-se integrar ao mercado de trabalho profissionais aptos a exercerem a profissão com ética, com compromisso profissional e social, fundamentados nas competências e nas habilidades desenvolvidas ao longo do curso.

5.4.6 Disciplinas Optativas

Quadro 7: Disciplinas Optativas

Disciplinas	Pré-Requisito	CARGA HORÁRIA				Créditos
		Teórica	Prática	Hora Aula	Hora Relógio	
Alternâncias Educativas	--	30	--	36	30	2
Educação Popular e Movimento Sociais	--	30	--	36	30	2
Formação e Prática Docente	--	30	--	36	30	2
Fundamentos Filosóficos da Práxis Educacional	--	30	--	36	30	2
Pedagogia Histórico-Crítica e Psicologia Histórico Cultural: Fundamentos para a Prática Pedagógica	--	30	--	36	30	2
Pesquisa com o Cotidiano Escolar	--	30	--	36	30	2
Psicomotricidade: o Corpo no Brincar	--	30	--	36	30	2
Tópicos Especiais em Educação	--	30	--	36	30	2

Fonte: Elaborado pelo NDE (out. 2025)

5.5 Estágio Curricular Supervisionado

O curso de Pedagogia tem, em sua Matriz Curricular, os componentes curriculares de

Orientação de Estágio (I ao V) com o objetivo de acompanhar diretamente os estagiários nos diversos campos dessa prática. As atividades de estágio serão realizadas em horário distinto do turno cursado pelo estudante.

Entende-se que o Estágio Curricular Supervisionado é um componente importante na formação de professores e precisamos entendê-lo como um espaço/tempo de reflexão, já que nos deparamos com várias situações que nos levam a pensar sobre a prática pedagógica do professor da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental e do gestor educacional.

Segundo Pimenta e Lima (2004), o estágio foi identificado, por muito tempo, como a parte prática dos cursos de graduação, que possibilitava uma aproximação às situações reais do trabalho docente, contudo, na atualidade, o Estágio, consoante com a nossa acepção, é uma atividade teórica instrumentalizadora da práxis docente, que torna possível a transformação da realidade. Dessa forma, o estágio não é uma mera atividade do currículo, mas se constitui, também, como o corpo de conhecimento do curso de formação de professor, possibilitando a articulação entre os conhecimentos teóricos e práticos a fim de que o estudante possa ter contato, já na graduação, com a realidade profissional para a qual se prepara, pois é dessa junção: prática e teoria mediadas pela reflexão que temos a práxis. É preciso evidenciar que é a partir da práxis que a consciência se transforma, não é pura ação, mas ação e reflexão. Daí a unidade entre prática e teoria, em que ambas se vão constituindo, fazendo-se e refazendo-se num movimento permanente no qual vamos da prática à teoria e desta a uma nova prática (Freire, 1981, p. 109).

Nesse sentido, teoria, prática e reflexão são termos fundamentais na discussão sobre a formação de professores e o estágio curricular. Dessa forma, o estágio supervisionado é um conjunto de atividades de formação que é realizado sob a orientação e a supervisão de um docente da instituição de ensino superior em conjunto com professores e gestores da educação básica e outros atores de ambientes não escolares. Estas atividades têm o intuito de possibilitar ao acadêmico, situações de efetivo exercício profissional docente. Sendo assim, a prática do estágio curricular deve contribuir para “[...] a associação entre teorias e práticas pedagógicas, mediante o desenvolvimento de atividades práticas, orientadas a partir das realidades educacionais em que o futuro profissional do magistério atuará (...)”, como estabelece o inciso III do artigo 14 da Resolução CNE/CP n ° 4, de 29 de maio de 2024 (Brasil, 2024).

Também para Pimenta (2006, p. 75), o estágio deve ser:

[...] um momento de síntese dos conteúdos das matérias de ensino, das teorias de

aprendizagem e das experiências pessoais, bem como deve constituir-se em um processo de reflexão-ação-reflexão que ultrapasse a experiência restrita.

O estágio curricular é a atividade básica na relação teoria e prática, a partir dele, há a possibilidade de o futuro professor refletir e produzir novos conhecimentos, ao compreender a implicação de sua ação docente na realidade em que atua. O exercício da reflexão sobre a ação pode levá-lo à reconstrução da relação dialética entre teoria e prática, resultando assim, em uma prática da transformação da realidade. Essas exigências nos levam a refletir sobre a necessidade de mudança no processo de formação inicial de professores, devendo esta se constituir em uma proposta inovadora e avançada em termos de pressupostos teórico-filosóficos, pensando em novas formas de organização curricular que possibilitem em todo o curso a relação teoria-prática, proporcionando vivências em situações reais de trabalho como forma de promover não só uma aproximação maior entre universidade e sociedade, mas também como forma de propiciar ao acadêmico a reflexão desta prática vivenciada num processo desconhecido por muitos acadêmicos.

Nesse momento, o estágio curricular supervisionado assume um papel importantíssimo durante o processo de formação de professores, como o corpo de conhecimento do curso de formação, possibilitando a articulação entre os conhecimentos teóricos e práticos (Pimenta e Lima, 2004).

Sob esta perspectiva, não podemos reduzir o estágio ao momento de “se colocar em prática, a teoria aprendida”, limitando esta prática de ensino a mera aplicação de técnicas que, ainda segundo as autoras, não dão conta da complexidade das situações da intervenção pedagógica docente. Por isso, o estágio curricular proporciona um contato direto com o contexto educacional, ao oferecer a oportunidade ao estudante de elaboração e reelaboração dos conhecimentos construídos durante o curso.

Quando compreendemos o professor como um intelectual em processo contínuo de construção, cujo trabalho está diretamente vinculado ao conhecimento e à educação como um processo dialético de desenvolvimento do homem, historicamente situado, entendemos, então, que este profissional precisa da teoria para iluminar sua prática, e que esta precisa ser continuamente refletida para que sua teoria seja ressignificada (Lima, 2012).

Dessa forma, o objetivo do Estágio Curricular no curso de Licenciatura de Pedagogia é de promover a integração, a articulação e a inter-relação de conhecimentos teóricos e práticos dos campos de conhecimentos com a atividade profissional e as competências necessárias para a ação docente, bem como contribuir na formação profissional dos estudantes de Pedagogia.

Os campos de estágio para o curso de licenciatura em Pedagogia da UEMG – Carangola

estão distribuídos nas redes de ensino municipal, estadual e particular de Carangola, seu entorno, bem como em outros municípios nos quais a Universidade recebe estudantes.

A Resolução CNE/CP n.º 4, de 29 de maio de 2024, que “[...] define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (...)” (Brasil, 2024), estabelece 400 horas para o Estágio Curricular Supervisionado. Para fins de cômputo em créditos, serão acrescidas mais 5 horas, totalizando 405 horas o que equivale a 27 créditos. Essa carga horária foi distribuída entre as etapas ou modalidades de ensino a seguir: Estágio Supervisionado I (Inserção em escolas de Educação Infantil ou dos anos iniciais do Ensino Fundamental); Estágio Supervisionado II (Gestão Escolar); Estágio Supervisionado III (Educação do Campo ou Educação Especial); Estágio Supervisionado IV (Educação Infantil); e Estágio Supervisionado V (anos iniciais do Ensino Fundamental). Ressalta-se que o Estágio Supervisionado poderá ser realizado em diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, priorizando-se aquelas que correspondem ao campo de maior atuação profissional do egresso do curso de licenciatura em Pedagogia.

Veja no Quadro abaixo a descrição e a devida carga horária das etapas do estágio:

Quadro 8: Estágio Supervisionado

Estágio Supervisionado	Carga horária
Estágio Supervisionado I (Educação Infantil ou anos iniciais do Ensino Fundamental)	45
Estágio Supervisionado II (Gestão Escolar)	90
Estágio Supervisionado III (Educação do Campo ou Educação Especial)	90
Estágio Supervisionado IV (Educação Infantil)	90
Estágio Supervisionado V (Anos Iniciais do Ensino Fundamental)	90
Total	405

Fonte: Elaborado pelo NDE (out. 2025)

Um aspecto relevante a ser destacado refere-se à organização das quatrocentas e cinco horas (405h) obrigatórias de estágio, distribuídas a partir do primeiro período do curso. Tal estrutura visa garantir múltiplas oportunidades formativas, planejadas de modo a possibilitar que o licenciando desenvolva práticas específicas relacionadas ao ensino e à condução dos processos educativos. Essas experiências abrangem momentos de observação, reflexão, discussão e atuação direta, oportunizando ainda o recebimento de devolutivas sistemáticas que contribuem para o aperfeiçoamento de sua prática docente.

Essa organização está articulada às disciplinas que envolvem atividades de prática de ensino nas diferentes áreas de atuação do egresso em Pedagogia, de modo que tal estrutura evidencia a necessidade de fundamentar as ações pedagógicas em conhecimentos teóricos que deem suporte aos objetivos formativos propostos. Caso contrário, as práticas poderão carecer

de direcionamento e intencionalidade. Nesse sentido, torna-se imprescindível que todos os professores, independentemente da disciplina que ministrem, se comprometam a planejar suas aulas de forma integrada, promovendo a aproximação e o diálogo do futuro professor com a realidade educacional e favorecendo a construção de saberes a partir dessa experiência concreta.

Conforme Pimenta (2006), a formação docente requer a articulação entre teoria e prática, entendendo o estágio como um espaço de reflexão e reconstrução do conhecimento profissional. Do mesmo modo, Tardif (2002) ressalta que os saberes docentes se constituem na interrelação entre a experiência vivida e o conhecimento sistematizado, o que reforça a importância de uma prática orientada, crítica e reflexiva ao longo do processo formativo.

De acordo com essa organização, o Estágio Curricular do Curso de Pedagogia da UEMG – Carangola será desenvolvido de forma progressiva ao longo do curso, abrangendo experiências na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na Gestão Escolar e, ainda, em modalidades e atividades específicas, como a Educação do Campo e a Educação Especial. Busca-se, assim, assegurar aos graduandos vivências formativas que possibilitem o exercício profissional em diferentes contextos educacionais, promovendo o desenvolvimento de atitudes éticas, conhecimentos e competências, conforme previsto neste documento.

Os/as estagiários/as serão orientados/as e acompanhados/as pelos/as professores/as responsáveis pelas disciplinas de estágio, que terão a função de planejar, supervisionar e avaliar o processo formativo em articulação e a colaboração de professores/as supervisores/as das instituições-campo de estágio da Educação Básica.

O Estágio Curricular pressupõe atividades pedagógicas efetivadas em um ambiente institucional de trabalho, reconhecido por um sistema de ensino, que se concretiza na relação interinstitucional, estabelecida entre um docente experiente e o aluno estagiário, com a mediação de um professor supervisor acadêmico no tocante à Educação Básica. A realização das atividades concernentes ao Estágio Curricular deve proporcionar ao estagiário uma reflexão contextualizada, conferindo-lhe condições para que se forme como autor de sua prática, por meio da vivência institucional sistemática, intencional, norteadas pelo Projeto Pedagógico da instituição formadora.

Durante o Estágio Curricular, o licenciando deverá proceder ao estudo e interpretação da realidade educacional do seu campo de estágio, desenvolvendo atividades relativas à docência e à gestão educacional em espaços escolares, produzindo uma avaliação desta experiência e sua autoavaliação.

O Estágio se iniciará no 1º período e se estenderá até o 7º período, sendo que em cada um dos semestres letivos será desenvolvido um montante específico do número de horas destinadas ao desenvolvimento das atividades de estágio, totalizando 405 horas – 27 créditos, assegurando-se aos graduandos de Pedagogia o exercício da docência e da gestão escolar. A regulamentação para o Estágio Supervisionado se encontra apensado neste documento. (Apêndice 3).

5.6 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Curso de Pedagogia, em sua nova estrutura curricular, evidencia um compromisso significativo com a produção acadêmica e com o domínio da linguagem científica por parte do graduando. Assim, foi inserido, no 1º período letivo, o componente curricular Gêneros Textuais e Práticas Sociais de Linguagem, com o intuito de que o(a) estudante se aproprie dos conceitos linguísticos básicos necessários à redação de textos acadêmicos. No 3º período, foi inserido o componente curricular Metodologia dos Trabalhos Acadêmico-Científicos, voltado à elaboração de produções acadêmicas. No 4º período, incluiu-se o componente curricular Pesquisa em Educação, com vistas ao aprofundamento em pesquisas que têm como foco os processos e as práticas educativas. Por fim, no 5º período, foi incluído o componente Produção do Trabalho de Conclusão de Curso, destinado a apoiar a elaboração dos projetos de pesquisa.

Nessa perspectiva, na disciplina Produção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), os(as) estudantes serão orientados(as) diretamente pelo(a) professor(a) responsável pela disciplina, sem prejuízo da possibilidade de orientação complementar por outros docentes do curso. O objetivo desse componente é a elaboração de um projeto de TCC, cujo tema deve articular os conteúdos da área da Pedagogia às relações estabelecidas entre a escola e outras instituições socializadoras. No final do 5º período, os/as estudantes devem protocolar o Projeto de Pesquisa para o/a professor/a do componente curricular Produção do Trabalho de Conclusão de Curso, que deverá, em seguida, protocolar para o/a Coordenador/a os projetos de pesquisa e a listagem com nomes dos estudantes, os títulos dos projetos e o nome do/a possível orientador/a.

O/a estudante deverá desenvolver o TCC sob o acompanhamento de um/a professor/a orientador/a durante os 6º, 7º e 8º períodos e matricular-se nos componentes curriculares Seminários de Pesquisa e Defesa de TCC para que seja orientado no desenvolvimento da pesquisa e que faça as apresentações parcial e final, discutindo os pontos principais do trabalho.

A disciplina Defesa de TCC será ofertada em qualquer semestre letivo aos estudantes que não realizarem a defesa no 8º período, a fim de assegurar a continuidade do vínculo institucional até a conclusão do Trabalho de Conclusão de Curso.

É importante enfatizar que o TCC deve ser em formato de monografia ou artigo científico, composto por um trabalho de pesquisa de cunho acadêmico. O propósito é iniciar o estudante no processo de investigação científica, tendo em vista a sua formação como professor investigador do cotidiano escolar. O TCC pode ser desenvolvido individualmente ou em duplas.

Ressalta-se que o TCC é um trabalho voltado à aquisição de novos conhecimentos ou ao aprofundamento de alguns dos temas abordados durante o curso, com a possibilidade de ser publicado em jornais, revistas acadêmicas, na *homepage* da UEMG – Unidade Carangola, entre outros.

A apresentação escrita e a defesa oral da monografia ou do artigo científico serão realizadas no 8º período letivo, sob a organização dos(as) professores(as) responsáveis pelos componentes curriculares Seminário de Pesquisa e Defesa de TCC, e avaliadas por uma banca composta, obrigatoriamente, por três membros: o(a) professor(a) orientador(a) do trabalho (da Unidade Carangola); o(a) coorientador(a), quando houver; um(a) professor(a) do corpo docente da Unidade Acadêmica de Carangola; e um(a) avaliador(a) convidado(a), preferencialmente externo(a) à UEMG/Carangola, que poderá ser docente ou profissional pertencente à área da pesquisa desenvolvida. Ressalta-se que os(as) professores(as) orientadores(as) devem possuir, no mínimo, título de pós-graduação lato sensu. No caso de coorientação, poderão atuar docentes da área de pesquisa identificada no projeto, inclusive oriundos(as) de outras Instituições de Educação Superior, desde que possuam titulação mínima de especialista.

A apresentação oral seguirá os trâmites usuais da defesa de um trabalho acadêmico, estando aberta à comunidade acadêmica e à sociedade civil e científica, e se constitui como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia (o Regulamento para a Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso encontra-se no Apêndice 4 deste documento).

O estudante deve realizar a defesa pública do TCC e em caso de aprovação deve apresentar a Ata ao Colegiado do Curso para o cômputo da carga horária correspondente ao componente curricular Defesa de TCC.

É importante salientar que será assegurada ao professor/a orientador do TCC, a carga horária semanal mínima de 2 horas por orientando, chegando ao máximo de 6 horas e três orientações, correspondente a encargos didáticos, observando a determinação do Artigo 21 da Resolução COEPE/UEMG nº 234, de 23 de novembro de 2018. O tempo de trabalho destinado

à orientação do TCC dos docentes da Instituição deverá constar no Plano de Trabalho Anual do docente.

Para a orientação do TCC, o/a professor/a orientador/a assegurará atendimento semanal ao(s) discente(s), conforme estabelece a Resolução COEPE/UEMG nº 234/2018. Compete a ele/a compor e dirigir as bancas de avaliação final do TCC, em diálogo com a Coordenação do Curso e com os/as professores/as dos componentes curriculares Seminário de Pesquisa e/ou Defesa de TCC.

As demais orientações para escrita, defesa, aprovação e entrega do TCC seguirão as regulamentações gerais da UEMG de elaboração e entrega do TCC, e na ausência desta, as estabelecidas no Regulamento para a Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (Apêndice 4).

5.7 Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE)

Seguindo as diretrizes apresentadas pela Resolução n.º 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e pela Resolução UEMG/COEPE n.º 287, de 04 de março de 2021, que dispõe sobre o desenvolvimento de atividades de extensão como componente curricular obrigatório dos Cursos de Graduação da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), e também a Resolução CEE Nº 490, de 26 de abril de 2022, que dispõe sobre os princípios, os fundamentos, as diretrizes e os procedimentos gerais para a Integralização da Extensão nos Currículos dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação *Lato Sensu* no Sistema de Ensino do Estado de Minas Gerais e dá outras providências, os estudantes do curso de Licenciatura em Pedagogia da UEMG - Unidade Acadêmica de Carangola deverão cumprir 330 horas/relógio que serão distribuídas nas disciplinas previstas no Quadro 1 do Apêndice 5.

A extensão, conforme apresentado no Art. 78 do Estatuto da UEMG, é um “[...] processo educativo, cultural e científico, indissociável do ensino e da pesquisa, visa a desenvolver as relações entre a Universidade e a sociedade e contribuir para elevar os padrões de vida das diferentes regiões mineiras” (Minas Gerais, 2013, p. 30). Como descrito no Art. 2º da Resolução UEMG/COEPE n.º 287/2021, as Atividades de Extensão Curricular visam promover o processo de:

I – interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões contemporâneas presentes no contexto social;

II – formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência e interação dos

conhecimentos construídos na Universidade de modo integrado;

III – proposição de ações sobre a Universidade e sobre os demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos;

IV – articulação entre ensino/pesquisa/extensão, ancorada em processos pedagógicos integrados, político-educacionais, culturais, científicos e tecnológicos.

É importante destacar que para que as ações sejam consideradas como prática de extensão curricular, os estudantes devem participar ativamente do processo de elaboração e execução das atividades voltadas para a sociedade. Conforme apresentado na Resolução UEMG/COEPE n.º 287/2021, as atividades extensionistas no curso de Pedagogia ocorrerão a partir do desenvolvimento de programas, projetos, cursos/oficinas e eventos/prestação de serviços.

Para além das listadas, demais possibilidades de atividades extensionistas poderão ser desenvolvidas, tais como: minicursos, palestras extra acadêmicas, divulgação científica, projetos de responsabilidade social, trabalhos voluntários em entidades com compromissos sociais (ONGs, creches, asilos, movimentos sociais, etc.), consultorias/prestação de serviços e organização de eventos abertos ao público em geral, inclusive para além das propostas sugeridas pela universidade. O Regulamento de Atividades Acadêmicas de Extensão do Curso de Pedagogia da UEMG – Unidade Acadêmica de Carangola se encontra no Apêndice 5.

Considerando que a Extensão Curricular envolve, na maioria das vezes, um elevado número de estudantes matriculados na disciplina à qual as atividades estão vinculadas — podendo chegar a aproximadamente quarenta discentes — e que esse tipo de atividade exige uma carga horária significativa para planejar, elaborar, orientar, supervisionar, avaliar, conferir e analisar os projetos e relatórios produzidos, estabelece-se que as atividades de orientação decorrentes da curricularização da extensão serão creditadas ao docente responsável. Tais encargos didáticos corresponderão ao número de créditos equivalente à carga horária destinada à atividade extensionista, tendo em vista a natureza do trabalho docente relacionado às AAE.

6. GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO

6.1 O Colegiado do Curso de Pedagogia

O Colegiado de Curso de Graduação é um órgão normativo e consultivo de cada curso que tem por finalidade acompanhar a implementação do projeto pedagógico, avaliar alterações dos currículos plenos, discutir temas ligados ao curso, planejar e avaliar as atividades acadêmicas do curso, observando-se as políticas e as normas da UEMG.

Segundo o Estatuto da Universidade do Estado de Minas Gerais, Decreto nº. 46.352, de 25 de novembro de 2013, artigo 57, o Colegiado de Curso é constituído:

- I – por representantes dos Departamentos que participam do curso;
- II – por representantes dos professores que atuam no curso, eleitos por seus pares; e
- III – por representantes dos estudantes matriculados no curso, escolhidos na forma deste Estatuto e do Regimento Geral.

Os representantes têm mandato de dois anos, permitindo o exercício de até dois mandatos consecutivos.

De acordo com o referido Estatuto, artigo 59, incisos de I a VIII, compete ao Colegiado de Curso: orientar, coordenar e supervisionar as atividades do curso; elaborar o projeto pedagógico do curso e encaminhá-lo ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, ouvida a Pró-Reitoria de Graduação; fixar as diretrizes dos programas das disciplinas e recomendar modificações aos Departamentos; elaborar a programação das atividades letivas para apreciação dos Departamentos envolvidos; avaliar periodicamente a qualidade e a eficácia do curso e o aproveitamento dos alunos; recomendar ao Departamento a designação ou substituição de docentes; decidir as questões referentes à matrícula, remoção, dispensa de disciplina, transferência, obtenção de novo título, assim como as representações e os recursos sobre matéria didática; e representar ao órgão competente no caso de infração disciplinar. O Colegiado de Curso funcionará com a maioria absoluta de seus membros e suas decisões serão tomadas pela maioria de votos dos presentes, excluídos os brancos e nulos.

Segundo ainda o Estatuto, o Coordenador do Colegiado do Curso será eleito pelos pares, por um período de dois anos igualmente renováveis. O artigo 58 do Estatuto da Universidade do Estado de Minas Gerais, Decreto nº. 46.352, de 25 de novembro de 2013, designa as principais competências do Coordenador do Colegiado: I - presidir o Colegiado de curso; II - fazer cumprir as deliberações do Colegiado de Curso; e III - atender às demandas da administração superior no que diz respeito ao respectivo curso.

É importante enfatizar que de acordo com a Resolução COEPE/UEMG nº 273, de 21 de

julho de 2020, o Colegiado de Curso terá um Coordenador e um Subcoordenador.

6.2 Atuação do Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

As atribuições do Núcleo Docente Estruturante estão previstas no Artigo 2º da Resolução CONAES, nº. 01, de 17 de julho de 2010, assim apresentados:

- a) Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- b) Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- c) Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- d) Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação.

Tendo como base a resolução do CONAES, o Art. 2º da Resolução COEPE/UEMG Nº 284/2020, define o Núcleo Docente Estruturante como um órgão consultivo de caráter permanente em cada curso de graduação da Universidade, possuindo as seguintes atribuições:

- a) atuar no acompanhamento, na consolidação e na atualização do Projeto Pedagógico do Curso – PPC;
- b) contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- c) zelar pela integração interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- d) identificar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- e) zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

O NDE é constituído pelo Coordenador do Colegiado do Curso, membro nato, e por quatro professores pertencentes ao corpo docente do curso. É recomendado que pelo menos 60% dos membros tenham titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Essa constituição é legítima por apresentar condições de contribuir com zelo pela integração curricular interdisciplinar, indicação de áreas de atuação e cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais

6.3 Departamento de Educação, Linguística e Letras (DELL)

A partir de 2020 a Unidade Carangola passou pelo processo de departamentalização, com a criação de 5 departamentos, cada um compreendendo disciplinas afins e congregando professores para objetivos comuns de ensino, pesquisa e extensão. No que tange ao curso de Pedagogia, a maior parte das disciplinas de sua matriz curricular (isto é, as disciplinas específicas do curso), pertencem ao Departamento de Educação, Linguística e Letras (DELL) a partir de então.

De acordo com Art. 61 do Estatuto da UEMG (Minas Gerais, 2013), cada Departamento, constituindo “a menor fração da estrutura da Universidade para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal”, possuirá um chefe e um subchefe, eleitos conforme normas estabelecidas no regimento Geral. Além da chefia, o Departamento compõe-se internamente de uma Câmara Departamental, presidida pelo Chefe do Departamento, com voto de qualidade, e integrada também:

I - pelo Subchefe do Departamento;

II - por representantes de diferentes níveis da carreira do magistério superior que estejam no exercício do cargo de provimento efetivo, eleitos por seus pares;

III - por representantes do corpo técnico-administrativo; e

IV - por representantes do corpo discente, escolhidos na forma deste Estatuto e do Regimento Geral.

Segundo o § 2º do Art. 63 do referido Estatuto, salvo o contrário, os representantes terão mandato de três anos, permitida uma recondução, e possuirão suplentes eleitos com mandato vinculado aos titulares, para substituí-los em suas faltas ou impedimentos. Cabe à Câmara de cada Departamento reunir-se, ordinariamente, uma vez por mês e, em caráter extraordinário, quando convocada pelo Chefe do Departamento, por iniciativa própria ou a requerimento de um terço, no mínimo, de seus membros. As atribuições deste órgão podem ser consultadas no Art. 66 do Estatuto da UEMG.

7 ATIVIDADES DE PESQUISA E EXTENSÃO

A Unidade Carangola mantém um Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPEX) responsável pela análise e aprovação de projetos relativos à Iniciação Científica e Cursos e Projetos de Extensão promovidos por professores. Essas atividades de pesquisa e extensão vêm sendo bastante utilizadas pelos professores e os alunos têm cobrado a participação nessas atividades.

O curso evidencia a necessidade de que a Universidade ultrapasse seus limites físicos, estabelecendo diálogo efetivo com a comunidade local e regional. Nesse contexto, pesquisas de campo vêm sendo sistematicamente desenvolvidas, e docentes têm proposto a criação de Grupos de Estudos que promovam a integração entre universidade e sociedade, fomentando crescimento e aprendizado mútuos. Ressalta-se que os discentes devem ser capacitados para desenvolver ações comunitárias fundamentadas em princípios éticos e em valores que articulem reflexão crítica, conhecimento acadêmico e saberes populares, contribuindo para a valorização da sala de aula, da cultura e das manifestações artísticas locais e regionais.

Acreditamos que a formação acadêmica do Licenciado em Pedagogia deve ocorrer de maneira integrada, considerando o conjunto das atividades de ensino necessárias para garantir a consolidação de um profissional participativo, crítico e produtivo.

É importante ressaltar que o curso de Pedagogia realiza com periodicidade anual o Simpósio de Pedagogia, com palestras, minicursos e outras atividades culturais, que mobilizam não só os graduandos em Pedagogia, como egressos da instituição e a comunidade em geral. Há de se considerar, também, os eventos acadêmicos científicos que já fazem parte do calendário oficial da UEMG, como o Seminário de Pesquisa e Extensão.

8 SISTEMA DE AVALIAÇÃO

8.1 Avaliação do Curso e do Projeto Pedagógico

A avaliação das medidas propostas no Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia está estritamente relacionada à concepção que compreende a Unidade Carangola, como um espaço social a serviço do desenvolvimento humano e do progresso da ciência.

A avaliação pretendida visa ao redirecionamento da política de desenvolvimento pedagógico do Curso rumo à elevação da qualidade do ensino oferecido e do conhecimento produzido. Diferente da concepção que associa a avaliação a uma tentativa de controle e mensuração, a avaliação desse projeto pedagógico servirá como instrumento de reflexão das ações empreendidas. Toda a avaliação referente ao curso e ao projeto pedagógico é realizada com a participação efetiva do NDE.

8.2 Avaliação dos Docentes

Todos os docentes que atuem no Curso de Pedagogia devem apresentar os seus Planos de Gestão de Desempenho Individual (PGDI) semestralmente, no qual eles estabelecem metas e descrevem ações e atividades relacionadas ao ensino, à pesquisa, à extensão e à gestão acadêmica. Estes Planos são analisados pela Comissão de Avaliação do Departamento de Educação, Linguística e Letras da Unidade e, anualmente, os professores efetivos são avaliados pelos Chefes de Departamento em conjunto com a Comissão. Este processo em sua totalidade é registrado no Sistema de Avaliação de Desempenho (SISAD).

Os docentes apresentam Relatórios de Atividades Acadêmicas anuais e os Planos de Trabalho para os anos vindouros detalhando as atividades realizadas e as planejadas e/ou propostas que, por sua vez, são apreciadas e aprovadas pelas Câmaras Departamentais de cada Departamento. A Câmara Departamental pode deferir ou indeferir estes documentos.

Os docentes também serão avaliados anualmente pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), mediante instrumento de avaliação que considera as especificidades desta Unidade Acadêmica da UEMG.

8.3 Avaliação dos Discentes

Para a avaliação da aprendizagem dos discentes, buscar-se-á, através do

acompanhamento docente, das atividades individuais e em grupos dos alunos, valorizar a integração dos quatro núcleos de estudos, o desempenho das competências e das habilidades traçadas para o Curso de Pedagogia, observando-se as especificidades e a globalidade dos conteúdos das disciplinas e as metodologias adotadas em sala de aula pelos professores.

Segundo o artigo 38 do Regimento da UEMG (UEMG, 2017): “a avaliação do rendimento escolar é feita em cada disciplina, em função do aproveitamento verificado em provas e trabalhos decorrentes das atividades desenvolvidas pelo estudante”. Portanto, o rendimento escolar do aluno é verificado dentro de cada semestre letivo, levando-se em consideração a assiduidade e eficiência comprovadas nos estudos, sendo que, ambas, são eliminatórias.

No artigo 39 do referido Regimento: “a avaliação do rendimento em cada disciplina é feita por pontos cumulativos, em uma escala de 0 (zero) a 100 (cem)” e no parágrafo único desse artigo é ressaltado que: “nenhuma avaliação parcial do aproveitamento pode ter valor superior a quarenta (40) pontos”. Essas determinações são seguidas neste Projeto Pedagógico. Assim, ao final do Curso, o aluno deverá ter atingido os objetivos propostos por cada atividade curricular prevista.

Para ser aprovado nas disciplinas, no final do semestre letivo, o aluno deve alcançar nota igual ou superior a sessenta (60) pontos, obtidas através de atividades e provas escritas e frequência igual ou superior a 75% das aulas. Conforme indicado no Art. 3º da Resolução COEPE/UEMG n. 249, de 06 de abril de 2020, o aluno que se enquadrar nas seguintes situações faz jus à compensação de faltas: “I – Estado de gestação; II – Adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção; III – Afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismo ou outras condições mórbidas, determinando distúrbios agudos ou agudizados [...]”.

As provas realizadas para avaliação de conteúdos e habilidades devem ser associadas a outros procedimentos como observações, seminários, painéis, trabalhos individuais e em grupo. O professor tem autonomia na distribuição dos valores desses trabalhos, devendo, no entanto, o maior valor ser atribuído à atividade avaliativa (não ultrapassando 40 pontos).

A avaliação é parte integrante do processo de formação, uma vez que possibilita diagnosticar questões relevantes, aferir os resultados alcançados, considerando os objetivos propostos e identificar mudanças de percurso eventualmente necessárias.

8.4 Comissão Própria de Avaliação (CPA)

De acordo com o Artigo 157 do Regimento Geral da UEMG (2017), a Comissão Própria

de Avaliação (CPA) é responsável por coordenar, sistematizar e fornecer informações relativas aos processos de Autoavaliação Institucional, atuando de forma permanente e autônoma em relação aos Conselhos e demais órgãos colegiados da Universidade. A CPA é, portanto, a instância encarregada de conduzir, anualmente, o processo de Autoavaliação da Instituição.

Nessa perspectiva, a Comissão Própria de Avaliação da Unidade Carangola (CPA/Unidade Carangola) foi constituída conforme os artigos 157, 158 e 159 da Resolução CONUN/UEMG nº 374, de 26 de outubro de 2017, e da Resolução CONUN/UEMG nº 419, de 21 de dezembro de 2018. Sua composição inclui representantes do corpo docente, técnico-administrativo, discente e da sociedade civil organizada, assegurando a participação de diferentes segmentos institucionais e comunitários no processo avaliativo. Os membros possuem mandato de três anos, permitida uma recondução. Para os representantes discentes, o mandato é de um ano, também com possibilidade de recondução.

A atual CPA da Unidade Carangola foi oficialmente constituída pelo Ato Normativo nº 15, de 03 de novembro de 2025. Parte dos membros já atuava desde a designação inicial realizada pela gestão da Unidade por meio do Ato nº 10, de 14 de novembro de 2024, o que contribuiu para a continuidade das ações avaliativas. Em seu primeiro ano de atuação, a comissão realizou a pesquisa institucional referente ao segundo semestre de 2024 e, atualmente, conduz a pesquisa institucional correspondente ao segundo semestre de 2025, mantendo a regularidade e o compromisso com o processo de autoavaliação institucional.

9 ASSISTÊNCIA E APOIO PSICOPEDAGÓGICO AO ESTUDANTE

Ciente de seu papel social, a UEMG e a Unidade Acadêmica de Carangola reafirmam seu compromisso com a pleno direito de acesso e permanência do estudante ao ensino superior, e, por meio das Pró-Reitorias de Graduação (PROGRAD) e de Extensão (PROEx), planejam ações que visam à estruturação de uma política de assistência ao estudante.

9.1 Programa Estadual de Assistência Estudantil (PEAES), Programa de Apoio à Pesquisa (PAPq) e Programa de Apoio a Projetos de Extensão (PAEX)

O Programa Estadual de Assistência Estudantil (PEAES), instituído a partir da promulgação da Lei 22.570/17 e regulamentado pelo Decreto 47.389/18, é voltado aos estudantes de baixa renda, e objetiva contribuir para a permanência do estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica na UEMG. A Universidade regulamenta o acesso aos benefícios por meio de edital específico e os estudantes selecionados podem ser contemplados com os seguintes auxílios: moradia, alimentação, transporte, auxílio creche e apoio pedagógico.

O Programa Institucional de Apoio à Pesquisa (PAPq/UEMG) busca contribuir para a iniciação científica de discentes em atividades de pesquisa, de forma a estimular suas habilidades científicas, visando também propiciar uma maior integração entre a graduação e a pós-graduação em atividades científicas, tecnológicas e artístico-culturais, mediante a concessão de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica. O PAPq prevê as seguintes modalidades de bolsas e auxílios:

- Bolsa de Iniciação Científica para alunos de graduação – BIC;
- Bolsa para Professor Orientador de bolsistas de Iniciação Científica – BPO.

A abertura de Editais para uma ou mais dessas modalidades e o número de bolsas e auxílios a serem implementados, assim como os critérios e procedimentos de seleção dos projetos de pesquisa, são detalhados em cada Edital de seleção, publicados periodicamente na página da UEMG.

Tendo em vista a obrigatoriedade de se desenvolverem atividades de extensão como componentes curriculares obrigatórios nos cursos de graduação, à luz, da Resolução CNE/CES nº 7 de 18 de dezembro de 2018, destaca-se também o Programa de Apoio a Projetos de Extensão – PAEX, destinado a apoiar o desenvolvimento de Projetos de Extensão, mediante a concessão de bolsas a professores e estudantes de graduação de todas as Unidades Acadêmicas, por meio de editais específicos.

Os valores e limites das bolsas concedidas pelo Programa Institucional de Apoio à

Pesquisa (PAPq/UEMG), pelo Programa de Apoio a Projetos de Extensão (PAEX), bem como aqueles destinados à monitoria e aos monitores que atendem discentes público-alvo da educação especial e inclusiva, estão fixados na Resolução CONUN/UEMG nº 676, de setembro de 2025. A resolução contempla o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, com o objetivo de garantir o direito à educação em um sistema educacional inclusivo, sem discriminação e baseado na igualdade de oportunidades para estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação.

9.2 Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE)

O Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE) da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) em Carangola é um órgão de apoio aos estudantes que tem como principal objetivo auxiliar no desenvolvimento acadêmico do estudante, sua integração na Universidade, estimular o processo ensino-aprendizagem e a adaptação dos alunos junto à comunidade universitária, do ingresso até a conclusão do curso. Tal objetivo visa contribuir para a formação integral dos estudantes, tendo ciência da necessidade e importância do papel social da Universidade, bem como seu compromisso de promover espaços para que se desenvolvam as competências fundamentais para a construção de seu processo formativo.

10 INFRAESTRUTURA

A Unidade Acadêmica de Carangola possui uma área total de 12.844 m² dos quais, 6.522,79 m² são de área construída e 2.812 m² destinam-se ao campo de futebol, estacionamento e espaço destinado à expansão da Unidade.

Como estrutura física, a Unidade conta com três prédios (blocos) que são distribuídos em uma ampla área e sua estrutura e instalações acadêmicas têm capacidade para atender a cerca de 1.800 alunos por turno.

O bloco 1 é um prédio construído em 1922, tombado pelo Patrimônio Histórico e Cultural de Minas Gerais. Possui uma área construída de 1.630m² distribuídos em três pavimentos, a saber:

✓ Térreo: setor de protocolo/recepção; administração central da Unidade (direção, vice direção, secretaria acadêmica); sala do Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE); laboratórios multidisciplinares de ciências biológicas e da saúde; sala de aula; banheiros.

✓ Primeiro pavimento: oito salas de aula para 30 alunos cada; setor de patrimônio, compras e recursos humanos; sala de arquivo; NUPEX; sala de chefias de departamentos; banheiros.

✓ Segundo pavimento: seis salas de aula para 30 alunos cada; Laboratório de Matemática e Física.

O bloco 2 foi construído na década de 1980 e reformado em 2022, também conta com 3 pavimentos, numa área total construída de 2.971,68m², onde encontramos:

✓ Térreo: auditório com capacidade para 400 pessoas; banheiros.

✓ Primeiro pavimento: oito salas de aula para 25 alunos cada; laboratórios de informática; Laboratório de Cartografia e Geoprocessamento; sala de atendimento aos discentes; sala de coordenações; sala dos professores; banheiros.

✓ Segundo pavimento: oito salas de aula para 50 alunos cada; banheiros.

A sala dos(as) professores(as) é um espaço de interação e reunião entre docentes das diferentes áreas do conhecimento. O mobiliário é composto por uma mesa central, cadeiras rolantes e convencionais, três mesas laterais, sofá e escaninhos individuais. O ambiente é climatizado, contém bebedouros e sinal de internet. A sala conta ainda com banheiros masculino e feminino de uso exclusivo dos docentes.

O bloco 3 é a construção mais nova e sua estrutura física está assim distribuída:

✓ Térreo: biblioteca; banheiros.

✓ Primeiro pavimento: brinquedoteca; cinco salas de aula para 40 alunos cada; banheiros.

✓ Segundo pavimento: nove salas de aula para 30 alunos cada; banheiros.

Além destes blocos, a Unidade Acadêmica conta ainda com outras construções menores:

✓ Museu de Zoologia Newton Baião de Azevedo

✓ Herbário

✓ Sede da organização esportiva discente e diretório acadêmico

✓ Cantina

✓ Sede da Empresa Júnior PROVISÃO

✓ Cozinha e banheiros para funcionários terceirizados e administrativos

✓ Depósito de material (almoxarifado)

✓ Jardim didático

✓ Quadra Poliesportiva.

Todas as salas de aula são bem arejadas, iluminadas, possuem ventiladores e/ou ar condicionado, além de cortinas nas janelas. Todas possuem como mobiliário conjuntos de mesas e cadeiras para melhor acomodar os discentes. Das mobílias, a fim de atender às demandas de docentes e discentes, estão os quadros, mesa e cadeira do professor, projetor multimídia. Há tomadas para conexão de computadores em todas as salas, além de acesso à rede Wireless de internet, conta com o cuidado da limpeza, realizada diariamente com o propósito de manter a salubridade dos frequentadores.

10.1 Laboratório de Informática

A Unidade Acadêmica de Carangola possui um laboratório de informática com 30 computadores conectados à rede internet por um *link* de banda larga. Os computadores possuem sistema operacional Windows 10 Pro - Versão 21H2 instalado e estão conectados via rede local ponto a ponto. Há também um laboratório localizado dentro da Biblioteca (possui cerca de 25 computadores). Ambos os espaços podem ser utilizados para a realização de aulas que requerem o uso dos equipamentos.

O laboratório de informática também pode ser utilizado pelos alunos e pela comunidade para a realização de pesquisas e trabalhos acadêmicos e todos os computadores possuem acesso à internet banda larga. O uso desse laboratório pela comunidade é vinculado ao acompanhamento de monitores do curso e ao contexto de divulgação ou participação em

projetos de pesquisa e/ou extensão. O detalhamento das normas de uso está descrito em regulamento próprio, conforme Anexo 1.

10.2 Biblioteca

A biblioteca da Unidade Acadêmica de Carangola vinculada ao Sistema de Bibliotecas da Universidade do Estado de Minas Gerais – SiBi-UEMG sob a coordenação geral da Pró-Reitoria de Graduação, por meio da Divisão de Bibliotecas e atende aos estudantes, servidores docentes e técnicos administrativos da Instituição, bem como ao público externo e é concebida como sendo um espaço fundamental para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. É considerada de relevante importância para o cumprimento do projeto pedagógico com excelência.

Localizada no andar térreo do bloco 3 da Unidade, em espaço amplo, iluminado, arejado, com área destinada ao acervo. Possui armários para guarda-volumes, no total de 48 escaninhos, 01 balcão com 03 computadores para o atendimento aos usuários, 01 mapoteca, 02 estantes de aço para expor revistas e/ou novas aquisições de acervo, 198 estantes de aço para guarda do acervo. O espaço dispõe de salão de leitura, com 14 mesas e 70 assentos, 04 cabines de estudo individual e 04 salas para estudo individual e/ou em grupo.

A Biblioteca possui ainda um laboratório de informática climatizado, disponibilizando para seus usuários 25 computadores com acesso à internet, sendo um deles com acessibilidade, teclado ampliado e recurso de Big Ball Mouse, e um terminal de consulta, com 01 computador de uso exclusivo para consulta do catálogo de seu acervo. Os computadores possuem a mesma configuração daqueles que compõem o Laboratório de Informática.

O tratamento técnico (controle de todas as aquisições por compra, doação, permuta, registro, estatística de aquisição por área, bem como todos os serviços de controle de entrada e baixa no acervo bibliográfico) é realizado em sala própria, com 02 computadores, 01 impressora e 01 scanner para serviços internos, 02 mesas e 02 armários de madeira.

Para a segurança dos usuários e do acervo, a biblioteca dispõe de 03 extintores de incêndio, câmeras de segurança e sistema antifurto (em implantação). O atendimento funciona de segunda a sexta-feira, de 8h às 22h, e todos os usuários têm livre acesso ao acervo, dispostos em estantes sinalizadas com o número de chamada e os assuntos correspondentes.

À Biblioteca compete interagir com as atividades de ensino e pesquisa da UEMG Carangola e da própria Universidade, integrando novas tecnologias e ferramentas específicas para a busca e recuperação da informação, gestão e disseminação do conhecimento gerado localmente, oferecendo os seguintes serviços:

ONLINE:

- Atendimento online;
- Disseminação seletiva de informação;
- Internet sem fio.

PRESENCIAL:

- Orientação e capacitação de usuários;
- Consulta local;
- Empréstimo domiciliar;
- Levantamento bibliográfico;
- Catalogação na fonte;
- Guarda-volumes.

Para alunos e funcionários podem ser emprestados até 03 livros pelo prazo de cinco dias, podendo o empréstimo ser renovado por 03 (três) vezes através do *Meu Pergamum*, se não houver reserva para o livro por parte de outro usuário. Para os(as) docentes, são emprestados até 05 livros pelo prazo de 15 dias, seguindo o mesmo critério para a renovação.

Todos os usuários podem consultar o catálogo através do site da Universidade ou através do aplicativo *Pergamum Mobile*. O software *Pergamum* oferece através do acesso ao site, no campo BIBLIOTECA < <https://biblioteca.uemg.br/> >, a possibilidade de consulta ao acervo de todas as bibliotecas das Unidades UEMG. Além dos principais pontos de recuperação de informações (autor, título e assunto), o usuário consegue acessar a pesquisa de empréstimo, efetuar reservas, renovações, etc., através do seu *login*, sendo o número de matrícula para os discentes. Para docentes e funcionários, o *login* é o CPF ou MASP, com a senha cadastrada na Biblioteca.

O *Pergamum mobile* é um aplicativo desenvolvido para uso exclusivo em *Tablets* e *Smartphones* e tem por objetivo facilitar a consulta ao acervo das unidades de informação e/ou bibliotecas da instituição, realizar reserva de materiais, bem como a renovação de empréstimos, consulta aos itens emprestados, alteração de senha, entre outros serviços disponíveis.

A atualização/expansão do acervo e dos serviços da Biblioteca da Unidade Carangola coaduna-se às demandas manifestadas pela comunidade acadêmica e pelos usuários dos serviços. O levantamento da demanda de acervo bibliográfico se faz anualmente, a partir dos planos de ensino elaborados pelos professores nos quais são identificados os títulos relacionados como bibliografia básica e complementar que já compõem o acervo bibliográfico da instituição e aqueles que precisam ser adquiridos.

O acervo da biblioteca é informatizado e gerenciado pelo sistema Pergamum, sendo dividido por áreas do conhecimento conforme sua classificação, com base na CDD - Classificação Decimal de Dewey. Adota-se para as regras de catalogação o Anglo-American Cataloguing Rules (AACR 2), e o cabeçalho de assunto Library of Congress Subject Headings (LCSH). O sistema gerencia toda a automação de informações de empréstimos, inclusive informações estatísticas. Possibilita além de consulta ao acervo das bibliotecas, renovação de empréstimos e reserva de livros através do uso internet, histórico das transações efetuadas pelos usuários na Biblioteca e o afastamento.

O acervo da bibliografia básica e da bibliografia complementar está disponível, por unidade curricular, e procura atender à quantidade média de alunos de acordo com a qualidade de desenvolvimento das pesquisas e consultas pedagógicas.

A UEMG adquiriu renomadas Plataformas digitais multidisciplinares de e-books que atendem a várias áreas do Conhecimento. Os usuários devidamente cadastrados podem acessá-las de forma simultânea, integral e ilimitada via web, estão disponíveis para Desktop, Tablets e Smartphones.

A *Biblioteca Virtual Pearson* é uma plataforma de livros acadêmicos, científicos e de formação profissional do mundo, à disposição da comunidade acadêmica da UEMG, com acesso a milhares de obras universitárias, de editoras renomadas. A plataforma reúne livros eletrônicos que podem ser consultados *online*, 24 horas por dia, 07 dias por semana. A BV/UEMG apresenta cerca de 12 mil obras disponíveis em formato e-book, multidisciplinar, com atualizações permanentes e disponíveis 24 horas, que se juntam aos milhares de títulos físicos do Sistema de Bibliotecas.

A *Minha Biblioteca* é uma plataforma virtual de livros digitais que reúne diversas obras fundamentais para a formação de profissionais de diferentes áreas de conhecimento. São mais de 12 mil títulos acadêmicos em português, 15 editoras e 38 selos editoriais, autores renomados com atualização mensal, que podem ser consultados *online*, 24 horas por dia, 07 dias por semana.

A *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)*: O IBICT coordena o projeto que integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa brasileiras, e também estimula o registro e a publicação de teses e dissertações em meio eletrônico.

O *Portal Domínio Público*: Este portal constitui-se em um ambiente virtual que permite a coleta, a integração, a preservação e o compartilhamento de conhecimentos, sendo seu

principal objetivo o de promover o amplo acesso às obras literárias, artísticas e científicas (na forma de textos, sons, imagens e vídeos), já em domínio público ou que tenham a sua divulgação devidamente autorizada, que constituem o patrimônio cultural brasileiro e universal.

A *Scientific Electronic Library Online (SCIELO)* é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. O objetivo deste site é implementar uma biblioteca eletrônica que possa proporcionar um amplo acesso a coleções de periódicos como um todo, aos fascículos de cada título de periódico, assim como aos textos completos dos artigos.

Também está disponível para os todos os usuários a coleção completa de normas técnicas da ABNT, NBR, NBRISO e Mercosul. O acesso é realizado através do sistema *Pergamum*.

Além das bases de acesso livre já mencionadas, a UEMG ainda possibilita consulta às bases de acesso restrito como o Portal CAPES. O Portal de Periódicos da UEMG, com acesso disponível na página principal da UEMG.

10.3 Brinquedoteca

A Brinquedoteca funciona como um laboratório de práticas pedagógicas, destinado ao desenvolvimento de atividades vinculadas às diversas áreas de formação dos estudantes do curso de Pedagogia. Desde 2015, o curso vem recebendo, de forma gradativa, materiais disponibilizados pela UEMG para a constituição e o aprimoramento desse espaço, conforme o projeto originalmente elaborado para essa finalidade.

Equipada com materiais didáticos e paradidáticos, tais como brinquedos, jogos educativos e videoteca, a Brinquedoteca tem como finalidade oferecer subsídios que promovam uma formação docente comprometida com a integração entre teoria e prática. O espaço atende às demandas pedagógicas dos docentes do curso de Pedagogia, especialmente daqueles que atuam nas metodologias de ensino e nas bases psicopedagógicas da aprendizagem, constituindo-se como importante apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O ambiente permite aos estudantes discutir, analisar e investigar o papel do brinquedo e das brincadeiras no desenvolvimento infantil, destacando a dimensão lúdica como elemento essencial do processo de ensino e aprendizagem. Além disso, cria condições para a realização de pesquisas e ações de extensão, promovendo a integração entre universidade e comunidade.

Nessa perspectiva, a Brinquedoteca configura-se como um campo privilegiado para os estudos aplicados da Pedagogia, possibilitando ao estudante vivências práticas no contexto universitário e favorecendo a articulação entre os conhecimentos teóricos e as experiências

pedagógicas. Trata-se, portanto, de um ambiente formativo que contribui significativamente para a formação inicial e continuada do profissional da educação.

Dessa forma, a Brinquedoteca consolida-se como um instrumento essencial para o desenvolvimento das competências pedagógicas e lúdicas que caracterizam o perfil do egresso do curso de Pedagogia, fortalecendo sua capacidade de planejar, executar e avaliar práticas educativas criativas, inclusivas e significativas nos diferentes contextos da Educação Básica. O Regulamento da Brinquedoteca encontra-se no Apêndice 6.

10.4 Laboratório de Práticas Pedagógicas

O Laboratório de Práticas Pedagógicas da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade de Carangola – constitui um espaço acadêmico destinado ao desenvolvimento das atividades práticas dos cursos de licenciatura, com destaque para o curso de Pedagogia. Sua finalidade é potencializar a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo a vivência de situações formativas que integrem a teoria à prática e contribuam para o aprimoramento da formação docente.

As atividades desenvolvidas no Laboratório visam ao fortalecimento das competências pedagógicas, investigativas e reflexivas dos licenciandos, configurando-se como um ambiente de experimentação e construção de saberes necessários ao exercício profissional do magistério.

O regulamento (Anexo 2) que orienta seu funcionamento estabelece diretrizes para o uso adequado do espaço, dos equipamentos e dos serviços oferecidos, assegurando que o acesso seja garantido à comunidade acadêmica, com a devida responsabilidade quanto à preservação e ao uso consciente dos recursos.

O Laboratório de Práticas Pedagógicas dispõe de espaço físico adequado, mobiliário, quadro de avisos e aparelho de ar-condicionado, oferecendo condições propícias para a realização das atividades formativas.

Dessa forma, o Laboratório de Práticas Pedagógicas assume papel estratégico na formação do futuro pedagogo, ao possibilitar experiências significativas que consolidam o desenvolvimento das competências docentes, o compromisso ético com a educação e a capacidade de intervenção crítica e criativa nos contextos escolares e sociais em que o profissional atuará.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Ivete Monteiro de Azevedo, ANDRADE, Elizete Oliveira de. Histórias entrelaçadas: da Fundação Fafile à UEMG In: CHAMON, Magda Lucia, JUNIOR, Fernando Antonio França Sette Pinheiro, PINTO, Gabriella Nair Figueiredo Noronha. (Orgs.). **História da Universidade**. Belo Horizonte: Eduemg, 2020.

BOURDIEU, Pierre. A gênese do conceito de habitus e de campo. In.: **O poder simbólico**. BOURDIEU, Pierre. Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, 1989, p. 59-73.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016].

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 out. 2025. Disponível em: <https://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-1/decretos/2025-decretos/decreto-12686-20-outubro-2025>. Acesso em: 26 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Portaria MEC nº 378, de 19 de maio de 2025**. Dispõe sobre os formatos de oferta dos cursos superiores de graduação. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 103, 20 maio 2025.

BRASIL. **Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025**. Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Diário Oficial da União, 20 maio 2025. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2025/decreto-12456-19-maio-2025-797463-publicacaooriginal-175414-pe.html>. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica. Diário Oficial da União, 03 jun. 2024. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/4759/resolucao-cne-cp-n-4>. Acesso em: 9 out. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 9.656, de 27 de dezembro de 2018**. Altera o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. *Diário Oficial da União*, seção 1, Brasília, DF, 28 dez. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9656.htm. Acesso em: 01 dez. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Diário Oficial da União, 19 dez. 2018. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2665>. Acesso em: 21 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, [2015]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 02 out. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012**. Estabelece diretrizes para a educação ambiental. Diário Oficial da União, [2012]. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf. Acesso em: 12 out. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 01, de 30 de maio de 2012**. Estabelece diretrizes para a educação em direitos humanos. Diário Oficial da União, [2012]. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superior-seres/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/17810-2012-sp-1258713622>. Acesso em: 12 out. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior. **Resolução nº. 01, de 17 de julho de 2010**. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências CONAES, 2010. Disponível em: http://www.ceuma.br/cpa/downloads/Resolucao_1_2010.pdf. Acesso em: 20 out. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 04 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 3/2007, de 02 de julho de 2007**. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003_07.pdf. Acesso em: 3 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº. 3/2006, de 21 de fevereiro de 2006** – Reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2005, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.. Brasília: MEC/CNE, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp003_06.pdf. Acesso em: 04 set. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura. Diário Oficial da União, [2006]. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 04 set. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Dispõe sobre a implantação do ensino de Libras e da educação bilíngue para surdos. Diário Oficial da União, [2005]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 04 set. 2025.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004**. Estabelece diretrizes para a educação das relações étnico-raciais. Diário Oficial da União, [2004]. Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/governadorvaladares/extensao/neabi/docs/resolucao-cne-n-1-2004-diretrizes-curriculares-nacionais-educacao-das-relacoes-etnico-raciais.pdf>. Acesso em: 04 set. 2025.

BRASIL. **Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004.** Dispõe sobre a oferta de disciplinas na modalidade a distância em cursos presenciais de graduação. Diário Oficial da União, [2004]. Disponível em: <https://sead.ufba.br/portaria-mec-n-4059-de-13-dezembro-de-2004-regulamenta-ate-20-da-carga-horaria-de-disciplinas>. Acesso em: 09 set. 2025.

BRASIL. Presidência da república. **Decreto nº. 4.281 de 25 de junho de 2002.** Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4281.htm. Acesso em: 20 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Diário Oficial da União, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 09 set. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 10 set. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 70.411, de 14 de Abril de 1972** - Autoriza o funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola - MG. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1972-04-14;70411>. Acesso em: 04 set. 2025.

FERREIRA, Maria Manuela. Do avesso do brincar ou ... as relações entre pares, as rotinas da cultura infantil e a construção da(s) ordem(ens) social(ais) instituinte(s) das crianças no jardim de infância. In: SAMENTO, Manuel Jacinto.; CERISARA, Ana Beatriz (Orgs.). **Crianças e Miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação.** Porto: Asa Editores, p. 55-104, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **A Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 22 out. 2025.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico. 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 22 out. 2025.

KRAMER, Sônia; NUNES, Maria Fernanda Rezende.; CORSINO, Patrícia. Infância e crianças de 6 anos: desafios das transições na educação infantil e no ensino fundamental. **Educação e Pesquisa** [online] 2011, v. 37, n. 1. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v37n1/v37n1a05.pdf>. Acesso em: 19 set. 2025.

LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Aprendizagem da profissão docente.** Brasília: Liber Livro, 2012.

MINAS GERAIS. **Lei nº 24.786, de 06 de junho de 2024.** Institui o Sistema Estadual de Atendimento Integrado à Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo no âmbito do Estado. Belo Horizonte: ALMG, 07 jun. 2024. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LEI/24786/2024/>. Acesso em: 10 out. 2025.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 48.746, de 29 de dezembro de 2023.** Estabelece as finalidades, competências e descrições das unidades administrativas da Universidade do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Diário do Executivo de Minas Gerais, Belo Horizonte, 30 dez. 2023. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/DEC/48746/2023/>. Acesso em: 25 nov. 2025.

MINAS GERAIS. Conselho Estadual de Educação. **Resolução CEE nº 490, de 26 de abril de 2022.** Dispõe sobre os princípios, fundamentos e diretrizes para a Integralização da Extensão nos Currículos dos cursos superiores no Sistema Estadual de Ensino de MG. Disponível em: <https://cee.educacao.mg.gov.br/index.php/legislacao/resolucoes/download/66-2022/14811-resolucao-cee-n-490-de-26-de-abril-de-2022>. Acesso em: 8 out. 2025.

MINAS GERAIS. Conselho Estadual de Educação. **Resolução CEE nº 482, de 08 de julho de 2021.** Estabelece normas relativas à regulação da Educação Superior no Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais. Belo Horizonte: CEE-MG, 2021. Disponível em: <https://cee.educacao.mg.gov.br/index.php/legislacao/resolucoes/download/55-2021/13821-resolucao-cee-n-482-de-08-de-julho-de-2021>. Acesso em: 10 set. 2025.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 47.389, de 23/03/2018.** Dispõe sobre o Programa Estadual de Assistência Estudantil – PEAES. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/47389/2018/?cons=1>. Acesso em: 10 set. 2025.

MINAS GERAIS. **Lei nº. 22.570, de 05 de julho de 2017.** Dispõe sobre as políticas de democratização do acesso e de promoção de condições de permanência dos estudantes nas instituições de ensino superior mantidas pelo Estado. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-22570-2017-minas-gerais-dispoe-sobre-as-politicas-de-democratizacao-do-acesso-e-de-promocao-de-condicoes-de-permanencia-dos-estudantes-nas-instituicoes-de-ensino-superior-mantidas-pelo-estado>. Acesso em: 10 set. 2025.

MINAS GERAIS. **Decreto nº. 46.359, de 30 de novembro de 2013.** Dispõe sobre a absorção, pela Universidade do Estado de Minas Gerais, das atividades de ensino, pesquisa e extensão mantidas pela Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola. Disponível em: http://www.2018.uemg.br/downloads/caderno1_2013-12-03_1.pdf. Acesso em: 12 set. 2025.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 46.352, de 25 de novembro de 2013.** Aprova o Estatuto da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. *Diário do Executivo – Minas Gerais*, Belo Horizonte, MG, 26 nov. 2013. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/46352/2013/?cons=1>. Acesso em: 29 out. 2025.

MINAS GERAIS. **Decreto nº. 43.153/2003 de 10 de janeiro de 2003.** Autoriza a transformação do curso de Ciências – Licenciatura Curta, em cursos distintos de Ciências Biológicas e de Matemática – oferecidos pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola, Unidade Fundacional agregada à UEMG. Disponível em:

<https://leisestaduais.com.br/mg/decreto-n-41547-2001-minas-gerais-autoriza-o-funcionamento-do-curso-de-geografia-licenciatura-plena-na-faculdade-de-filosofia-ciencias-e-lettras-de-carangola-unidade-fundacional-agregada-a-uemg>. Acesso em: 29 out. 2025.

MINAS GERAIS. **Decreto nº. 41.547/2001 de 19 de fevereiro de 2001**. Autoriza o funcionamento do curso de Geografia – Licenciatura plena na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola, Unidade Fundacional agregada à UEMG. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/decreto-n-41547-2001-minas-gerais-autoriza-o-funcionamento-do-curso-de-geografia-licenciatura-plena-na-faculdade-de-filosofia-ciencias-e-lettras-de-carangola-unidade-fundacional-agregada-a-uemg>. Acesso em: 30 set. 2025.

MINAS GERAIS. Governo do Estado. **Decreto nº 36.898, de 24 de maio de 1995**. Aprova o Estatuto da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – e dá outras providências. Disponível em: http://www.2018.uemg.br/downloads/Estatuto_UEMG_anterior.pdf. Acesso em: 8 out. 2025.

MINAS GERAIS. **Lei 11.539, de 22 de julho de 1994**. Legislação Mineira. Texto Atualizado. Dispõe sobre a Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – e dá outras providências. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LEI&num=11539&ano=1994>. Acesso em: 20 set. 2025.

MINAS GERAIS. **Constituição Mineira, 1989**. Art. 199 – Estabelece autonomia universitária e define a forma de constituição da UEMG. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=Con&num=1989&ano=1989>. Acesso em: 20 out. 2025.

PERRENOUD, Philippe. Práticas Pedagógicas, Profissão Docente e Formação. **Perspectivas Sociológicas**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, Selma Garrido. (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PIMENTA, Selma Garrido. **O Estágio na formação de professores**: unidade teórica e prática? 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

PINTO, Gabriella Nair. Apresentação. In: CHAMON, Magda Lucia, JUNIOR, Fernando Antonio França Sette Pinheiro, PINTO, Gabriella Nair Figueiredo Noronha. (Orgs.). **História da Universidade**. Belo Horizonte: Eduemg, 2020.

QUINTEIRO, Jucirema. **A criança como sujeito de direitos na produção acadêmica brasileira**. In: 5 GRUPECI, Florianópolis, SC, 2016.

QUINTEIRO, Jucirema. Infância e educação no Brasil: um campo de estudos em construção. In: FARIA, Ana Lúcia; DEMARTINI, Zélia de Brito Fabri; PRADO, Patrícia Dias (Orgs.). **Por uma cultura da infância**: metodologias de pesquisa com crianças. Campinas/SP. Editora

Associados, 2004.

SARMENTO, Manuel Jacinto. A sociologia da infância e a sociedade contemporânea. In: ENS, Romilda Teodora.; GARANHANI, Marynelma Camargo. **A sociologia da infância e a formação de professores**. Curitiba: Champagnat, 2013.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Sociologia da infância: correntes e confluências. In: SARMENTO, Manuel Jacinto.; GARANHANI, Marynelma Camargo. (Org.). **Estudos da infância: educação e práticas sociais**. Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p. 17-39.

SARMENTO, Manuel Jacinto. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz (Coord.). **Crianças e Miúdos**. Perspectivas sociopedagógicas sobre infância e educação. Porto. Asa, 2004.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

TARDIF, Maurice. **Saberes Profissionais dos Professores Universitários**: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas conseqüências em relação à formação para o magistério. Rio de Janeiro: PUC, 1999.

UEMG — Universidade do Estado de Minas Gerais. Conselho Universitário. **Resolução CONUN/UEMG nº 676, de 13 de setembro de 2025**. Fixa os valores limite das bolsas do Programa de Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-graduação da UEMG. Belo Horizonte: UEMG, 2025. Disponível em: <https://www.uemg.br/noticias-uemg/108-conun>. Acesso em: 26 nov. 2025.

UEMG. Conselho Universitário. **Resolução CONUN/UEMG nº 616, de 12 de dezembro de 2023**. Altera a Resolução CONUN/UEMG nº 372/2017, de 05 de outubro 2017, que dispõe sobre atribuições de encargo ao professor, criação da Comissão Permanente de Gestão de Docentes (CPGD), e dá outras providências. Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://www.uemg.br/resolucoes-conun/14965-resolucao-conun-uemg-n-616-de-12-de-dezembro-de-2023-altera-a-resolucao-conun-uemg-n-372-2017-de-05-de-outubro-2017-que-dispoe-sobre-atribuicoes-de-encargo-ao-professor-criacao-da-comissao-permanente-de-gestao-de-docentes-cpgd-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 28 out. 2025.

UEMG. Conselho Universitário. **Resolução CONUN/COEPE nº 586, de 13 de abril de 2023**. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional da UEMG (2023–2027). Belo Horizonte: UEMG, 2023. Disponível em: <https://www.uemg.br/component/content/category/108-conun>. Acesso em: 10 set. 2025.

UEMG. **Resolução COEPE/UEMG nº 323, de 28 de outubro de 2021**. Dispõe sobre a abordagem curricular de conteúdos transversais em Gestão e Inovação. Belo Horizonte: UEMG, 2021. Disponível em: <https://www.uemg.br/resolucoes-coepe/8135-resolucao-coepe-uemg-n-323-de-28-de-outubro-de-2021-dispoe-sobre-a-abordagem-curricular-de-conteudos-transversais-em-gestao-e-inovacao-nos-projetos-pedagogicos-dos-cursos-de-graduacao-da-uemg>. Acesso em: 10 out. 2025.

UEMG. **Resolução COEPE/UEMG nº 287, de 04 de março de 2021**. Dispõe sobre o desenvolvimento de atividades de extensão como componente curricular obrigatório. Belo

Horizonte: UEMG, 2021. Disponível em: <https://www.uemg.br/resolucoes-coepe/5822-resolucao-uemg-coepe-n-287-de-04-de-marco-de-2021-dispoe-sobre-o-desenvolvimento-de-atividades-de-extensao-como-componente-curricular-obrigatorio-dos-cursos-de-graduacao-da-universidade-do-estado-de-minas-gerais>. Acesso em: 10 set. 2025.

UEMG. **Resolução COEPE/UEMG nº 284, de 11 de dezembro de 2020**. Regulamenta a composição e o funcionamento dos Núcleos Docentes Estruturantes – NDEs. Belo Horizonte: UEMG, 2020. Disponível em: <https://www.uemg.br/resolucoes-coepe/5352-resolucao-coepe-uemg-n-284-de-11-de-dezembro-de-2020-regulamenta-a-composicao-e-o-funcionamento-dos-nucleos-docentes-estruturantes-ndes-no-ambito-de-cada-curso-de-graduacao-da-uemg>. Acesso em: 04 set. 2025.

UEMG. **Resolução COEPE/UEMG nº 273, de 21 de julho de 2020**. Regulamenta a composição e o funcionamento dos Colegiados de Curso de Graduação. Belo Horizonte: UEMG, 2020. Disponível em: <https://uemg.br/resolucoes-coepe/4552-resolucao-coepe-uemg-n-273-de-21-de-julho-de-2020>. Acesso em: 04 set. 2025.

UEMG. **Resolução COEPE/UEMG nº 250, de 06 de abril de 2020**. Trata do aproveitamento de estudos, adaptações curriculares e exame de proficiência. Belo Horizonte: UEMG, 2020. Disponível em: <https://www.uemg.br/resolucoes-coepe/4135-resolucao-coepe-uemg-n-250-de-06-de-abril-de-2020-dispoe-sobre-o-aproveitamento-de-estudos-adaptacoes-curriculares-exame-de-proficiencia-e-abreviacao-do-tempo-de-conclusao-no-ambito-dos-cursos-de-graduacao-da-universidade-do-estado-de-minas-gerais>. Acesso em: 22 set. 2025.

UEMG. **Resolução COEPE/UEMG nº 249, de 06 de abril de 2020**. Regulamenta a compensação de faltas e avaliações de rendimento acadêmico. Belo Horizonte: UEMG, 2020. Disponível em: <https://www.uemg.br/resolucoes-coepe/4134-resolucao-coepe-uemg-n-249-de-06-de-abril-de-2020-regulamenta-a-compensacao-de-faltas-e-a-avaliacao-de-rendimento-academico-no-ambito-da-universidade-do-estado-de-minas-gerais-uemg-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 20 set. 2025.

UEMG. Conselho Universitário. **Resolução CONUN/UEMG nº 374, de 26 de outubro de 2017**. Estabelece o Regimento Geral da Universidade do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: UEMG, 2017. Disponível em: <https://www.uemg.br/resolucoes-conun/1776-resolucao-conun-uemg-n-374-2017-de-26-de-outubro-2017-estabelece-o-regimento-geral-da-universidade-do-estado-de-minas-gerais>. Acesso em: 02 out. 2025.

UEMG. **Resolução COEPE/UEMG nº 132, de 13 de dezembro de 2013**. Regulamenta o regime de matrícula por disciplina nos cursos de graduação da UEMG. Belo Horizonte: UEMG, 2013. Disponível em: <https://www.uemg.br/resolucoes-coepe/4209-resolucao-coepe-uemg-n-132-2013-regulamenta-a-implantacao-do-regime-de-matricula-por-disciplina-nos-cursos-de-graduacao-da-universidade-do-estado-de-minas-gerais-uemg-e-institui-procedimentos-e-limites-para-matricula>. Acesso em: 02 out. 2025.

UEMG. Conselho Universitário. **Decreto nº. 46.352, de 25 de novembro de 2013**. Estatuto da Universidade do Estado de Minas Gerais Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=46352&comp=&ano=2013>. Acesso em: 19 out. 2022.

UEMG. Conselho Universitário. **Resolução CONUN/UEMG nº 266, de 02 de outubro de 2012**. Aprova o Estatuto da Universidade do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: UEMG, 2012. Disponível em: <https://uemg.br/resolucoes-conun/1925-resolucao-conun-uemg-n-266-2012-02-de-outubro-de-2012-aprova-o-estatuto-da-universidade-do-estado-de-minas-gerais-uemg>. Acesso em: 03 out. 2025.

APÊNDICE 01 – EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

Obs.: As metodologias referentes às disciplinas obrigatórias encontram-se descritas no tópico 5.2 – *Metodologia e Recursos Didáticos* – deste Projeto Pedagógico de Curso.

1º PERÍODO

DISCIPLINA: ANTROPOLOGIA E EDUCAÇÃO				
Créditos	Carga horária total	Carga horária/distribuição		
2	30	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		30	0	30
Pré-requisito ☒ NÃO ☐ SIM				
EMENTA				
Cultura, um conceito da Antropologia. Etnocentrismo e Relativismo. Correntes teóricas do pensamento antropológico. Cultura e Sociedade no Brasil. Diversidade cultural e educação. Etnografia e observação do campo escolar.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
DAMATTA, Roberto. Relativizando: uma introdução à antropologia social . Rio de Janeiro: Rocco, 2010.				
LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico . Rio de Janeiro: Zahar, 1986.				
METCALF, Peter. Cultura e sociedade . São Paulo: Saraiva, 2015. E-book.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
CASTRO, Celso. Textos básicos de antropologia: cem anos de tradição: Boas, Malinowski, Lévi-Strauss e outros . Rio de Janeiro: Zahar, 2016				
GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas . Rio de Janeiro: LTC, 2015. E-book.				
LÉVI-STRAUSS, Claude. Antropologia estrutural dois . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.				
RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro . São Paulo: Global, 2015. E-book.				
ROCHA, Gilmar, TOSTA, Sandra de Fatima Pereira. Antropologia & Educação . Belo Horizonte: Autêntica, 2011.				

DISCIPLINA: FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		60	0	60
Pré-requisito: [X] NÃO [] SIM				
EMENTA				
Introdução ao pensamento e discurso filosófico. Filosofia e Educação na tradição ocidental. Filosofias não-ocidentais e pensamento da alteridade. Conceito de Educação e sua dimensão ética, epistêmica, axiológica e antropológica. Filosofia da Educação como campo próprio de estudo. Ideologia e reflexão filosófica no discurso pedagógico. Perspectivas da Filosofia da Educação e as Tendências Pedagógicas.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da educação**. São Paulo: Moderna, 1989.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

ROCHA, Ronai. **Filosofia da educação**. São Paulo: Contexto, 2022. E-book.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHAUI, Marilena de Souza. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2003.

CHAUI, Marilena de Souza. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. São Paulo: Vozes, 2015. E-book.

LUCKESI, Cipriano. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1996.

SAVIANI, Demerval. **Do senso Comum à consciência filosófica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2021. E-book.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA

Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		60	0	60

Pré-requisito: ☒ NÃO ☐ SIM

EMENTA

Introdução à História da Educação. Os sujeitos, tempos e espaços educativos em perspectiva histórica. Historicidade dos processos de escolarização: saberes, formas e culturas escolares. Projetos educacionais em disputa da cultura clássica ao iluminismo e sua presença na história da educação brasileira. Os debates historiográficos sobre a institucionalização da educação Geral e no Brasil. Diversidade de instituições escolares no passado. Identificação da História da Educação como campo de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia**: geral e Brasil. [Livro eletrônico]. São Paulo: Moderna, 2012. Disponível em: https://www.fitref.online/wp-content/uploads/2020/10/Historia_da_educacao_e_da_pedagogia_Gera-1.pdf.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Editora Autores Associados, BVU, 2021.

VEIGA, Cynthia Greive, FARIA FILHO, Luciano M., TEIXEIRA, Eliane Marta (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 606 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias**: questões para história da educação. Campinas: Autores Associados, 2000. 160 p.

GONDRA, J. G. (org.). **Dos arquivos à escrita da história**: a educação brasileira entre o império e a república. 2. edição. Bragança Paulista, 2002.

LOMBARDI, José Claudinei. SAVIANI, Demerval, SANFELICE, José Luis. (org). **História e historiografia da educação**: o debate teórico-metodológico atual. 4ed. Campinas: Autores Associados, 2010.

VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thaís Nívia de Lima e (org.). **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 287 p.

XAVIER, Libania e CARVALHO, Fábio Garcez de. Pesquisa educacional, história da educação e historiografia. Diálogos em curso, intercâmbios possíveis. In: **Cadernos de História da Educação**. Uberlândia, v.12, n.1, jun, 2013.

DISCIPLINA: GÊNEROS TEXTUAIS E PRÁTICAS SOCIAIS DE LINGUAGEM

PEDAGOGIA

Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		60	0	60

Pré-requisito: ☒ NÃO ☐ SIM

EMENTA

Estudo e prática de leitura, produção escrita e apresentação oral de textos de diferentes gêneros, com ênfase nos gêneros acadêmicos. Compreensão da linguagem, do texto e do discurso como práticas sociais de interação e produção de sentidos. Reflexão sobre os processos de leitura e de escrita em contextos acadêmicos e profissionais. Mecanismos de construção textual e padrões de textualidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABREU, A. S. **Curso de redação**. 12 ed. São Paulo: Ática, 2004

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. **Ler e escrever**: estratégias de produção textual. 2. ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gênero e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009

BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. **Como produzir textos acadêmicos e científicos**. São Paulo: Contexto, 2021.

FARACO, C. A.; TEZZA, C. **Oficina de Texto**. São Paulo: Editora Vozes, 2016.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência textual**. 18. ed. São Paulo: Contexto, 2010. (E-book)

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. Produção textual na universidade. In: **Produção textual na universidade**. 2016. p. 166-166.

DISCIPLINA: PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO				
PEDAGOGIA				
Créditos	Carga horária total	Carga horária/distribuição		
4	60	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		60	0	60
Pré-requisito ☒ NÃO ☐ SIM				
EMENTA				
História da psicologia: caráter científico, objetos, métodos de estudo e aplicação na educação. Principais teorias psicológicas e suas contribuições para o processo ensino-aprendizagem: Behaviorismo (teoria comportamentalista), Psicanálise, Gestalt, Existencial-Humanista. Abordagens psicogenéticas sócio-histórica de Lev Vygotsky, Epistemologia Genética em Jean Piaget. Henri Wallon e a afetividade. O desenvolvimento psicossocial e as implicações no processo de aprendizagem.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ASSIS, Árbila Luiza Armindo. Influências da psicanálise na educação : uma prática psicopedagógica. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2012. E-book.				
PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin. Desenvolvimento humano . 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013. E-book. Disponível em: https://archive.org/details/desenvolvimento-humano/page/18/mode/2up				
PIAGET, Jean. Epistemologia genética . 1 ed. [S.l.] Martins Fontes, 1990.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BAGGIO, Angela, M. Brasil. Psicologia do desenvolvimento . 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.				
COLL, César <i>et al.</i> Desenvolvimento Psicológico e Educação (vol. 1). 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.				
GROSSI, Esther P. & BORDIN, Jussara (Orgs). Construtivismo Pós-Piagetiano – um Novo Paradigma sobre Aprendizagem. Petrópolis: Vozes, 1993				
LA TAILLE, Yves de et al. Piaget, Vygotsky e Wallon : Teorias Psicogenéticas em Discussão. São Paulo, Summus, 2000.				
VYGOTSKY, Lev. Pensamento e Linguagem . São Paulo, SP: Martins Fontes, 2. ed, 2009.				

DISCIPLINA: ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIO I				
PEDAGOGIA				
Créditos	Carga horária total	Carga horária/distribuição		
2	30	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		30	0	30
Pré-requisito ☒ NÃO ☐ SIM				
EMENTA				
Inserção no cotidiano de escolas de Educação Infantil ou de anos iniciais do Ensino Fundamental. Vivências de processos de investigação e problematização da realidade educacional, a partir de observação do campo de estágio e dos aportes teóricos da Pedagogia tendo em vista o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e compromissos inerentes à profissão docente. Ênfase no conhecimento da organização do trabalho pedagógico desenvolvido no campo de estágio e na coleta sistemática de dados.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Pensar a Prática : escritos de viagem e estudos sobre a educação. São Paulo:				

Edições Loyola, 1990.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo. Abordagens qualitativas de pesquisa: a pesquisa etnográfica e o estudo de caso. In: LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986, p. 11-44.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** São Paulo: Cortez, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALARCAO, Isabel. A escola reflexiva. In.: _____(Org.). **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001, p. 15-30.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base (versão final)**. Conselho Nacional de Educação. MEC/SEB, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. **O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios**. Campinas, SP. Papirus, 1996.

MINAS GERAIS. SEE. **Currículo Referência de Minas Gerais – ênfase: Ensino Fundamental**. MG/SEE, 2019. Disponível em: <http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/20181012%20-%20Curr%C3%ADculo%20Refer%C3%Aancia%20de%20Minas%20Gerais%20vFinal.pdf>

SACRISTÁN, José Gimeno; PÉREZ GOMEZ, Ángel I. **Compreender e transformar o ensino**. 4. ed. Porto Alegre. Artmed, 1998.

2º PERÍODO

DISCIPLINA: SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		60	0	60
Pré-requisito: [X] NÃO [] SIM				
EMENTA				
Introdução à análise sociológica do fenômeno educacional. Pensamento Sociológico Clássico e Educação. Teorias sociológicas da educação. Escola, família e sociedade. Educação e desigualdades sociais. Processos educativos e processos sociais. Currículo e Sociedade.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
KRUPPA, Sonia M. Portella. Sociologia da educação . São Paulo: Cortez Editora, 2018. [recurso eletrônico]				
PILETTI, Nelson. Sociologia da educação: da sala de aula aos conceitos gerais / Nelson Piletti. São Paulo: Contexto, 2022. E-book.				
QUINTANEIRO, Tania, BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira, e OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber . Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
APPLE, Michael W. Ideologia e currículo . Porto Alegre: Artmed, 2006. (E-book)				
LAHIRE, Bernard. Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável . São Paulo: Atica, 1997.				
RODRIGUES, Alberto Tosi. Sociologia da Educação . [S.l.] DP&A, 2004.				
SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do Currículo . Belo Horizonte,				

2010. (E-book)

SOUZA, João Valdir Alves de. **Introdução à sociologia da educação**. São Paulo: Autêntica, 2015. (E-book)

DISCIPLINA: TECNOLOGIAS E EDUCAÇÃO				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		60	0	60
Pré-requisito: [X] NÃO [] SIM				
EMENTA				
Transformações sociotécnicas e cultura digital na educação; o papel das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) na Educação Infantil e no Ensino Fundamental; análise crítica das políticas públicas de inclusão digital e equidade tecnológica; práticas pedagógicas inovadoras com TDICs: metodologias ativas, ensino híbrido, cultura maker e aprendizagem baseada em projetos; ética, cidadania digital e letramento digital na formação docente.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
DEMO, Pedro. Tecnofilia & tecnofobia. Boletim Técnico do Senac: a Revista de Educação Profissional, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 7–17, jan./abr. 2009. Disponível em: http://www.senac.br/bts/351/artigo-01.pdf. NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras: TIC Educação 2023 = Survey on the use of information and communication technologies in Brazilian schools: ICT in Education 2023 [livro eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2024. ISBN 978-65-85417-23-5. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20241119194257/tic_educacao_2023_livro_completo.pdf OLIVEIRA, Thaiane Moreira de; CASTRO, Gisela; QUIJANO, Paola Ricaurte. Transformações sociotécnicas na comunicação e educação: do analógico ao digital. Comunicação & Educação, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 7–19, jan./abr. 2025. Disponível em: https://revistas.usp.br/comueduc/article/view/225686/206141				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ARAÚJO, Marta Melo de; VASCONCELOS, Alana Danielly. Tecnologia digital na educação: uma revisão sistemática da literatura. Revista de los Estudiantes de la Licenciatura en Orientación, [s.l.], v. 12, n. 1, p. 1–18, jan./jun. 2024. Disponível em: https://ojs.revistadelos.com/ojs/index.php/delos/article/view/4777. BRITO, Glaucia da Silva; PURIFICAÇÃO, Ivonélia da. Educação e novas tecnologias: um (re)pensar. 2ed. Curitiba: Editora Intersaberes, 2015. SANTAELLA, Lúcia. Desafios da ubiquidade para a educação. Revista Ensino Superior, Campinas, n. 9, p. 6–9, abr. 2013. Disponível em: https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/edicoes/ed09_abril2013/NMES_1.pdf SERRES, Michel. A polegarzinha: uma nova forma de viver em harmonia e pensar as instituições, de ser e de saber. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. SILVA, Danilo Garcia da; SOUZA, Helen Santana Mangueira de. De avanços a retrocessos: dilemas para a educação a distância na cultura digital. Educação & Sociedade, Campinas, v. 45, e284717, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/dSGT9vpQnqZngvL8wGYGDKs/?format=pdf.				

DISCIPLINA: ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		60	0	60
Pré-requisito: [X] NÃO [] SIM				
EMENTA				
Função social da leitura e da escrita. Processo histórico da alfabetização em nosso país. A linguagem como interlocução, a psicogênese da língua escrita, a consciência fonológica e o letramento como bases para a didática da alfabetização. As contribuições do pensamento freireano para processos de alfabetização.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
FERREIRO, Emília. Reflexões sobre alfabetização . 24.ed. São Paulo: Cortez, 2004.				
FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler : em três artigos que se completam. São Paulo: autores Associados: Cortez, 1989.				
SOARES, Magda. Alfaletrar : toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
CAGLIARI, Luís Carlos. Alfabetização e Linguística . São Paulo: Scipione, 2002.				
CASTANHEIRA, Maria Lúcia; MACIEL, Francisca Izabel Pereira; MARTINS, Raquel Márcia Fontes. Alfabetização e letramento na sala de aula . São Paulo: Autêntica, 2008. (E-book)				
MACEDO, Maria do Socorro Alencar Nunes; ALMEIDA, Ana Caroline de; DEZOTTI, Magda. Alfabetização crítica: contribuições de Paulo Freire e dos novos estudos do letramento. Linhas Críticas , Brasília, DF, v. 26 (2020) - p.1-17				
MORTATTI, M.R. Métodos de Alfabetização no Brasil : uma história concisa. São Paulo: Editora UNESP, 2019. (e-book)				
SOARES, Magda Becker. Alfabetização e letramento .7. ed. São Paulo: Contexto, 2017. (e-book e impresso)				

DISCIPLINA: PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM E DO DESENVOLVIMENTO				
Créditos	Carga horária total	Carga horária/distribuição		
4	60	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		60	0	60
Pré-requisito [X] NÃO [] SIM				
EMENTA				
Estudo dos processos psicológicos que envolvem o desenvolvimento humano e a aprendizagem em suas diferentes etapas. Abordagem das principais teorias psicológicas — behaviorista, cognitivista, humanista, sociointeracionista e histórico-cultural — e suas contribuições para a compreensão do sujeito em formação e para a prática pedagógica. Reflexão sobre as relações entre desenvolvimento, cultura, afetividade e aprendizagem, considerando o contexto escolar e social contemporâneo.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BECKER, Fernando. Epistemologia do professor : o cotidiano da escola. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.				
COLL, César et al. Desenvolvimento psicológico e educação : psicologia da educação. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.				

LA TAILLE, Yves de *et al.* **Piaget, Vygotsky e Wallon: Teorias Psicogenéticas em Discussão.** São Paulo, Summus, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERRO, Maria da Glória Duarte; PAIXÃO, Maria do Socorro Santos Leal. **Psicologia da aprendizagem: fundamentos teórico-metodológicos dos processos de construção do conhecimento.** Teresina: EDUFPI, 2017. Ebook. Disponível em:
https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/ppged/arquivos/files/LIVRO%20PSICOLOGIA%20DA%20APRENDIZAGEM_e-book_.pdf

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento – um processo sócio-histórico.** São Paulo: Scipione, 1995.

PIAGET, Jean. **A psicologia da criança.** 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

PRADO, Margareth Simone Marques. **Psicologia da educação.** Cruz das Almas, BA: SEAD-UFRB, 2017. Ebook. Disponível em:
<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/205425/1/Livro%20Psicologia%20da%20Educação%20I.pdf>

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO INFANTIL

PEDAGOGIA

Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		30	0	30

Pré-requisito: [X] NÃO [] SIM

EMENTA

Criança e cultura: concepções de infância e sociedade. História e política da Educação Infantil no Brasil: origem e papel da creche e da pré-escola. Legislação e Educação Infantil. Concepções de Educação Infantil, pressupostos teórico-epistemológicos e consequências metodológicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DIAS, Fátima R. T. de S.; FARIA, Vitória L. B. de. **Currículo na Educação Infantil.** São Paulo: Scipione, 2008. (E-book).

MOLETTA, Ana K.; BIERWAGEN, Gláucia S.; TOLEDO, Maria Elena Roman de O. **A educação infantil e a garantia dos direitos fundamentais da infância.** Porto Alegre: SAGAH, 2018. (E-book).

MOURAD, Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira (org.). **Direitos humanos, educação e infâncias.** Iguatu, CE: Quipá Editora, 2023. 100 p. ISBN 978-65-5376-268-8. DOI: 10.36599/qped-978-65-5376-268-8.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COUTINHO, Ângela Scalabrin *et al* (Orgs.). **Acesso e oferta na Educação Infantil: qualidade e desigualdade em debate.** Curitiba: UFPR/NEPIE, 2023. E-book.

EDWARDS, C.; GANDINI, L.; FORMAN, G.. **As cem linguagens da criança: A abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância.** Tradução Deyse Batista. Porto Alegre: Penso, 2009. 295 p.

FREITAS, Cecília Melo de. **O desenho livre como expressão do desenvolvimento infantil.** 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Curitiba, 2023.

KRAMER, Sonia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil é fundamental. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 797-818, out. 2006. Disponível em:

<http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 25 out. 2025.

MAGALHÃES, Solange Martins de Oliveira; BARBOSA, Ivone Garcia. **Do topo de uma montanha temos um ótimo ângulo de visão das coisas... mas será que podemos ver tudo?**: Uma reflexão sobre as políticas públicas para a educação da infância. Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, jun. 2005. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812005000100004

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		30	0	30
Pré-requisito: [X] NÃO [] SIM				
EMENTA				
Direitos humanos, direito à educação e Educação em Direitos Humanos. Meio ambiente e diversidade. Inclusão e cidadania. Ética e educação. O papel social da escola e da docência para o desenvolvimento humano, social e ambiental.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
CANDAU, V. M.; SACAVINO, S. (org.). Educação em Direitos Humanos : temas, questões e propostas. 2008. HALL, S. identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A Editora. 2006. TARDIF, M.; LESSARD, C. O trabalho docente : elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 317 p.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Unicef: Brasil, 1948. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos . CANDAU, V. M. F. Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos. Educação & Sociedade , v. 33, p. 715-726, 2012. CHARLOT, B. O professor na sociedade contemporânea: um trabalhador da contradição. Revista da FAEEBA–Educação e Contemporaneidade , Salvador, v. 17, n. 30, p. 17-31, 2008. MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2011. 102 p. PAIVA, A. R. (Org.). Direitos Humanos em seus desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.				

DISCIPLINA: METODOLOGIA DE TRABALHOS ACADÊMICO-CIENTÍFICOS				
Créditos	Carga horária total	Carga horária/distribuição		
2	30	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		30	0	30
Pré-requisito ☒ NÃO ☐ SIM				
EMENTA				
A construção do saber científico. Os paradigmas de pesquisa. O processo da pesquisa e seu significado. A ética na pesquisa e trabalho científico. A pesquisa científica e suas classificações. Técnicas e dinâmicas de estudo. Plágio acadêmico e científico. As normas da ABNT na formulação e formatação de trabalhos acadêmico-científicos.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos da Metodologia Científica . 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.				
MEDEIROS, João Bosco. Redação científica : a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996.				
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 24. ed. São Paulo: Cortez, 2018.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
CAMPOS, Cláudia Fátima; REZENDE, Edson José Carpintero; PINTO, Gabriella Nair Figueiredo Noronha; LÉVY, P. Cibercultura . São Paulo: Editora 34,1999.				
MELO, Ruth Pereira de; MELO, Lucilene Ferreira de. Ética e suas implicações na pesquisa com seres humanos . Horizontes , v. 39, n. 1, p. 1–15, 2021. Disponível em: https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/download/1646/774/5555 .				
RIBEIRO, Sônia Marques Antunes; ARAÚJO, Wânia Maria de. Normalização de publicações técnico-científicas da UEMG . 2. ed. Belo Horizonte: Editora UEMG, 2024. Disponível em: https://editora.uemg.br/images/livros-pdf/catalogo-2022/Normalizacao/normalizacao.pdf				
SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana et al. Big Data na educação: analisando o futuro da aprendizagem por meio da coleta e análise de dados. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE , [s.l.], v. 11, n. 1, p. 1–15, 2025. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/download/17995/10290/44570 .				

3º PERÍODO

DISCIPLINA: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO EDUCACIONAL				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		30	0	60
Pré-requisito: [X] NÃO [] SIM				
EMENTA				
Estudo dos fundamentos teóricos e metodológicos do planejamento educacional e da avaliação educacional em seus diferentes níveis e dimensões. Discussão das concepções de avaliação da aprendizagem e da avaliação institucional, considerando seus instrumentos, critérios, indicadores e implicações éticas. Sistemas de avaliação externa e dos usos dos dados educacionais para tomada de decisão. Abordagem do planejamento e da avaliação como práticas integradas e contínuas no contexto escolar.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
GANDIN, Danilo. A prática do planejamento participativo . Petrópolis/RJ: Vozes, 2001				
KUENZER, Acácia Zeneida. Planejamento e Educação no Brasil . 4. ed. São Paulo, SP: Cortez, 1999. (Col. Questões da Nossa Época; v. 21).				
TUTTMAN, Malvina Tania. Planejamento Curricular e Avaliação Educacional: contribuições para uma prática educativa emancipatória. Ciência e Cultura , São Paulo, v. 75, n. 1, p. 10–15, jan./mar. 2023. Disponível em: http://cienciaAAEultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252023000100010 . Acesso em: 25 out. 2025.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
CATARINA (UDESC). Planejamento e Avaliação Educacional e Institucional. Florianópolis: CEAD/UDESC/UAB, s.d. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/560945/2/planejamento_e_avaliacao%20web2.pdf .				
FÁVERO, O; SEMERARO, G. (Orgs.). Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro . Petrópolis: Vozes, 2002.				
MORAES, Maria Cândida; VALENTE, José Armando. Da avaliação da aprendizagem à avaliação institucional: aprendizagens necessárias. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior , Campinas, v. 14, n. 2, p. 363–380, jul./dez. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/aval/a/7zM7wf5Zw6wxrK8LTbwpWJq/?format=html .				
REDE BRASILEIRA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO (RBMA).Revista Brasileira de Avaliação. RBAVAL , v. 14, n. 1, 2025. Disponível em: https://rbaval.org.br/ . UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA				
SILVA, Hilda Aparecida Linhares da; SCORTEGAGNA, Liamara (Orgs.). Pesquisa aplicada a instrumentos de avaliação educacional: desenvolvimentos e perspectivas com base na experiência do CAEd/UFJF . 1. ed. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2023. Disponível em: https://mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2023/07/Pesquisa_Aplicada_a_Instrumentos_de_Avaliacao_Educacional-Editora-UFJF.pdf				

DISCIPLINA: GESTÃO EDUCACIONAL				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		30	0	30
Pré-requisito: [X] NÃO [] SIM				
EMENTA				
Abordagem teórico-prática dos princípios da gestão escolar: seus tipos, objetivos, estruturas e processos. A relação entre o administrativo e o pedagógico na escola numa perspectiva histórica. Mecanismos de gestão escolar (eleição, colegiados, Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar). Análise da gestão da escola numa perspectiva democrática. A organização do trabalho escolar: linguagem, tempo e espaço.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
FÁVERO, Osmar; SEMERARO, Giovanni. (Orgs.). Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro . Petrópolis: Vozes, 2002.				
LÜCK, Heloisa (et al.). A Escola Participativa : o trabalho do gestor escolar. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.				
OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). Gestão democrática da educação : desafios contemporâneos. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
DOURADO, Luiz Fernandes. A administração ou gestão da escola: concepções, escolas teóricas. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Gestão da educação escolar . Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006, p. 15-30. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=585-gestao-da-educacao-escolar&Itemid=30192 .				
FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.). Gestão democrática da educação : atuais tendências, novos desafios. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.				
GANDIN, Danilo. A prática do planejamento participativo . Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.				
LÜCK, Heloísa. Dimensões da gestão escolar e suas competências . Curitiba: Editora Positivo, v. 1, 2009.				
PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática na escola pública . São Paulo: Ática, 1997.				

DISCIPLINA: PRÁTICAS EDUCATIVAS DE ALFABETIZAÇÃO				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
6	90	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		60	30	90
Pré-requisito: [X] NÃO [] SIM				
EMENTA				
Análise e elaboração de propostas de alfabetização e letramento para diferentes modalidades do ensino. Atividades Acadêmicas de Extensão.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				

CARVALHO, Marlene. **Guia Prático do Alfabetizador**. São Paulo: Ática, 2004.

ROJO, Roxane Helena R. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SOARES, Magda Becker. **Alfabetização: a questão dos métodos**. São Paulo: Contexto, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BENGTSON, Clarissa; PINO, Douglas. Inclusão e letramento para estudantes com deficiência. In: GONÇALVES, Adriana Garcia; CIA, Fabiana; CAMPOS, Juliane Ap.de Paula P (Orgs) **Letramento para o estudante com deficiência**. São Carlos: EdUFSCar – Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2018.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: autores Associados: Cortez, 1989. (E.book)

MACEDO, Maria do Socorro Alencar Nunes; ALMEIDA, Ana Caroline de; e TIBÚRCIO, Ana Paula do Amaral. Práticas de alfabetização com crianças de seis anos no Ensino Fundamental: diferentes estratégias, diferentes concepções. **Cad. CEDES**. v. 37, n.102, p. 219-236, 2017. [[Links](#)]

PRÁTICAS DOS PROFESSORES ALFABETIZADORES DA EJA: O QUE FAZEM OS PROFESSORES, O QUE PENSAM OS SEUS ALUNOS?. edur [Internet]. 29º de maio de 2023 [citado 27º de outubro de 2025];29(3). Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/21117>

SOARES, Magda. **Alfaletrar**: toda criança pode aprender a ler e escrever. São Paulo: Contexto, 2021.

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		30	0	30
Pré-requisito: [X] NÃO [] SIM				
EMENTA				
Lei 10.639/03 e 10.645/08. Legislações educacionais e ações afirmativas. Reprodução de estereótipos, preconceitos e ressignificação cultural. Conceitos de raça, etnia, mestiçagem e racismo. Relações raciais, preconceito e discriminação. Cultura africana e afro-brasileira e identidade. Diversidade étnico-racial e currículo.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
AMERICO JUNIO, Elston, RADVANSKEI, Iziqel Antônio. Estudo das relações étnico-raciais para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena . São Paulo: Contentus, 2020. E-book.				
GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação . São Paulo: Vozes, 2017. E-book.				
GOMES, Nilma Lino. Indagações sobre currículo: diversidade e currículo . Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ABROMOWICZ, A.; BARBOSA, L. M. A.; SILVERIO, V. R. (Org.). Educação como prática da diferença . Campinas: Autores Associados, 2021. E-book.				
ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural . São Paulo: 2021.				
BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana . Brasília: MEC-SEPIR, 2004.				

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		60	0	60
Pré-requisito: [X] NÃO [] SIM				
EMENTA				
A escola moderna: cultura escrita e difusão da formação escolar. Docência, método e práticas educativas na construção da modernidade. Raízes da escola pública brasileira e formação do Estado Imperial. O século XIX e a consolidação da escola de massas: legislação, métodos, materiais pedagógicos, tempos e espaços escolares. Formação do magistério primário. A interseccionalidade no processo de escolarização. República, escolarização e inovação pedagógica. Profissionalização e feminização do magistério. Os projetos conflitantes da modernidade pedagógica e a organização do campo educacional no Brasil. As contradições do nacionalismo, do populismo e da educação popular: das campanhas de alfabetização aos movimentos culturais e pedagógicos de conscientização das classes trabalhadoras. Educação, desenvolvimento e segurança nacional: reformas educacionais e resistências. Da transição da democracia à LDB 9394/96 e suas atualizações.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação e da pedagogia : geral e Brasil. [Livro eletrônico]. São Paulo: Moderna, 2012. Disponível em: https://www.fitref.online/wp-content/uploads/2020/10/Historia_da_educacao_e_da_pedagogia_Gera-1.pdf .				
LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). 500 anos de educação no Brasil . 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. 608p.				
SAVIANI, Demerval. História das ideias pedagógicas no Brasil . Editora Autores Associados, BVU, 2021.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BASTOS, Maria Helena Camara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Orgs.). A escola elementar no século XIX : o método monitoral/mútuo. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. 280p.				
FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Educação pública : a invenção do presente. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. 158p.				
GONÇALVES, Irlen Antônio Gonçalves. Cultura escolar : práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891-1918). BH: Autêntica, 2006.				
GONDRA, José G. SCHNEIDER, Omar. Educação e instrução nas províncias e na Corte Imperial (Brasil, 1922-1889) . Vitória: EDUFES, 2011.				
MENDONÇA, Ana Waleska P., SIMÕES, Regina Helena Silva, CORREA, Rosa Lydia T. História da profissão docente no Brasil . Vitória: EDUFES, 2011.				

DISCIPLINA: ESTATÍSTICA APLICADA À EDUCAÇÃO				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		30	0	30
Pré-requisito: [X] NÃO [] SIM				
EMENTA				
Estudo dos fundamentos teóricos e práticos da Estatística e de sua relevância na sociedade contemporânea e no campo educacional. Origem e desenvolvimento histórico da Estatística. Conceitos fundamentais: população, amostra, variáveis e método estatístico. Planejamento e etapas da pesquisa estatística: definição do problema, coleta, organização, representação, análise e interpretação de dados. Amostragem e técnicas de amostragem. Tratamento da informação por meio de tabelas e gráficos. Distribuições de frequências. Medidas de tendência central, de dispersão e de posição aplicadas à análise de resultados de aprendizagem e a pesquisas educacionais. Estudo e interpretação de indicadores, taxas e índices educacionais. Introdução à análise de dados qualitativos e quantitativos na pesquisa em Educação. Utilização de recursos tecnológicos e <i>softwares</i> educativos para o tratamento estatístico de dados. Reflexão crítica sobre o papel da Estatística no desenvolvimento do pensamento crítico, na compreensão da realidade escolar e na tomada de decisões pedagógicas fundamentadas em evidências.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BONORA JÚNIOR, Dorival. Estatística básica . 1. ed. São Paulo: Ícone, 2019. (E-book)				
CRESPO, Antônio Arnot. Estatística . 20. ed. São Paulo: Saraiva Uni, 2020. (E-book)				
MOORE, David S; FLIGNER, Michael A; NOTZ, William I. A estatística básica e sua prática . 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2023. (E-book)				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
CAMPOS, Celso Ribeiro; WODEWOTZKI, Maria Lúcia Lorenzetti; JACOBINI, Otávio Roberto. Educação estatística: teoria e prática em ambientes de modelagem matemática . 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. E-book.				
LEVIN, Jack; FOX, James Alan; FORDE, David R. Estatística para ciências humanas . 11. ed. São Paulo: Pearson, 2012. E-book.				
SBRANA, Cahue. Fundamentos de Probabilidade e Estatística: Teoria, Métodos e Aplicações . 1. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2025. E-book.				
SILVA, Rodolfo dos Santos. Estatística aplicada . 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book.				
TRIOLA, Mario F. Introdução à estatística . 14. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2024. E-book.				

DISCIPLINA: POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		60	0	60
Pré-requisito: [X] NÃO [] SIM				
EMENTA				
Políticas educacionais no Brasil e seus condicionantes políticos, econômicos, sociais e culturais. Papel do Estado na educação e o financiamento da educação. A estrutura e o funcionamento do ensino no Brasil nas diferentes modalidades e diferentes contextos da sociedade brasileira. A educação básica e a educação superior na vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n.º 9.394/96. Organização do sistema de ensino no Brasil. Administração e gestão educacional. Impactos das políticas educacionais na vida escolar: currículo, planejamento e avaliação.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
DOURADO, Luiz Fernandes. A administração ou gestão da escola: concepções, escolas teóricas. In: _____. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Gestão da educação escolar . Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006, p. 15-30. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=585-gestao-da-educacao-escolar&Itemid=30192 .				
LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar : políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.				
SAVIANI, Dermeval. Da nova LDB ao FUNDEB : por uma outra política educacional. 3. ed. Campinas, Autores Associados, 2008.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular : educação é a base (versão final). Conselho Nacional de Educação. MEC/SEB, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf				
BRASIL. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB . 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/114113.htm				
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – (Capítulo III – da Educação, da Cultura e do Desporto – artigos 205 a 214). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm .				
BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 . Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br .				
LIBÂNEO, José Carlos. Políticas educacionais no Brasil : desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. Cadernos de Pesquisa , v. 46, n. 159, p. 38-62, 2016.				

DISCIPLINA: ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIO II				
PEDAGOGIA				
Créditos	Carga horária total	Carga horária/distribuição		
2	30	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		30	0	30
Pré-requisito ☒ NÃO ☐ SIM				
EMENTA				
Estágio em Gestão Escolar: inserção no cotidiano de instituições de Educação Infantil ou anos iniciais do Ensino Fundamental. Caracterizar e analisar a organização e funcionamento da escola, da coordenação pedagógica e da gestão escolar. Legislação específica sobre organização escolar, projeto político-pedagógico, projetos/programas de formação continuada de professores. Observação dos processos administrativos e da rotina escolar: análise do fluxo e censo escolar, do calendário escolar, da organização curricular. Participação nas atividades de planejamento, conselho de classe, reuniões pedagógicas com docentes e pais. Elaboração do Relatório de conclusão deste Estágio.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). Gestão democrática da educação : atuais tendências, novos desafios. 8. São Paulo: Cortez, 2013.				
LUCK, Heloisa (et. al). A Escola Participativa : o trabalho do gestor escolar. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.				
PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores : unidade teoria e prática? São Paulo: Cortez, 1995.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BATISTÃO, Marci. Estágio Supervisionado em Gestão da Educação Escolar. Revista Eletrônica Pro-Docência/UEL . Edição Nº. 4, Vol. 1, jul-dez. 2013. ISSN 2318-0013 – Disponível em: https://www.uel.br/revistas/prodocenciafope/pages/arquivos/Volume4/TEXT0%2002%20p.15%20a%2023.pdf .				
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Gestão da educação escolar . Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=585-gestao-da-educacao-escolar&Itemid=30192 .				
FREITAS, Helena Costa. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios . Campinas, SP: Papirus, 1996.				
OLIVEIRA, Dalila Andrade. Gestão democrática da educação : desafios contemporâneos. 11. ed. Petrópolis: Voz 2015.				
VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). Projeto político-pedagógico da escola : uma construção possível. 3. ed. Campinas: Papirus, 1997.				

4º PERÍODO

DISCIPLINA: PESQUISA EM EDUCAÇÃO PEDAGOGIA				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		60	0	60
Pré-requisito: [X] NÃO [] SIM				
EMENTA				
Estudo das epistemologias contemporâneas aplicadas à pesquisa educacional. Abordagens qualitativas, quantitativas e mistas, com ênfase em metodologias participativas e colaborativas. Investigação científica como prática docente reflexiva e transformadora. Integração entre pesquisa, ensino e extensão. O cotidiano escolar como espaço de produção de saberes e investigação. Ética na pesquisa com seres humanos. Tecnologias digitais como ferramentas de coleta e análise de dados.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
CAVALHEIRO, Claudionor Nunes; SILVA, Eliene Costa (Org.). Cotidiano escolar: mais que muros . Brasília: Editora Ópera, 2022. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/718649/4/Cotidiano%20Escolar%20Mais%20que%20Muros%20-%20Volume%203.pdf				
LUDWIG, Rafael; FISTAROL, Caique; KRAEMER, Celso; MARTINS, Ligia (Org.). Epistemologias dos saberes em educação . Curitiba: Editora Fi, 2023. Disponível em: https://www.editorafi.org/ebook/c071-epistemologias-saberes-educacao				
SILVA, Adeilton Elias da; MEDEIROS, Lis Paiva de; SILVA, Lyvia Gabrielle da; BARBOSA, Márcia Regina; BONA, Viviane de (Orgs.). Pesquisa qualitativa em educação: métodos e técnicas em evidência. Recife: GEPIFHRI/UFPE , 2023. Disponível em: https://sites.ufpe.br/gepifhri/wp-content/uploads/sites/86/2023/12/PESQUISA-QUALITATIVA-EM-EDUCACAO-METODOS-E-TECNICAS-EM-EVIDENCIA-Colecao-GEPIFHRI.pdf				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ABREU, R. M. de A., ALMEIDA, D. D. M. de. Refletindo sobre a pesquisa e sua importância na formação e na prática do professor do ensino fundamental. Revista Entreideias: Educação, Cultura E Sociedade , v. 13, n. 14, p. 73-85, jul.-dez., 2008. Disponível em: https://doi.org/10.9771/2317-1219rf.v13i14.3217 .				
BUENO, Anderson Silvério. Metodologias ativas e aprendizagem colaborativa: fundamentos, métodos e implementação. Revista Tópicos , [s.l.], 23 mar. 2025. Disponível em: https://revistatopicos.com.br/artigos/metodologias-ativas-e-aprendizagem-colaborativa-fundamentos-metodos-e-implementacao .				
JAVARONI, Sueli Liberatti; SANTOS, Silvana Claudia dos; BORBA, Marcelo de Carvalho. Tecnologias digitais na produção e análise de dados qualitativos. Grupo de Pesquisa Informática, outras Mídias e Educação Matemática – GPIMEM , UNESP, 2020. Disponível em: https://igce.rc.unesp.br/Home/Pesquisa58/gpimem-pesqeminformaticaoutrasmidiaseeducacaomatematica/tecdigitaisprodqualitativos.pdf .				
MELO, Ruth Pereira de; MELO, Lucilene Ferreira de. Ética e suas implicações na pesquisa com seres humanos . Horizontes , v. 39, n. 1, p. 1–15, 2021. Disponível em: https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/download/1646/774/5555 .				
SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana et al. Big Data na educação: analisando o futuro da aprendizagem por meio da coleta e análise de dados. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE , [s.l.], v. 11, n. 1, p. 1–15, 2025. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/download/17995/10290/44570 .				

DISCIPLINA: ENSINO DE HISTÓRIA I				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
6	90	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		60	30	90
Pré-requisito: [X] NÃO [] SIM				
EMENTA				
Os princípios históricos, metodológicos e epistemológicos do processo de ensino-aprendizagem em História. A estrutura legal da educação brasileira: PCN - História. Planejamento, execução e avaliação do ensino de História na Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos. BNCC e o Ensino de História. Atividades de Prática de Formação Docente. Atividades Acadêmicas de Extensão.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BITTENCOURT, Circe (Org.). O saber histórico na sala de aula . São Paulo: Contexto, 2001. (e-book)				
GUIMARÃES, Selva. Didática e Prática de Ensino de História : experiências, reflexões e aprendizagens. 13. ed. rev. e ampl. Campinas: Papirus, 2012. (e-book)				
KARNAL, Leandro (Org.). História na sala de aula : conceitos, práticas e propostas. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BLOCH, Marc. Apologia da História ou o ofício do Historiador . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.				
FONSECA, Selva G. Didática e Prática de Ensino de História . 5. ed. São Paulo: Papirus, 2006.				
PENTEADO, Heloisa Dupas. Metodologia do ensino de história e geografia . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2017.				
PUGAS, Márcia C. Souza e RAMOS, Ana Paula B. Saberes escolares no ensino de História das séries iniciais . Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT13-5059--_Int.pdf .				
RANCIÈRE, Jacques. O mestre ignorante : cinco lições sobre a emancipação intelectual. Tradução de Lilian do Valle. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.				

DISCIPLINA: TRABALHO E EDUCAÇÃO				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		30	0	30
Pré-requisito: [X] NÃO [] SIM				
EMENTA				
O mundo do trabalho e a formação humana. Fundamentos da Economia Política. As relações históricas entre educação, economia e sociedade. Trabalho, conhecimento e os processos educativos na história brasileira. O emprego no contexto da globalização do capital e as dimensões ética, política e econômica da qualificação da força de trabalho. A produção social da vida humana pelo trabalho e as práticas educativas que ocorrem no plano institucional e nas diversas instâncias dos movimentos sociais. O direito do trabalhador à educação e as perspectivas históricas e ontológicas da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. Trabalho como princípio				

educativo. Educação e Politécnica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas: Editora Alínea, 2007.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução Isa Tavares. 2. Ed. Revisada e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2008.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da escola do Trabalho**. Tradução de Daniel Aarão Filho. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: GENTILI, P.; SADER, E. **Pós-Neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**: Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/FSqZN7YDckXnYwfqSWqgGPp/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 17 abr. 2022.

ANTUNES, Ricardo (org.). **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CIAVATTA, Maria. **Mediações históricas de trabalho e educação: gênese e disputas na formação dos trabalhadores** (Rio de Janeiro, 1930-60) – Rio de Janeiro: Lamparina, CNPq, Faperj, 2009.

FERRETTI, C. J. O pensamento educacional em Marx e Gramsci e a concepção de politécnica. **Trabalho, Educação e Saúde**; Rio de Janeiro, v. 7, suplemento, p. 105-128, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/GTK93QB5JvKdcccjXjyfNyP/?lang=pt> Acesso em: 17 abr. 2022.

DISCIPLINA: ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA I

PEDAGOGIA

Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		60	-	60

Pré-requisito: [X] NÃO [] SIM

EMENTA

Bases teóricas e metodológicas para o ensino da Língua Portuguesa. Concepções de ensino e de aprendizagem da língua. Distinção de ensino prescritivo e ensino produtivo da Língua Materna. Concepções de gramática. Compreensão dos fatos linguísticos a partir das contribuições da Linguística Aplicada ao Ensino de Português nos anos iniciais do Ensino Fundamental no desenvolvimento de práticas de oralidade, leitura, produção textual e análise linguística.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro e interação**. 8.ed. São Paulo: Parábola, 2008.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gênero e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002. [1995].

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática:** por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

GERALDI, João W. **O texto na sala de aula.** São Paulo: Ática, 2001.

KOCH, Ingedore Villaça. **Desvendando os segredos do texto.** 8.ed. São Paulo: Cortez, 2018.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita:** atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2005.

RIOLFI, Claudia *et al.* **Ensino de Língua Portuguesa.** 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO DO CAMPO

PEDAGOGIA

Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		60	0	60

Pré-requisito: [X] NÃO [] SIM

EMENTA

Reflexão crítica sobre a dicotomia rural-urbano e o lugar social, político e cultural do campo na sociedade brasileira. Gênese histórica e política da Educação do Campo: o protagonismo dos movimentos sociais na constituição da Educação do Campo. Análise dos marcos legais e das políticas públicas da Educação do Campo. A Educação do Campo e o desenvolvimento local, integrado e sustentável. A Educação do Campo como produtora de conhecimentos sobre a realidade local. Pedagogia da Alternância. Formação de Professores para Educação do Campo. Desafios contemporâneos da Educação do Campo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVES, Gilberto Luiz (Orgs). **Educação no campo:** recortes no tempo e no espaço. 1ª ed. Campinas, SP: Editora Associados, 2023.

CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo.** 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/publicacao/livro/dicionario-da-educacao-do-campo>.

HOELLER, Silvana Cassia; FAGUNDES, Mauricio Cesar Vitória; FARIAS, Maria Isabel. **Educação do Campo, educação popular e geografia.** uma construção dialógica. Curitiba: Intersaberes, 2019. (E-book).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; MARTINS, Aracy Alves (Orgs.). **Educação do Campo:** desafios para a formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. (E-book).

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Resolução nº. 1 de 3 de abril de 2002. **Diretrizes Operacionais para a educação básica nas escolas do campo.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192.

MOLINA, Mônica Castagna; MARTINS, Maria de Fátima Almeida. **Formação de Formadores:** reflexões sobre as experiências da Licenciatura em Educação do Campo no Brasil. Autêntica, 2019. (E-book).

SILVA, Maria do Socorro. Da raiz à flor: produção pedagógica dos movimentos sociais e a escola do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Educação do Campo e Pesquisa:** questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. Disponível em: <https://dspace.sti.ufcg.edu.br/handle/riufcg/35937>

STIVAL, David. **A Educação do Campo e o MST.** Trabalho e práticas sociais com assentados da reforma agrária. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022. (E-book).

DISCIPLINA: PRÁTICAS EDUCATIVAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL NA CRECHE				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		30	0	30
Pré-requisito: [X] NÃO [] SIM				
EMENTA				
Infâncias e Educação Infantil. Educação Infantil: instituições, funções e propostas. Princípios e possibilidades do desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e emocional da criança de 0 a 3 anos. Metodologias de trabalho em creches e maternais.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ARIÈS, P. História social da Criança e da Família . Trad. Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.				
CORSINO, Patrícia (Org.). Educação infantil : cotidiano e políticas. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.				
OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de [et al]. Creches : Crianças, Faz de conta & Cia. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ABRAMOWICZ, Anete; HENRIQUES, Afonso Canella (Orgs.). Educação infantil : A luta pela infância. Caminas, SP: Papirus, 2020. (E-book).				
BRASIL. MEC. Base Nacional Comum Curricular . Brasília, MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf				
CAMPOS, M. M.; ROSEMBERG, Fúlvia (Orgs.). Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças . 6. ed. Brasília: MEC, SEB, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/direitosfundamentais.pdf				
MOLETTA, Ana K.; BIERWAGEN, Gláucia S.; TOLEDO, Maria Elena Roman de O. A educação infantil e a garantia dos direitos fundamentais da infância . Porto Alegre: SAGAH, 2018. (E-book).				
RAU, Maria Cristina Trois Dorneles. Educação Infantil : práticas pedagógicas de ensino e aprendizagem. Curitiba: Intersaberes, 2012. (E-book).				

DISCIPLINA: ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIO III				
PEDAGOGIA				
Créditos	Carga horária total	Carga horária/distribuição		
2	30	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		30	0	30
Pré-requisito ☒ NÃO ☐ SIM				
EMENTA				
Inserção no cotidiano de instituições de Educação Infantil ou dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Nesse estágio, o estudante deverá optar por uma das modalidades de ensino sugeridas: Educação do Campo ou Educação Especial . A partir de sua escolha buscar-se-á reconhecer as exigências da relação entre a docência, o planejamento pedagógico e as problemáticas educativas. Compreender o cotidiano escolar e refletir sobre a realidade educacional e possibilidades de contribuições através da prática docente. Problematização das dificuldades encontradas e análise da realidade identificada. Elaboração do Relatório de conclusão deste Estágio.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				

ANDRADE, Elizete Oliveira. Educação do campo: narrativas de professoras alfabetizadoras de classes multisseriadas. Curitiba: CRV, 2019. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Pensar a Prática. São Paulo: Edições Loyola, 1990. PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? São Paulo: Cortez, 1995.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. Por uma educação do Campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base (versão final). Conselho Nacional de Educação. MEC/SEB, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf COLL, Cesar; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesus. Desenvolvimento Psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e Necessidades Educativas Especiais. Vol. 3. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. SILVA, Eline Cristina de Paula; SOUSA, Leonardo Loiola Silva de Abreu; NEGREIROS, Fauston. Estágio não obrigatório na Educação Especial: práticas e contribuições para a Formação do Profissional Docente. Educação & Linguagem · ISSN: 2359-277X · ano 7 · nº 1 · p. 62-72. JAN-ABR. 2020. Disponível em: https://www.fvj.br/revista/wp-content/uploads/2020/06/5_REdLi_2020.1.pdf RIBEIRO, Marlene. Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa. Educação e Pesquisa. v. 34, n. 01. São Paulo: FAE/USP, jan./abr., 2008, p. 27. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/KMVyDjXDzMxS4FmpdR7tS6M/abstract/?lang=pt

5º PERÍODO

DISCIPLINA: ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA II				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		60	-	60
Pré-requisito: [] NÃO [X] SIM – Ter cursado Ensino de Língua Portuguesa I				
EMENTA				
Variação linguística e preconceito social. Os tipos e os gêneros textuais e as diferentes esferas sociais de interlocução na interface com a sala de aula. Avaliação da aprendizagem da língua portuguesa. Análise de livros didáticos de Língua Portuguesa dos anos iniciais do Ensino Fundamental.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BAGNO, Marcos. A língua de Eulália : novela sociolinguística. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2010.				
ROJO, Roxane Helena R; BARBOSA, Jacqueline Peixoto. Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos . São Paulo: Parábola Editorial, 2015.				
SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim (colab.). Gêneros orais e escritos na escola . 3. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2011.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ANTUNES, Irandé. Aula de português : encontro e interação. 8. ed. São Paulo: Parábola, 2008.				

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso**. São Paulo: Parábola, 2007.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gênero e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

RIOLFI, Claudia. et al. **Ensino de Língua Portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SANTOS, Carmi Ferraz; MENDONÇA, Márcia; CAVALCANTI, Marianne C. B. (orgs.). **Diversidade textual: os gêneros na sala de aula**. 1. ed., 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. E-book.

DISCIPLINA: DIDÁTICA E SEUS FUNDAMENTOS				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		60	0	60
Pré-requisito: [X] NÃO [] SIM				
EMENTA				
Didática e sociedade: teoria da instrução e do ensino. Tendências Pedagógicas. Objetivos, conteúdos, métodos, técnicas de ensino e recursos didáticos. A organização de sala de aula. Pressupostos políticos e pedagógicos do planejamento. Tipos de planejamento. A relação de interdependência entre ensino e aprendizagem e interações de professores-estudantes na sala de aula. Concepções, tipos e dimensões da avaliação do processo educativo.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
LIBÂNEO, José Carlos. Didática . 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2013.				
LUCKESI, Carlos Cipriano. Avaliação da aprendizagem : componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez Editora, 2011.				
RANGEL, Mary. Métodos de ensino para a aprendizagem e a dinamização das aulas . Campinas, São Paulo. Papirus, 2005.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular . Brasília, 2018.				
CAMARGO, Fausto, DAROS, Thuinie. A sala de aula inovadora – Estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo. Porto Alegre: Penso, 2018.				
PARO, Vitor. Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino . 2. Ed. São Paulo: Intermeios, 2018.				
PIMENTA, Selma Garrido; FRANCO, Maria Amélia Santoro (Orgs.). Didática : Embates Contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.				
VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). Didática : O ensino e suas relações. 18. ed – Campinas, SP. Papirus, 2012 – (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).				

DISCIPLINA: PROJETO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (PTCC)				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		30	0	30
Pré-requisito: ☒ NÃO ☐ SIM				
EMENTA				
Elaboração do projeto de pesquisa: a fase exploratória da pesquisa, a definição do objeto de estudo, o problema de pesquisa, os objetivos, a justificativa, definição da metodologia, referencial teórico e o cronograma				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
MARIANO, Wagner dos Santos et al. (org.). Manual de elaboração de projetos de pesquisas: orientações para Educação Básica. Palmas: Pedro & João Editores, 2023. Disponível em: https://pedroejoaoeditores.com.br/wp-content/uploads/2023/06/EBOOK_Manual-de-Elaboracao-de-Projetos-de-Pesquisas.pdf. PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho científico. 2. ed. rev. e atual. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: https://archive.org/details/metodologia-do-trabalho-cientifico. REZENDE, Edson José Carpinteiro Rezende; MISK, Mariana (coordenadores). Manual para elaboração e normalização de trabalhos acadêmicos e técnico-científicos. Belo Horizonte: EdUEMG, 2017. Disponível em: https://editora.uemg.br/images/livros-pdf/catalogo-2017/2017_Manual.pdf				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ABREU, R. M. de A., ALMEIDA, D. D. M. de. Refletindo sobre a pesquisa e sua importância na formação e na prática do professor do ensino fundamental. Revista Entreideias: Educação, Cultura E Sociedade, v. 13, n. 14, p. 73-85, jul.-dez., 2008. Disponível em: https://doi.org/10.9771/2317-1219rf.v13i14.3217. CESÁRIO, Jonas Magno dos Santos; FLAUZINO, Victor Hugo de Paula; MEJIA, Judith Victoria Castillo. Metodologia científica: principais tipos de pesquisas e suas características. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, v. 5, n. 11, p. 23–33, nov. 2020. Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/wp-content/uploads/2020/11/tipos-de-pesquisas.pdf. LÖSCH, Silmara; RAMBO, Carlos Alberto; FERREIRA, Jacques de Lima. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 18, n. esp. 2, p. 1531–1546, 2023. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/download/17958/17247/72767. SANTANA, Aline Canuto de Abreu; NARCISO, Rodi. Pilares da pesquisa educacional: autores e metodologias científicas em destaque. Revista Arace, v. 7, n. 1, p. 1–15, jan. 2025. Disponível em: https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/download/2782/3283/10155 SILVA, Adeilton Elias da; MEDEIROS, Lis Paiva de; SILVA, Lyvia Gabrielle da; BARBOSA, Márcia Regina; BONA, Viviane de (Orgs.). Pesquisa qualitativa em educação: métodos e técnicas em evidência. Recife: GEPIFHRI/UFPE, 2023. Disponível em: https://sites.ufpe.br/gepifhri/wp-content/uploads/sites/86/2023/12/PESQUISA-QUALITATIVA-EM-EDUCACAO-METODOS-E-TECNICAS-EM-EVIDENCIA-Colecao-GEPIFHRI.pdf				

DISCIPLINA: PRÁTICAS EDUCATIVAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL NA PRÉ- ESCOLA				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		30	30	60
Pré-requisito: [X] NÃO [] SIM				
EMENTA				
A segunda infância. Políticas públicas de atendimento às infâncias. Infâncias e diversidades. Currículo na Educação Infantil. Organização da gestão do trabalho infantil e seu cotidiano. O trabalho com as famílias. Metodologias de trabalho com crianças de 4 e 5 anos. Atividade de Prática de Formação Docente. Atividades Acadêmicas de Extensão.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
FERREIRA, Idalina Ladeira; CALDAS, Sarah P. Souza. Atividades na pré-escola . 7. ed. São Paulo: Saraiva, 1983. 385 p.				
KISHIMOTO, Morchida Tizuko (Org). Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 14º Ed. São Paulo: Cortez, 2011. KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel; NUNES, Maria Fernanda; GUIMARÃES, Daniela (Orgs.). Infância e educação infantil . 11 ed. Campinas, SP: Papirus, 2011. E-book.				
OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Educação infantil : fundamentos e métodos. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BRASIL. MEC. Base Nacional Comum Curricular . Brasília, MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf				
BRASIL. MEC. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (VOL. 1, 2 e 3), MEC/SEF, 1998.				
LEPRE, Rita Melissa; OLIVEIRA, Jamile. Avaliação na Educação Infantil : por que, o quê e como avaliar? São Paulo: UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2021. Disponível em: http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/601655 . Acesso em: 30 out. 2025.				
OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Educação infantil : muitos olhares. 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.				
OSTETTO, Luciana Esmeralda (Org.). Educação Infantil : Saberes e fazeres da formação de professores. 5 ed. Campinas, SP: Papirus, 2011. E-book.				

DISCIPLINA: ENSINO DE GEOGRAFIA I				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
6	90	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		60	30	90
Pré-requisito: [X] NÃO [] SIM				
EMENTA				
Fundamentos epistemológicos da Ciência Geográfica e o desenvolvimento do raciocínio geográfico. Estudo das categorias centrais (espaço, lugar, paisagem, território, região) e sua transposição didática para a Educação Básica. A Geografia na Educação Infantil: o corpo, a espacialidade, a ludicidade e a percepção do espaço vivido. Iniciação à Alfabetização Cartográfica: lateralidade, pontos de referência e noções topológicas elementares. Atividades Acadêmicas de Extensão.				

BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ALMEIDA, Rosângela Doinde; PASSINI, Elza Yasuko. O espaço geográfico : ensino e representação. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2010.				
CARLOS, Ana Fani Alessandri. (Org.). A Geografia na sala de aula . 9. ed. São Paulo: Contexto, 2012. E-book.				
PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, TomokoIyd.; CACETE, Núria Hanglei. Para ensinar e aprender Geografia . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BRASIL. MEC. Base Nacional Comum Curricular . Brasília, MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf				
CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia : conceitos e temas. 11 ^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.				
CAVALCANTI, Lana de Souza. O ensino de Geografia na escola . Campinas: Papirus, 2012. E-book.				
FANTIN, Maria Eneida; TAUSCHEK, Neusa Maria; NEVES, Diogo Labiak. Metodologia do ensino de geografia . Curitiba: Intersaberes, 2013.				
FONSECA, Fernanda Padovesi; OLIVA, Jaime. Cartografia . São Paulo: Editora Melhoramentos, 2013.				

DISCIPLINA: ENSINO DE HISTÓRIA II				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		30	0	30
Pré-requisito: [X] NÃO [] SIM				
EMENTA				
O currículo de História e a BNCC. Livro didático: metodologias do ensino de História e as formas de imposição de uma ideologia de controle da cultura, das artes e da sociedade. O Ensino de História como potencializador de novos olhares sobre a História local, regional e nacional.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BITTENCOURT, Circe (Org.). O saber histórico na sala de aula . São Paulo: Contexto, 2001. E-book.				
GUIMARÃES, Selva. Didática e Prática de Ensino de História : experiências, reflexões e aprendizagens. 13. ed. rev. e ampl. Campinas: Papirus, 2012. E-book.				
KARNAL, Leandro (Org.). História na sala de aula : conceitos, práticas e propostas. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2019. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História**. Sec. Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível no portal do MEC. <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro051.pdf>

FONSECA, Selva G. **Didática e Prática de Ensino de História**. 5. ed. São Paulo: Papirus, 2006.

PENTEADO, Heloisa Dupas. **Metodologia do ensino de história e geografia**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

PUGAS, Márcia C. Souza e RAMOS, Ana Paula B. **Saberes escolares no ensino de História das séries iniciais**. Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT13-5059--_Int.pdf.

DISCIPLINA: ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIO IV				
PEDAGOGIA				
Créditos	Carga horária total	Carga horária/distribuição		
2	30	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		30	0	30
Pré-requisito [X] NÃO [] SIM				
EMENTA				
Realização de diagnóstico de uma instituição de educação infantil. Observação, acompanhamento e participação em atividades docentes, pedagógicas e de gestão. Desenvolvimento de atividades com crianças de 0 a 6 anos. Participação nas atividades de envolvimento da família na instituição. Elaboração e socialização do relatório de estágio.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ABRAMOWICZ, Anete; HENRIQUES, Afonso Canella (Orgs.). Educação infantil: a luta pela infância . Papirus Editora 2020. ISBN 9786556500102. E-book.				
OLIVEIRA, Zilma de Moraes, et al. Creches: Crianças, Faz de Conta & Cia . Petrópolis: Vozes, 1992.				
PIMENTA, Selma Garrido; CHEDIN, Evandro (Orgs.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base (versão final). Conselho Nacional de Educação. MEC/SEB, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf				
CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano . Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.				
CORSINO, Patrícia (Org.). Educação infantil: cotidiano e políticas . Editora Autores Associados BVU, 2020, 136 p. ISBN 9786599055270. E-book. Disponível em: file:///C:/Users/usuario/Downloads/educa%C3%A7%C3%A3o%20Infantil-cotidiano%20e%20pol%C3%ADticas.pdf				
KOHAN, Walter Omar. A infância da educação: o conceito devir-criança . Belo Horizonte: Autêntica, 2010. E-book.				
MINAS GERAIS. SEE. Currículo Referência de Minas Gerais . MG/SEE, 2019. Disponível em: http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/20181012%20-%20Curr%C3%ADculo%20Refer%C3%Aancia%20de%20Minas%20Gerais%20vFinal.pdf				

6º PERÍODO

DISCIPLINA: ENSINO DE CIÊNCIAS I				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		60	0	30
Pré-requisito: [X] NÃO [] SIM				
EMENTA				
História, Filosofia e Epistemologia da Ciência. Ciências da Natureza: abordagens em Química, Física, Biologia, Geociências e Astronomia. Didática das Ciências. Educação crítica em Ciência e Tecnologia. Ciências da Natureza na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ASTOLFI, J.-P.; DEVELAY, M. A didática das ciências . 4. ed. Campinas: Papirus, 132 p., 1995.				
CARVALHO, A. M. P. de (org.). Ensino de ciências por investigação : condições para implementação em sala de aula. São Paulo: Cengage Learning, 152 p., 2014.				
MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro . 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2011.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
CARVALHO, A. M. P. de (org.). Ensino de ciências : unindo a pesquisa e a prática. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.				
DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. C. A. Ensino de Ciências : fundamentos e métodos. 2.ed. Cortez, 364p, 2007.				
DULLEY, R. D. Noção de Natureza, Ambiente, Meio Ambiente, Recursos Ambientais e Recursos Naturais. Agricultura em São Paulo , v. 51, n. 2, p. 15-26, 2004.				
LORENZETTI, L. A promoção e avaliação da alfabetização científica nos anos iniciais. In: VIVEIRO, Alessandra A.; MEGID NETO, Jorge (Orgs.). Ensino de Ciências para crianças : Fundamentos, práticas e formação de professores. 2020. Disponível em: https://mundodabeck.com.br/wp-content/uploads/2021/03/Livro_ECparaCrianças_Viveiro_MegidNeto_2020.pdf .				
TRIVELATO, S. F.; SILVA, R. L. F. Ensino de ciências . São Paulo: Cengage Learning, 2011.				

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO ESPECIAL: AÇÕES INCLUSIVAS				
Créditos	Carga horária total	Carga horária/distribuição		
6	90	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		60	30	90
Pré-requisito ☒ NÃO ☐ SIM				
EMENTA				
História da educação especial, políticas públicas de educação especial. Educação inclusiva no Brasil: conceito e história. Concepção e categorização das deficiências e altas habilidades. Discriminação e preconceito. O processo de inclusão: estudantes com deficiência no ensino regular. Sujeitos da educação especial. A estrutura escolar: adaptações físicas e curriculares necessárias para o atendimento educacional. O perfil pedagógico do professor da educação especial. Atividades Acadêmicas de Extensão.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BAPTISTA, Claudio Roberto (Org.). Inclusão e escolarização : múltiplas perspectivas. Porto Alegre:				

Mediação, 2006.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e Inclusão psicopedagógica e práticas educativas na escola e na família**. 4. ed. Rio de Janeiro: Walk, 2012.

CUNHA, Eugênio. **Práticas Pedagógicas para a inclusão e diversidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: Walk Editora, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAPTISTA, Claudio Roberto (Org.). **Inclusão e escolarização**: Múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Mediação, 2006.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

CANDAU, Vera Maria (Coord.). **Somos todos iguais?** Escola, discriminação e educação em direitos humanos. Rio de Janeiro, DP&A, 2012.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Dispões sobre os princípios políticos e práticas na área das necessidades educativas especiais, de 7 a 10 de junho de 1994, Espanha. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>

TRINDADE, Azoilda Loreto da; SANTOS, Rafael dos (Orgs.). **Multiculturalismo**: mil e uma faces da escola. 5. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2014.

DISCIPLINA: ENSINO DE MATEMÁTICA I

PEDAGOGIA

Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
6	90	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		60	30	90

Pré-requisito: [X] NÃO [] SIM

EMENTA

Estudo dos fundamentos teóricos, epistemológicos e metodológicos do Ensino de Matemática na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Investigação e compreensão da construção e do processo de desenvolvimento do pensamento lógico-matemático e científico da criança, com base em teorias psicogenéticas e da Educação Matemática. Aprofundamento no Campo de Experiência "Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações" e sua articulação com os demais Campos de Experiência da BNCC da Educação Infantil, com foco na construção de conceitos de: classificação, seriação, sequência, ordem, contagem, quantificação, comparação, espaço, formas, tempo e grandezas. Ênfase na ludicidade e em metodologias ativas (jogos, brincadeiras e interações) como práticas pedagógicas investigativas, reflexivas e contextualizadas, visando o planejamento de experiências integradas que promovam o raciocínio lógico, a criatividade e o pensamento crítico na Primeira Infância. Atividades Acadêmicas de Extensão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CIRÍACO, Klinger Teodoro; BORBA, Marcelo de Carvalho; AZEVEDO, Priscila Domingues de. **Linguagem matemática na educação infantil**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2024. E-book.

LORENZATO, Sérgio. **Educação infantil e percepção matemática**: com atividades práticas para professores da educação infantil e primeira série do ensino fundamental. Campinas: Autores Associados, 2019. 199 p

METZ, Lauro Igor. **Metodologia do ensino de matemática**: anos iniciais do ensino fundamental. 1. ed. Curitiba:

IESDE, 2020.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ALRO, Helle; SKOVSMOSE, Ole. Diálogo e aprendizagem em educação matemática . 1. ed. São Paulo: Autêntica, 2021. E-book.
FERREIRA, Viviane Lovatti. Metodologia do ensino de matemática : história, currículo e formação de professores. São Paulo: Cortez, 2011. 175 p. ISBN 9788524917837 (broch.).
CARVALHO, Dione Lucchesi de. Metodologia do ensino de matemática . 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2013. E-book.
MUNIZ, Cristiano Alberto. Brincar e jogar : enlaces teóricos e metodológicos no campo da educação matemática. 1. ed. São Paulo: Autêntica, 2021. E-book.
SMOLE, Kátia S. A matemática na educação infantil . 1. ed. Porto Alegre: Penso, 2000. E-book.

DISCIPLINA: ENSINO DE GEOGRAFIA II				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		30	0	30
Pré-requisito: [X] NÃO [] SIM				
EMENTA				
Metodologias e práticas didáticas do Ensino de Geografia para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A BNCC e o ensino de Geografia nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O letramento espacial e os processos de Alfabetização Cartográfica (croquis, maquetes, geotecnologias). O Estudo do Meio e o uso de múltiplas linguagens como estratégias de ensino.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BELTHER, Josilda Maria (Org.). Metodologia do Ensino de Geografia . São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016 (E-book).				
FANTIN, Maria Eneida; TAUSCHEK, Neusa Maria; NEVES, Diogo Labiak. Metodologia do ensino de geografia . Curitiba: Intersaberes, 2013. E-book.				
PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, TomokoIyd.; CACETE, Núria Hanglei. Para ensinar e aprender Geografia . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ALMEIDA, Rosângela Doinde; PASSINI, Elza Yasuko. O espaço geográfico : ensino e representação. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2010.				
BRASIL. MEC. Base Nacional Comum Curricular . Brasília, MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf				
CALLAI, Helena Copetti. Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. Cad. Cedes , Campinas, v. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-32622005000200006 .				
CARLOS, Ana Fani Alessandri. (Org.). A Geografia na sala de aula . 9. ed. São Paulo: Contexto, 2012. E-book.				
CAVALCANTI, Lana de Souza. O ensino de Geografia na escola . Campinas: Papyrus, 2012. E-book.				

DISCIPLINA: DIDÁTICA PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
6	90	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		60	30	90
Pré-requisito: [X] NÃO [] SIM				
EMENTA				
O processo de mediação com crianças e suas especificidades na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Planejamento em creches, pré-escolas e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Rotinas, tempos, ambientes e registros no trabalho com crianças. Brincadeiras e jogos para crianças. A criança e o contato com as atividades artísticas. A pesquisa, a interdisciplinaridade e os projetos pedagógicos com crianças. BNCC: competências, habilidades e avaliação na Educação Infantil. Atividades Acadêmicas de Extensão.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
LIBÂNEO, José Carlos. Didática . 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2013.				
LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl; DANTAS, Heloysa. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão . São Paulo: Summus, 1992.				
OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Educação Infantil fundamentos e métodos . 7. ed. São Paulo. Cortez, 2011 (Coleção Docência em formação).				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular . Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf				
FAZENDA, Catarina Arantes Ivani. Práticas interdisciplinares na escola . São Paulo: Cortez Editora, 2013.				
KISHIMOTO, Morchida Tizuko (Org.). Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação . 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.				
KRAMER, Sônia, <i>et al</i> (Orgs.). Infância e Educação Infantil . Campinas. São Paulo. SP. Papyrus. 1999 (Coleção Prática Pedagógica).				
OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos, <i>et al</i> . Creches: crianças, faz de conta & cia . 16. ed. Petrópolis. Rio de Janeiro. RJ. Vozes. 2011.				

7º PERÍODO

DISCIPLINA: ENSINO DE CIÊNCIAS II				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		30	30	60
Pré-requisito: [X] NÃO [] SIM				
EMENTA				
Ensino e aprendizagem de Ciências. Escola como espaço/tempo de formação em Ciência e Tecnologia. Recursos didático-pedagógicos. Educação em Ciências e Educação Ambiental. Atividades Acadêmicas de Extensão.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ASTOLFI, J.-P.; DEVELAY, M. A didática das ciências . 4. ed. Campinas: Papirus, 132 p., 1995.				
LORENZETTI, L. A promoção e avaliação da alfabetização científica nos anos iniciais. In: VIVEIRO, Alessandra A.; MEGID NETO, Jorge (Orgs.). Ensino de Ciências para crianças : Fundamentos, práticas e formação de professores. 2020. Disponível em: https://mundodabeck.com.br/wp-content/uploads/2021/03/Livro_ECparaCrianças_Viveiro_MegidNeto_2020.pdf .				
TRIVELATO, S. F. Ensino de ciências . Cengage Learning, 2014.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BELLINI, L. M. Educação ambiental como educação científica no processo educativo escolar. Educar em revista , p. 99-110, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/RpNPPQxc8gn7rbQWvjBS5RB/?format=html&lang=pt .				
CARVALHO, A. M. P. de (org.). Ensino de ciências : unindo a pesquisa e a prática. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.				
CARVALHO, A. M. P. Ensino de ciências por investigação . São Paulo: Cengage Learning, 2014.				
LAVOR, F. I. G. et al. Extensão Universitária: conceituação, fundamentos e implementação. Journal of Multidisciplinary Sustainability and Innovation , v. 1, n. 1, p. 5-11, 2023.				
VIECHENESKI, J. P.; CARLETTO, M. Por que e para quê ensinar ciências para crianças. Revista brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia , v. 6, n. 2, 2013.				

DISCIPLINA: ENSINO DE MATEMÁTICA II				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		60	--	60
Pré-requisito: [] NÃO [X] SIM – Ter cursado Ensino de Matemática I				
EMENTA				
Estudo aprofundado do currículo de Matemática dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Análise e abordagem das Unidades Temáticas previstas para essa etapa: Números, Álgebra, Geometria, Grandezas e Medidas, e Probabilidade e Estatística, com ênfase no desenvolvimento das habilidades essenciais e no aprofundamento dos conteúdos que				

estruturam a aprendizagem matemática. Discussão sobre as metodologias e tendências contemporâneas da Educação Matemática, como Resolução de Problemas, Modelagem Matemática, Etnomatemática, História da Matemática, uso de Tecnologias Digitais e Jogos Educativos, voltadas à promoção do Letramento Matemático e do raciocínio lógico-crítico dos estudantes. Estudo e elaboração de sequências didáticas, projetos e planos de aula fundamentados na contextualização, interdisciplinaridade e resolução de problemas, articulando teoria e prática pedagógica. Utilização de materiais concretos, metodologias ativas, recursos digitais e tecnologias educacionais como instrumentos de mediação do conhecimento matemático. Análise crítica dos processos de avaliação da aprendizagem e das dificuldades recorrentes no ensino de Matemática nos Anos Iniciais. Reflexão sobre o papel do professor pedagogo na construção de práticas matemáticas significativas, equitativas e alinhadas às competências gerais da BNCC, contribuindo para uma formação cidadã, crítica e transformadora.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DANTE, Luiz Roberto. **Formulação e resolução de problemas de matemática:** teoria e prática : ensino fundamental : 1. ao 5. ano. 1. ed. São Paulo: Ática, 2010. 191 p. ISBN 9788508135424.

METZ, Lauro Igor. **Metodologia do ensino de matemática:** anos iniciais do ensino fundamental. 1. ed. Curitiba: IESDE, 2020. 98 p. ISBN 9788538766599.

NACARATO, Adair Mendes; MENGALI, Brenda Leme da Silva; PASSOS, Cármen Lúcia Brancaglioni. **A matemática nos anos iniciais do ensino fundamental:** tecendo fios do ensinar e do aprender. 1. ed. São Paulo: Autêntica, 2019. E-book.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALRO, Helle; SKOVSMOSE, Ole. **Diálogo e aprendizagem em educação matemática.** 1. ed. São Paulo: Autêntica, 2021. E-book..

CARVALHO, Dione Lucchesi de. **Metodologia do ensino de matemática.** 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2013. E-book.

FERREIRA, Viviane Lovatti. **Metodologia do ensino de matemática:** história, currículo e formação de professores. São Paulo: Cortez, 2011. 175 p. ISBN 9788524917837 (broch.).

LOYO, Tiago; CABRAL, Viviane R. S. **Metodologia do ensino de matemática.** 1. ed. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book.

MUNIZ, Cristiano Alberto. **Brincar e jogar:** enlaces teóricos e metodológicos no campo da educação matemática. 1. ed. São Paulo: Autêntica, 2021. E-book.

DISCIPLINA: TEORIAS DE CURRÍCULO

PEDAGOGIA

Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		60	0	60

Pré-requisito: ☒ NÃO ☐ SIM

EMENTA

Currículo: a emergência de um campo. Teorias curriculares instrumentais: foco no planejamento. Teorias progressivistas: centralidade no aluno. Teorias curriculares críticas: teorias da reprodução, correspondência, da resistência, currículo oculto, foco no conhecimento, no poder, na política e na ideologia. Teorias pós-críticas: centralidade da cultura e da diferença, foco no discurso e na contingência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LOPES, Alice C.; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo.** São Paulo: Cortez, 2011.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Currículo:** questões atuais. Campinas: Papirus, 1997. E-book.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte,

1999. E-book.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA, M. V.; SILVEIRA, R. M. H.; SOMMER, L. H. Estudos culturais, educação e pedagogia. **Rev. Bras. Educ.**, Ago 2003, n. 23, p.36-61.

KLIEBARD, H. M. Os princípios de Tyler. **Currículo sem Fronteiras**, v. 11, n. 2, p. 23-35, Jul/Dez 2011.

GOODSON, Ivor. **Currículo: teoria e história**. 2. ed. [S.l.] Vozes, 1998.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria, (Orgs). **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>.

MOREIRA, Antonio Flavio; TADEU, Tomaz (Orgs.). **Currículo, Cultura e Sociedade**. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

DISCIPLINA: CORPO, MOVIMENTO E LUDICIDADE

PEDAGOGIA

Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		30	30	60

Pré-requisito: ☒ NÃO ☐ SIM

EMENTA

As abordagens interdisciplinares no campo da Ludicidade: psicomotricidade, epistemologia genética, a psicanálise, a ludoterapia e o ludodiagnóstico. O Brincar no cotidiano Escolar e o Discurso teórico-prático do lúdico em todas as disciplinas, como pilar de sustentação para o desenvolvimento infantil. O corpo em movimento e sua construção com a estrutura psíquica da criança. Atividades Acadêmicas de Extensão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **O corpo/filosofia e educação**. São Paulo: Ática, 2007. E-book.

HORN, Maria G. **Brincar e interagir nos espaços da escola infantil**. Porto Alegre Penso 2017. E-book.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e Educação**. São Paulo: Cortez, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular** – BNCC, Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf.

SOARES, Carmen Lúcia. **Corpo e história**. Editora Autores Associados BVU, 2022. E-book.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O Brincar e suas teorias**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

NEGRINI, Airton. **Corpo na educação infantil**. Editora Educ 2002. E-book.

SILVA, Tiago Aquino da Costa; PINES JÚNIOR, Alipio Rodrigues. **Brincar, jogar e aprender**. Editora Vozes 2020, 47p. E-book.

DISCIPLINA: PEDAGOGIA EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		60	0	60
Pré-requisito: [X] NÃO [] SIM				
EMENTA				
Conceitos e dimensões sócio-políticos na estrutura de ambientes não escolares. As dimensões do trabalho pedagógico para além do espaço escolar. Atuação do pedagogo nas equipes interdisciplinares dos espaços não escolares: ONGS, Igrejas, orfanatos, clínicas, dentre outros. Pedagogia em ambientes empresariais, hospitalares e Sociais; Habilidades no trabalho com equipe. Elaboração e preparação para capacitação e desenvolvimento de pessoas e material didático. Construção de planos de ação e/ou consultoria.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
KOCHHANN, Andréa (Org.). Pedagogia em espaços não escolares : uma discussão à luz do trabalho pedagógico. Goiânia: Editora Kelps, 2021. Disponível em: https://portaldoautor.kelps.com.br/wp-content/uploads/2021/03/pedagogia_em_espacos_nao_escolares_ANDREA.pdf .				
MATOS, Elizete Lúcia Moreira. Pedagogia Hospitalar : a humanização integrando educação e saúde. Petrópolis RJ: Vozes, 2009.				
RIBEIRO Amélia Escolto do Amaral. Pedagogia Empresarial : Aprender para ser competitivo. Rio de Janeiro: Walk editora, 2006.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
FRANKLIN, Eliane Leal. Os desafios do pedagogo para atuar em espaços não escolares . Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, 2023. Disponível em: https://sguweb.unicentro.br/app/webroot/arquivos/atsubmissao/ELIANE_certo_09_1.pdf				
GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e cultura política : impactos sobre associativismo do terceiro setor. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001.				
MULTI EDUCATIVA. Gestão em espaços não escolares : estratégias e práticas. Multi Educativa, 2024. Disponível em: https://www.multieducativa.com.br/gestao-em-espacos-nao-escolares-estrategias-e-praticas/				
ROSA, Danieli Ribeiro da. A atuação do pedagogo em ambientes não escolares . Revista ISCI, 2023. Disponível em: https://isciweb.com.br/revista/4433 .				
VOLNEI, J. Berkenbrock. Dinâmicas para Encontro de grupos . Petrópolis RJ, 2008.				

DISCIPLINA: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS				
PEDAGOGIA				
Créditos	Carga horária total	Carga horária/distribuição		
4	60	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		60	0	60
Pré-requisito [X] NÃO [] SIM				
EMENTA				
Análise dos fundamentos históricos em torno da surdez e da educação do surdo considerando suas relações com o contexto contemporâneo, os ditames legais, sociais, políticos e educacionais. Ênfase na compreensão dos termos e conceitos próprios da cultura surda, assim como nas estruturas organizacionais da gramática da Língua Brasileira de Sinais (Libras) atrelada às suas funções sociais e comunicativas. Introdução às práticas de compreensão e produção da Libras como segunda língua no cotidiano e os modos de apreensão da sinalização da pessoa surda.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trinlíngue da Língua de Sinais Brasileira . Volumes I e II. São Paulo:Edusp, Fapesp;FundaçãoVítac, Feneis, BrasilTelecom,2001aeb.				
GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.				
SKLIAR, Carlos (Org.). A surdez : um olhar sobre as diferenças. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BRASIL. Lei 10.436, de 24 de abril de 2002 . Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-Libras e dá outras providências. Brasília, 24 de abril de 2002.				
FERNANDES, Eulalia (org.). Surdez e bilinguismo . 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.				
GOLDFELD, Marcia A criança Surda : linguagem e cognição numa perspectiva sócio interacionista. 7. ed. São Paulo: Pexes, 2002.				
PEREIRA, Maria Cristina da Cunha <i>et al.</i> Libras : conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.				
SILVA, Ivani Rodrigues; KAUCHAKJE, Samira; GESUELI, Zilda Maria (Orgs.). Cidadania, surdez e linguagem : desafios e realidades. 3. ed. São Paulo: Plexus, 2003.				
DISCIPLINA: ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIO V				
PEDAGOGIA				
Créditos	Carga horária total	Carga horária/distribuição		
2	30	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Tot al
		30	0	30
Pré-requisito [X] NÃO [] SIM				
EMENTA				
Realização de diagnóstico de uma instituição dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Observação, acompanhamento e participação em atividades docentes, pedagógicas e de gestão. Desenvolvimento de atividades com crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Participação nas atividades de envolvimento da família na instituição. Elaboração e socialização do relatório de estágio.				

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pensar a Prática**. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

PIMENTA, Selma Garrido; CHEDIN, Evandro (Orgs.). **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRZEZINSKI, Iria. Políticas contemporâneas de formação de professores para os anos iniciais do Ensino Fundamental. **Educ. Soc., Campinas**, vol. 29, n. 105, p. 1139-1166, set./dez. 2008 1139. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

HÉRNANDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação**: os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

MINAS GERAIS. SEE. **Currículo Referência de Minas Gerais**. MG/SEE, 2019. Disponível em: <http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/20181012%20-%20Curr%C3%ADculo%20Refer%C3%Aancia%20de%20Minas%20Gerais%20vFinal.pdf>

PENIN, Sonia T. de Sousa. **A aula**: espaço de conhecimento, lugar de cultura. 5. ed. Campinas: Papirus, 2003.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

8º PERÍODO**DISCIPLINA: ABORDAGENS DA CULTURA CORPORAL DE MOVIMENTO****PEDAGOGIA**

Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		30	0	30

Pré-requisito: [X] NÃO [] SIM

EMENTA

A cultura do corpo. As abordagens da cultura corporal de movimento. Educação física escolar: conhecimento e especificidade. Reflexões, propostas, concepções, abordagens e alternativas para a prática e a intervenção didático-pedagógica em Educação Física. A Educação Física na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental: programas, tendências e concepções.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRACHT, Valter. **A educação física escolar no Brasil**. 1. ed. Ijuí: Unijuí, 2019. E-book.

DAOLIO, Jocimar. **Da cultura do corpo**. 1. ed. Campinas: Papirus, 2022. E-book.

SOARES, Carmen Lúcia; TAFFAREL, Celi Nelza Zülke; VARJAL, Elizabeth. **Metodologia do ensino de educação física**. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2013. E-book.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular** – BNCC, Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf.

CORREIA, Marcos Miranda. **Trabalhando com jogos cooperativos**: em busca de novos paradigmas na educação física. 1. ed. Campinas, SP: Papirus, 2022. E-book.

DARIDO, Suraya Cristina; SOUZA JÚNIOR, Osmar Moreira de. **Para ensinar educação física: possibilidades**

de intervenção na escola. 1. ed. Campinas: Papirus, 2022.

HERCULES, Emilia Devantel. **Diretrizes curriculares e planejamento para a educação física escolar.** 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book.

SOARES, C. L. Educação física escolar: conhecimento e especificidade. **Revista Paulista De Educação Física**, (supl.2), p. 6-12, 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2594-5904.rpef.1996.139637> Acesso em: 25 out. 2025.

DISCIPLINA: POLÍTICAS CURRICULARES NACIONAIS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		60	-	60
Pré-requisito: [X] NÃO [] SIM				
EMENTA				
Estudo das políticas curriculares nacionais e de seus pressupostos econômicos, políticos, sociais e ideológicos. Análise crítica dos princípios de planejamento, organização, desenvolvimento e avaliação curricular na Educação Básica. Exame das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como referências para a construção e implementação de propostas pedagógicas. Discussão sobre os processos de elaboração, contextualização e adaptação curricular às diferentes modalidades e etapas da educação. O papel do professor na mediação das políticas curriculares.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
LOPES, A. C. & MACEDO, E. Política (Capítulo 11). Teorias de Currículo . Cortez Editora, 2011.				
MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa (org.). Currículo : políticas e práticas. 12. ed. Campinas: Papirus, 2010. E-book.				
SACRISTÁN, J. Gimeno. O currículo : uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: ARTMED, 1998. E-book.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ALVES, N.; BERINO, A.; SOARES, C. Como e até onde é possível pensar diferente? Micropolíticas de currículos, poéticas, cotidianos e escolas. Revista Teias , v. 13, nº 27, jan./abr. 2012, p. 49-66.				
BES, Pablo; SILVA, Michela C. Organização e legislação da educação . 1. ed. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book.				
MAINARDES, Jefferson. A abordagem do ciclo de políticas: explorando alguns desafios da sua utilização no campo da Política Educacional. Jornal de Políticas Educacionais , Curitiba, v. 12, n. 16, p. 1-16, 2018.				
SACRISTAN, José Gimeno. Saberes e incertezas sobre o currículo . São Paulo: Penso, 2013. E-book.				
VEIGA, Ilma Passos Alencastro; SILVA, Edileuza Fernandes da (org.). Ensino fundamental : da LDB à BNCC. 1. ed. Campinas: Papirus, 2019. E-book.				

DISCIPLINA: LITERATURA INFANTIL				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
6	90	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		60	30	90
Pré-requisito: [X] NÃO [] SIM				
EMENTA				
Literatura infantil: concepções e funções. A relação conteúdo e forma na discussão sobre a especificidade da linguagem literária. A formação do leitor e a escolarização da leitura literária. Práticas de leitura literária em contexto escolar: dos critérios de seleção de livros e formas de leitura à organização de espaços e construção de comunidades de leitores literários. Atividades Acadêmicas de Extensão.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
COSTA, M. M. da. Metodologia do ensino da Literatura infantil . Curitiba: Intersaberes, 2013. E-book.				
COLOMER, T. Narrativas literárias na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental / Teresa Colomer ... [et. al.] ; tradutor Judith Nuria Maida . São Paulo, SP : Global, 2025.				
ZILBERMAN, Regina. A literatura infantil na escola . São Paulo: Global, 2006. (Coleção Educação e Pedagogia). E-book.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BREJO, Janayna Alves. O conto que as caixas contam: uma metodologia lúdica para contar histórias. Linha Mestra , n.45, P.346-357, set./dez., 2021. Disponível em: https://DOI.ORG/10.34112/1980-9026A2021N45P346-357 , Set.Dez.2021				
COELHO, Nelly Novaes. Literatura infantil : teoria, análise, didática. São Paulo: Moderna. 2000.				
COSSON, Rildo. Letramento literário : teoria e prática. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2011. E-book				
DEZOTTI, M.; ALMEIDA, A. C. de; MACEDO, M. do S. A. N. (2021). Educação literária na sala de leitura: mediação e prática pedagógica. Educação Em Foco , 26(1), e26059. https://doi.org/10.34019/2447-5246.2021.v26.36426				
MARIA, R. L. Mortatti; ESTELA N. M. BERTOLETTI; FERNANDO, R. Oliveira. Clássicos brasileiros sobre literatura infantil (1943-1986). Orgs: (Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020.) E-book. Disponível em: https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/book/213				

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		30	0	30
Pré-requisito: [X] NÃO [] SIM				
EMENTA				
Os princípios e os fundamentos da Educação de Jovens e Adultos. Políticas de oferta de EJA no campo e na cidade. Educação de Jovens e Adultos e o mundo do trabalho. Tendências atuais no currículo da EJA. Legislação sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil. As Conferências internacionais de Adultos – CONFINTEA. Os sujeitos da EJA. A juvenilização da Educação de Jovens e Adultos. Estrutura curricular, propostas e avaliação. A formação de educador da Educação de Jovens e Adultos.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ARROYO, Miguel González. Educação de jovens – adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leônicio, GIOVANETTI, Maria Amélia, GOMES, LINO, Nilma. (Orgs). Diálogos na educação de jovens e adultos . Belo Horizonte: Autêntica, 2005. E-book.				
FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. E-book.				
GADOTTI, M. e ROMÃO, J. E. Educação de Jovens e Adultos : teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2000. E-book.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
DI PIERRO, Maria Clara, GRACIANO, Mariângela. A educação de jovens e adultos no Brasil . São Paulo: Ação Educativa, 2003.				
FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade . 9 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.				
FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia : saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.				
PAIVA, Jane; MACHADO, Maria Margarida; IRELAND, Timothy (Org.). Educação de Jovens e Adultos : uma memória contemporânea, 1996-2004. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação: UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2007.				
SOARES, Leônicio José Gomes. As políticas de EJA e as necessidades de aprendizagem dos jovens e adultos. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). Educação de jovens e adultos . Novos leitores, novas leituras. Campinas: Mercado de Letras, 2001.				

DISCIPLINA: ARTE E EXPRESSÃO CULTURAL				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		30	30	60
Pré-requisito: [X] NÃO [] SIM				
EMENTA				
A arte como manifestação de expressão e comunicação humana. As manifestações artísticas como reflexo de valores e características sociocultural. Desenvolvimento da criança e da criatividade. Reflexão e criação nas linguagens artísticas: música, dança, artes plásticas, teatro e estática. Arte na sala de aula. Projetos. Atividade de Prática de Formação Docente. Atividades Acadêmicas de Extensão.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BARBOSA, Ana Mae; LIMA, Sidney Peterson F. de. Artes visuais na educação infantil : a partir da abordagem triangular. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2024. E-book.				
PIANOWSKI, Fabiane; GOLDBERG, Luciane Germano. Metodologia e Técnica do Ensino de Artes . 2. ed. Fortaleza: EdUECE, 2019.				
OLIVEIRA, Edite Colares; NASCIMENTO, Maria Valcídea do. Introdução à Arte Educação . 3. ed. Fortaleza: EdUECE, 2019.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
AMARAL, Aracy. Artes no Brasil . São Paulo. Instituto Callis. 2005.				
BRASIL. Base Nacional Comum Curricular – BNCC, Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf Acesso em: 20 abr. 2020.				
CUNHA, S. R. V. Questionamentos de professora de arte sobre o ensino de arte na contemporaneidade . In: Raimundo Martins e Irene Tourinho. (Org.). <i>Cultura das Imagens: desafios para a arte e para educação</i> . 2ed.Santa Maria: Editora da UFSM, 2016, v. 1, p. 51-76. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/193651 Acesso em: 20 abr. 2022.				
CUNHA, S. R. V. Transformações nos saberes sobre arte e seu ensino . <i>Imaginar - Revista da Associação de Professores de Expressão e Comunicação Visual</i> , Lisboa - Portugal, v. 38, p. 04-10, 2002.				
ROSENTHAL, Dália; RIZZI, Maria Christina de Souza Lima (Orgs.). ARTE, educação e contemporaneidade . São Paulo, Blucher, 2020. E-book.				

DISCIPLINA: SEMINÁRIO DE PESQUISA				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		30	0	60
Pré-requisito: [X] NÃO [] SIM				
EMENTA				
Revisão das abordagens metodológicas e das técnicas de pesquisa. Reestruturação do objeto de pesquisa. Técnicas para apresentação da versão preliminar do Trabalho de Conclusão de Curso. Partilha dos TCCs, visando trocas e aprendizados.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
CAMPOS, Cláudia Fátima; REZENDE, Edson José Carpintero; PINTO, Gabriella Nair Figueiredo Noronha; RIBEIRO, Sônia Marques Antunes; ARAÚJO, Wânia Maria de. Normalização de publicações técnico-científicas da UEMG . 2. ed. Belo Horizonte: Editora UEMG, 2024. Disponível em: https://editora.uemg.br/images/livros-pdf/catalogo-2022/Normalizacao/normalizacao.pdf				
CAVALHEIRO, Claudionor Nunes; SILVA, Eliene Costa (Org.). Cotidiano escolar : mais que muros. Brasília: Editora Ópera, 2022. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/718649/4/Cotidiano%20Escolar%20Mais%20que%20Muros%20-%20Volume%203.pdf				
LUDWIG, Rafael; FISTAROL, Caique; KRAEMER, Celso; MARTINS, Ligia (Org.). Epistemologias dos saberes em educação . Curitiba: Editora Fi, 2023. Disponível em: https://www.editorafi.org/ebook/c071-epistemologias-saberes-educacao				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ABREU, R. M. de A.; ALMEIDA, D. D. M. de. Refletindo sobre a pesquisa e sua importância na formação e na prática do professor do ensino fundamental. Revista Entreideias : Educação, Cultura E Sociedade, v. 13, n. 14, p. 73-85, jul.-dez., 2008. Disponível em: https://doi.org/10.9771/2317-1219rf.v13i14.3217 .				
BUENO, Anderson Silvério. Metodologias ativas e aprendizagem colaborativa: fundamentos, métodos e implementação. Revista Tópicos , [s.l.], 23 mar. 2025. Disponível em: https://revistatopicos.com.br/artigos/metodologias-ativas-e-aprendizagem-colaborativa-fundamentos-metodos-e-implementacao .				
MELO, Ruth Pereira de; MELO, Lucilene Ferreira de. Ética e suas implicações na pesquisa com seres humanos. Horizontes , v. 39, n. 1, p. 1–15, 2021. Disponível em: https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/download/1646/774/5555				
REZENDE, Edson José Carpinteiro Rezende; MISK, Mariana (coordenadores). Manual para elaboração e normalização de trabalhos acadêmicos e técnico-científicos . Belo Horizonte: EdUEMG, 2017. Disponível em: https://editora.uemg.br/images/livros-pdf/catalogo-2017/2017_Manual.pdf				
SILVA, Adeilton Elias da; MEDEIROS, Lis Paiva de; SILVA, Lyvia Gabrielle da; BARBOSA, Márcia Regina; BONA, Viviane de (Orgs.). Pesquisa qualitativa em educação : métodos e técnicas em evidência. Recife: GEPIFHRI/UFPE, 2023. Disponível em: https://sites.ufpe.br/gepifhri/wp-content/uploads/sites/86/2023/12/PESQUISA-QUALITATIVA-EM-EDUCACAO-METODOS-E-TECNICAS-EM-EVIDENCIA-Colecao-GEPIFHRI.pdf				

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
3	45	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		45	0	45
Pré-requisito: [X] NÃO [] SIM				
EMENTA				
Meio ambiente e sustentabilidade. Complexidade ambiental. Saber ambiental. Fundamentos teóricos e metodológicos da Educação Ambiental. Leitura e interpretação da natureza. Pesquisa em Educação Ambiental.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
CARVALHO, I. C. M. Educação Ambiental : a formação do sujeito ecológico. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.				
LEFF, Henrique. A complexidade ambiental . São Paulo: Cortez, 2003.				
MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro . 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2011. 102 p.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos . Unicef: Brasil, 1948. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos .				
DULLEY, R. D. Noção de Natureza, Ambiente, Meio Ambiente, Recursos Ambientais e Recursos Naturais. Agricultura em São Paulo , v. 51, n. 2, p. 15-26, 2004.				
FREIRE, P. Pedagogia da autonomia : saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.				
GUIMARÃES, M. Educação Ambiental - Temas em Meio Ambiente. Duque de Caxias/RJ: Editora Unigranrio, 2000.				
RODRIGUES, J. C. R.; NASCIMENTO, R. da S. Saber ambiental, complexidade e Educação Ambiental. Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA) , [S. l.], v. 11, n. 5, p. 152–165, 2016. DOI: 10.34024/revbea.2016.v11.2363. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/2363 .				

DISCIPLINA: DEFESA DE TCC				
PEDAGOGIA				
Créditos	Carga horária total	Carga horária/distribuição		
1	15	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		15	0	15
Pré-requisito ☒ NÃO ☐ SIM				
EMENTA				
Momento final do processo de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Envolve a sistematização e a defesa pública do trabalho perante banca examinadora, demonstrando domínio teórico-metodológico, coerência entre teoria e prática e contribuição para o campo educacional e para a formação docente.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazo Afonso de. Pesquisa em educação : buscando rigor e qualidade. Campinas: Papirus, 2013.				
ECO, Umberto. Como se faz uma tese . 28. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.				
GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.				

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMPOS, Cláudia Fátima; REZENDE, Edson José Carpintero; PINTO, Gabriella Nair Figueiredo Noronha; RIBEIRO, Sônia Marques Antunes; ARAÚJO, Wânia Maria de. **Normalização de publicações técnico-científicas da UEMG**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UEMG, 2024. Disponível em: <https://editora.uemg.br/images/livros-pdf/catalogo-2022/Normalizacao/normalizacao.pdf>

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MELO, Ruth Pereira de; MELO, Lucilene Ferreira de. **Ética e suas implicações na pesquisa com seres humanos**. **Horizontes**, v. 39, n. 1, p. 1–15, 2021. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/download/1646/774/5555>.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

APÊNDICE 02 – EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS

Obs.: As metodologias referentes às disciplinas optativas encontram-se descritas no tópico 5.2 – *Metodologia e Recursos Didáticos* – deste Projeto Pedagógico de Curso.

DISCIPLINA: ALTERNÂNCIAS EDUCATIVAS				
Créditos	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		30	-	30
Pré-requisito: [X] NÃO [] SIM				
EMENTA				
Antecedentes Históricos do Processo de Formação por Alternância. Princípios Políticos e Pedagógicos dos processos de Formação por Alternância. A Expansão da Alternância na Educação do Campo. Práticas de Formação por Alternância.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. Por uma educação do Campo . Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.				
GHEDIN, Evandro (Org.). Educação do Campo: epistemologia e práticas . São Paulo: Cortez, 2012.				
SILVA, Lourdes Helena. As Experiências de Formação de Jovens do Campo : alternância ou alternâncias? Curitiba: Editora CRV, 2012.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ANDRADE, Elizete Oliveira. Educação do campo : narrativas de professoras alfabetizadoras de classes multisseriadas. Curitiba: CRV, 2019.				
DIAS, Rafaela Radael; MARTINS, Thatiane Vieira. Educacao do campo : praticas em educação do campo. [S.l.] FAFILE, 2013.				
RIBEIRO, Marlene. Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa. Educação e Pesquisa . v. 34, n. 01. São Paulo: FAE/USP, jan./abr., 2008, p. 27. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/KMVyDjXDzMxS4FmpdR7tS6M/abstract/?lang=pt				
SILVA, Lourdes Helena da; SILVA, Diego Gonzaga Duarte da Silva; MIRANDA, Élide Lopes; CARVALHO, Josiane das Graças; PRADO, Daniela Queiróz do; LIMA, Sthefani Loti Paiva. A licenciatura em educação do campo na Universidade Federal de Viçosa : sujeitos, representações e práticas pedagógicas. Paraíba, PI: Acadêmica Editorial, 2022.				
VIEIRA, Silvia Carvalho; LEAL , Davi Avelino; WEIGEL, Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros. Pedagogia da Alternância: Desvendando Conceitos e Trajetória Histórica do Sudoeste da França ao Norte do Brasil: Pedagogy of Alternation: Unveiling Concepts and Historical Trajectory from Southwestern France to Northern Brazil. Revista Cocar , [S. l.], v. 21, n. 39, 2024. Disponível em: https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/9712 . Acesso em: 30 out. 2025.				

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		30	-	30
Pré-requisito: [X] NÃO [] SIM				
EMENTA				
Fundamentos da Educação Popular, o campo da Educação Popular e seus significados. Experiência como categoria ontológica da formação do sujeito social. Movimentos sociais e suas contribuições na formação do Brasil. Movimentos sociais clássicos. Atuais conceitos sobre os movimentos sociais. Articulação dos movimentos sociais na cidade e no campo. A função formadora dos movimentos sociais.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. Alfabetização, leitura do mundo leitura da palavra . 1 ed. [S.l.] Paz e terra, 1990.				
GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e educação . 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.				
LUKÁCS, György. Marxismo e teoria da literatura . 1 ed. [S.l.] Civilização Brasileira, 1968. (Coleção perspectivas do homem 36, serie literatura).				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
FÁVERO, Osmar; SEMERARO, Giovanni (org.). Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro . Rio de Janeiro: Vozes, 2002.				
FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade . 9. ed. [S.l.] Paz e terra, 2001.				
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia : saberes necessários à prática educativa. 19. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.				
GOHN, Maria da Gloria Marcondes. Educação não formal e cultura política : impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.				
LUKÁCS, Georg. História e consciência de classe : estudos de dialéctica marxista. Porto: Publicações Escorpião, 1974.				

DISCIPLINA: FORMAÇÃO E PRÁTICA DOCENTE				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		30	-	30
Pré-requisito: [X] NÃO [] SIM				
EMENTA				
Docência, Educação e Profissão. Educação e Humanidade/Sociedade. Ciência, Educação e Ambiente. Formação Inicial e Continuada de Professores. Avaliação da aprendizagem. Identidade e Prática Docente.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				

ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
 LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem**: componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.
 MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2. ed. rev., 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GATTI, Bernadete Angelina; SILVA JÚNIOR, Celestino Alves; NICOLETTI, Maria da Graça; PAGOTTO, Maria Dalva Silva (Orgs.). **Por uma política nacional de formação de professores**. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: saberes da docência e identidade do professor. **Rev. Fac. Educ.** [online]. 1996, vol.22, n.2, pp.72-89. ISSN 0102-2555.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. **Currículo**: políticas e práticas. 13. ed. Campinas: Papirus, 2013.

PAVIANI, Jayme. **Problemas de filosofia da educação**: o cultural, o político, o ético na escola, o pedagógico, o epistemológico no ensino. 8. ed., Caxias do Sul: Educus, 2010.

TRISTÃO, Martha. Uma abordagem filosófica da pesquisa em educação ambiental. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 55, p. 847-860, 2013. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/4JrzD84h6GSWzmf7VLVbchP/?format=pdf&lang=pt>>.

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA PRÁXIS EDUCACIONAL

Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		30	-	30

Pré-requisito: ☒ NÃO ☐ SIM

EMENTA

Filosofia e Pedagogia. Fundamentos filosóficos das práticas e discursos pedagógicos. Ética e Epistemologia das relações de ensino e aprendizagem. Princípios da escolarização moderna. Pedagogia tradicional e a Escola Nova. A Pedagogia Histórico Crítica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. SP: Perspectiva, 2014.

MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. **Em defesa da escola**: uma questão pública. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014 E-book.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: Teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. [S.l.] Autores Associados, 1986.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BUFFA, Ester et al. **Educação e cidadania. Quem educa o cidadão?** São Paulo: Cortez, 1995.

KANT, Immanuel. **Sobre a pedagogia**. São Paulo: Vozes, 2021 E-book.

KOHAN, Walter Omar. **Filosofia – O paradoxo de aprender e ensinar**. Belo Horizonte: Autêntica Editora 2009.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Ética e competência**. São Paulo: Cortez Editora, 2011. E-book.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica, quadragésimo ano: novas aproximações**. Campinas: Autores Associados, 2020. E-book.

DISCIPLINA: PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA E PSICOLOGIA HISTÓRICO CULTURAL: FUNDAMENTOS PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		30	-	30
Pré-requisito: [X] NÃO [] SIM				
EMENTA				
Escola e Saber Objetivo na perspectiva Histórico-Crítica. Natureza e especificidade da educação. A pedagogia Histórico-Crítica e a Educação Escolar. Psicologia Histórico-Cultural: conceitos. Periodização do desenvolvimento psíquico. Fundamentos didáticos metodológicos. Diversidade e movimentos sociais e Pedagogia Histórico-Crítica. A infância para a Psicologia Histórico-Cultural e para a Pedagogia Histórico Crítica. Pedagogia Histórico-Crítica e a formação de professores. A Prática Pedagógica Histórico-Crítica: na Educação Infantil e Ensino Fundamental. Currículo e Pedagogia Histórico-Crítica. Práticas atuais com base na Pedagogia Histórico-Crítica e na Psicologia Histórico-Cultural.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia . Campinas-SP. Autores Associados, 2008.				
SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-Crítica : primeiras aproximações. Campinas-SP. Autores Associados, 2013.				
VYGOTSKY, Lev. Pensamento e Linguagem . São Paulo, SP: Martins Fontes, 1993.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica, quadragésimo ano : novas aproximações. Editora Autores Associados, 2020. E-book.				
MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão <i>et al.</i> . Pedagogia histórico-crítica : 40 anos de luta por escola e democracia. Editora Autores Associados, 2021. E-book.				
MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão (Orgs). Infância e Pedagogia Histórico-crítica . 2. ed. Campinas-SP. Autores Associados, 2020. E-book.				
MARTINS, Lígia Márcia. O Desenvolvimento do Psiquismo e a Educação Escolar : contribuições à luz da Psicologia Histórico-Cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica. Campinas-SP. Autores Associados, 2021. E-book.				
MATOS, Neide da Silveira Duarte de.; SOUSA, Joceli de Fátima Arruda; SILVA, João Carlos da. Pedagogia histórico-crítica : revolução e formação de professores. Editora Autores Associados, 2020. E-book.				

DISCIPLINA: PESQUISA COM O COTIDIANO ESCOLAR				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		30	-	30
Pré-requisito: [X] NÃO [] SIM				
EMENTA				

Profissão docente na atualidade e o campo da pesquisa crítica e pós-crítica. O processo de pesquisa das práticas educativas em diversos cenários escolares. Usos, tática e as artes de fazer nas pesquisas com o cotidiano. As pesquisas no/do o cotidiano escolar. Questões teórico-metodológicas da observação e da prática educacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVES, Nilda; OLIVEIRA, Inês Barbosa de. (Orgs.). **Pesquisa no/do cotidiano das escolas**: sobre redes de saberes. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano I – Artes de fazer**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

FERRAÇO, Carlos Eduardo; PEREZ, Carmem Lucia Vidal; OLIVEIRA, Inês Barbosa de. **Aprendizagens cotidianas com a pesquisa**: novas reflexões em pesquisa com os cotidianos das escolas. Petrópolis: DP et Alii, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite. **O sentido da Escola**. Petrópolis, RJ: DP et Alii, 2016.

AZEVEDO, Joanir Gomes; ALVES, Neila Guimarães. **Formação de professores**: possibilidades do imprevisível. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de; SGARBI, Paulo. **Estudos do cotidiano & Educação**. Autêntica, 2008. E-book.

ROCKWELL, Elsie. “Etnografia e teoria na pesquisa educacional”, em ROCKWELL, Elsie & EZPELETA, Justa. **Pesquisa Participante**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986, p. 31-55.

VORRABER, Marisa. **Caminhos Investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007.

DISCIPLINA: PSICOMOTRICIDADE: O CORPO NO BRINCAR

Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		30	-	30

Pré-requisito: [X] NÃO [] SIM

EMENTA

Conceito e Histórico da Psicomotricidade, as bases anátomo-funcionais do corpo no brincar. O corpo e o Outro, controle motor e tônico. Estruturação do espaço, do ritmo, das coordenações, da habilidade motora, transtornos psicomotores e suas características. O corpo no Imaginário, no Simbólico e no Real. Exame motor e o Brincar no âmbito psicomotor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O Brincar e suas teorias**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

LOVISARO, Martha. **A Psicomotricidade Aplicada na Escola – Guia Prático de Prevenção**. 3. ed. Rio de Janeiro: Walk Editora, 2019.

SILVA, Katia Cilene da; OLIVEIRA, Aníê Coutinho de. **Ludicidade e psicomotricidade**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2017. E-book.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KISHIMOTO, Tizuko Morchida(Org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARTINS, Lígia Márcia; ABRANTES, Angelo Antonio; FACCI, Marilda Gonçalves Dias (Orgs). **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico**: do nascimento à velhice. Campinas-SP. Autores Associados, 2017. E-book.

NEGRINI, Airton. **Corpo na educação infantil**. Caxias do Sul: Editora Educ, 2002. E-book.

PIAGET, Jean. **Construção do Real na Criança**. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

WINNICOTT, Donald W. **O Brincar e a Realidade**. Imago. Rio de Janeiro, 1975.

DISCIPLINA: TÓPICOS ESPECIAIS EM EDUCAÇÃO

Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Atividades Acadêmicas de Extensão	Total
		30	-	30

Pré-requisito: [X] NÃO [] SIM

EMENTA

Disciplina abordando tópicos variáveis: Conceitos Educacionais, Tendências pedagógicas, desenvolvimento e técnicas em Educação. A ementa, a bibliografia básica e complementar será apresentada ao colegiado do curso e ao departamento no semestre anterior ao seu oferecimento para ser submetido à avaliação e aprovação, considerando as diretrizes vigentes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

A bibliografia básica será apresentada ao colegiado do curso e ao departamento no semestre anterior ao seu oferecimento.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

A bibliografia complementar será apresentada ao colegiado do curso e ao departamento no semestre anterior ao seu oferecimento.

APÊNDICE 03 – REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

CAPÍTULO I DA ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIO

Art. 1º O Estágio Curricular Supervisionado se constitui uma atividade teórico-prática do processo de ensino-aprendizagem que visa assegurar aos graduandos, experiência de exercício profissional que ampliem e fortaleçam atitudes éticas, conhecimentos e competências na área de atuação, conforme estabelece o inciso IV do artigo 8º da Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006.

I O estágio supervisionado curricular, como procedimento didático-pedagógico, é uma atividade intrinsecamente articulada com as demais atividades acadêmicas. A concepção que dá alicerce para o estágio supervisionado está fundamentada no princípio da ação-reflexão-ação e também da interação social.

II O estágio supervisionado será realizado, a partir do 1º semestre letivo do curso, de modo a assegurar aos graduandos, experiência de exercício profissional em ambientes escolares, ampliando e fortalecendo atitudes éticas, conhecimentos e competências.

III O estágio curricular supervisionado deve ser realizado, integralmente, de forma presencial, de acordo com o parágrafo 5º do inciso IV, artigo 14 da Resolução CNE/CP nº 4/2024.

CAPÍTULO II DAS ÁREAS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 2º O artigo 2º da Resolução CNE/CP nº 4/2024 estabelece que o Estágio Supervisionado deve contemplar práticas pedagógicas que considerem a diversidade das etapas e modalidades da Educação Básica, assegurando a formação de professores nas diferentes áreas do conhecimento, bem como a integração entre elas. Essas práticas podem abranger mais de um campo específico e/ou envolver abordagens interdisciplinares. Desse modo, o Estágio Supervisionado, componente curricular obrigatório do curso de Pedagogia, será desenvolvido nas seguintes áreas, conforme o Projeto Político Pedagógico do aludido curso:

I – Estágio Supervisionado I (Inserção em escolas de Educação Infantil e/ou Anos Iniciais do Ensino Fundamental);

II – Estágio Supervisionado II (Gestão Escolar);

III – Estágio Supervisionado III (Educação do Campo ou Educação Especial);

IV – Estágio Supervisionado IV (Educação Infantil).

IV – Estágio Supervisionado V (Anos Iniciais do Ensino Fundamental).

Parágrafo único – O Estágio Supervisionado poderá ser realizado nas diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, priorizando-se aquelas que correspondem ao campo de maior atuação profissional do egresso do curso de Pedagogia.

Art. 3º O Estágio Supervisionado Curricular é caracterizado como um conjunto de atividades de práticas pré-profissionais, exercidas em situações reais de trabalho, sem vínculo empregatício, atendo aos dispositivos da Lei nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Parágrafo Único. A integralização da carga horária do estágio incluirá as horas destinadas ao planejamento, orientação paralela e avaliação das atividades, realizadas sob a responsabilidade do professor da disciplina de Orientação de Estágio do curso de Pedagogia.

CAPÍTULO III

DOS OBJETIVOS E DAS DIRETRIZES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 4º O Estágio Supervisionado tem como objetivos:

- I – Observar a dinâmica escolar e o processo de ensino e aprendizagem por meio da observação e intervenção pedagógica intencional;
- II – Possibilitar ao estagiário a vivência de situações que retratem os desafios do ambiente escolar.
- III – Apresentar atividades que potencializem as habilidades e competências dos discentes visando o seu desenvolvimento cognitivo e emocional;
- IV – Aprimorar a capacidade do estagiário através de propostas que agucem a relação entre teoria e prática em sala de aula.
- V – Viabilizar situações que aproximem o universitário da comunidade, colaborando para integração à realidade social.

Art. 5º O desenvolvimento do Estágio Supervisionado deverá respeitar as seguintes diretrizes:

I O estágio deverá ser realizado individualmente, estabelecendo contato com a realidade do professor e de seus alunos.

II Os/as estagiários/as deverão:

- a) comparecer nas orientações de estágio marcadas com o professor orientador;
- b) realizar contato inicial com a direção da escola para identificar se há a oferta do estágio a ser cursado;
- c) verificar a existência de convênio entre a escola em questão e a UEMG;
- d) cumprir com as determinações presentes neste Regulamento.

III O sistema de controle de estágio, gerado pelo professor de Orientação de Estágio, deverá ter como meta o aprimoramento constante do processo de acompanhamento e avaliação da prática dos estagiários e de sua produção.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA DO COMPONENTE E DA CARGA HORÁRIA

Art. 7º A disciplina Orientação de Estágio (I, II, III, IV e V), no âmbito do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Carangola, está organizada em cinco semestres e compreende os seguintes componentes curriculares, com respectiva área de estágio e carga horária semestral, a ser iniciado a partir do quarto semestre letivo:

- I - Orientação de Estágio I – Inserção em escolas de Educação Infantil ou anos iniciais do Ensino Fundamental, com 45 (quarenta e cinco) horas de Estágio Supervisionado;
- II - Orientação de Estágio II – Gestão Escolar, com 90 (noventa) horas de Estágio Supervisionado;
- III - Orientação de Estágio III – Educação do Campo ou Educação Especial, com 90 (noventa) horas de Estágio Supervisionado;
- IV - Orientação de Estágio IV – Educação Infantil, com 90 (noventa) horas de Estágio Supervisionado;
- V - Orientação de Estágio IV – Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com 90 (noventa) horas de Estágio Supervisionado.

Parágrafo Único. A carga horária total do Estágio Supervisionado I até o Estágio Supervisionado V é de 405 horas, conforme disposições legais.

Art. 8º. Para efeito de distribuição da carga horária, teórica e prática, dos componentes de Estágio Supervisionado há de se respeitar o seguinte:

I – Para o componente curricular de Estágio Supervisionado I serão 10 (vinte e cinco) horas de orientação de estágio que perpassam atividades como: leitura de livros e artigos propostos pelo professor da disciplina, elaboração do plano individual de estágio, apresentações/discussões e elaboração do Relatório Final; e 35 (trinta e cinco) horas de atividades desenvolvidas na escola-campo de estágio. A carga horária total de 45 (quarenta e cinco) horas ficam distribuídas do seguinte modo:

- a) 10 (dez) horas de orientação de estágio;
- b) 10 (vinte e cinco) horas de observação não participante;
- c) 25 (trinta e cinco) horas de observação participante.

II – Para os componentes curriculares Estágio Supervisionado II a V serão 15 (quinze) horas de orientação de estágio que perpassam atividades como: leitura de livros e artigos propostos pelo professor da disciplina, elaboração do plano de estágio, apresentações, exposições, planejamento, projetos específicos e elaboração do Relatório Final; e 70 (sessenta) horas de atividades desenvolvidas na escola-campo de estágio, distribuídas do seguinte modo:

- a) 15 (vinte) horas de orientação de estágio;
- b) 20 (vinte) horas de observação não participante;
- c) 30 (trinta) horas de observação participante;
- d) 20 (vinte) horas de intervenção pedagógica.

Art. 9º. O exercício da profissão docente é computado como horas de Estágio Curricular obrigatório na seguinte conformidade:

I Atuação Profissional no estágio correspondente entre **01 a 03 anos e onze meses de exercício da profissão docente**, elimina **20% das horas** correspondentes ao estágio determinado, mediante apresentação de Carta de Docência / Declaração da Instituição Escolar.

II Atuação Profissional no estágio correspondente **superior a 04 anos** de exercício da profissão docente elimina **50% das horas** correspondentes ao estágio determinado, mediante apresentação de Carta de Docência / Declaração da Instituição Escolar.

Parágrafo único: A atuação no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) elimina **100% das horas** correspondentes ao Estágio Supervisionado V (Anos iniciais do Ensino Fundamental), mediante apresentação de Declaração específica.

CAPITULO V DOS CAMPOS DE ESTÁGIO

Art. 10 O Estágio Supervisionado Curricular deve ser realizado em estabelecimentos educacionais escolares da Educação Básica, preferencialmente, públicos situados em Carangola/MG, em municípios circunvizinhos da instituição de ensino onde o aluno está matriculado e/ou na cidade de origem do estudante.

Parágrafo Único: o disposto no caput deste artigo atende aos dispositivos legais que impõem a

obrigatoriedade do acompanhamento constante e continuado do professor de estágio, conforme a Lei 11.788/2008.

Art. 11 Para o desenvolvimento do estágio, em relação à entidade concedente, deve-se observar o seguinte:

- I – aceitação das condições de supervisão e avaliação do estágio;
- II – anuência e acatamento das normas disciplinares dos estágios;
- III – aprovação do plano de atividades do estagiário;
- IV – assinatura de Termo de Compromisso³ com o estagiário e a UEMG/Carangola.

CAPÍTULO VI DAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO

Art. 12 O Estágio Supervisionado, como componente curricular obrigatório, fornece ao aluno, como futuro professor, acesso ao conhecimento das tendências atuais da educação e experiências profissionais por meio do exercício da competência técnica, em três momentos:

- I Na unidade, com o preparo das atividades de estágio;
- II Nas instituições educacionais, efetivando o estágio, com acompanhamento sistemático;
- III Na Unidade, posteriormente, em processo de análise e avaliação.

Art. 13 As atividades desenvolvidas pelo estagiário devem constar no plano de ensino previamente elaborado pelo professor de Orientação de Estágio em conjunto com o Coordenador do Curso de Pedagogia.

Art. 14 As atividades do Estágio Supervisionado serão integradas com as disciplinas do curso.

CAPÍTULO VII DA SUPERVISÃO DO ESTÁGIO

Art. 15 A supervisão de estágio será desenvolvida diretamente pelo/a professor/a da escola-campo de estágio, por meio de orientação e acompanhamento do estagiário, mediante observação contínua das atividades desenvolvidas nos campos de estágio, ao longo de todo o processo, desde sua elaboração até a avaliação do relatório final.

CAPÍTULO VIII DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 16 Compete ao Coordenador do Curso de Pedagogia:

- I – Coordenar o planejamento, a execução e a avaliação das atividades pertinentes ao estágio, em conjunto com os demais professores do curso;
- II – Entrar em contato com os estabelecimentos educacionais concedentes de estágio para análise das condições específicas, tendo em vista a celebração de convênios e acordos, quando for o caso;
- III – Providenciar os termos de compromisso a serem firmados entre alunos e instituições concedentes de estágio;
- IV – Organizar e manter atualizado um sistema de documentação e cadastramento de estágio, registrando as instituições envolvidas e o número de estagiários de cada período de estágio;

³ Disponível em: <https://uemg.br/graduacao/estagio>

V – Cumprir integralmente as normas estabelecidas neste Regulamento.

Art. 17 Compete ao professor de Orientação de Estágio:

- I – Fazer cumprir a programação das atividades pertinentes ao estágio;
- II – Orientar o estagiário na elaboração do plano individual de estágio;
- III – Encaminhar à coordenação do curso, o plano individual de estágio e o Termo de Compromisso de cada aluno para as devidas assinaturas;
- IV – Orientar, acompanhar e avaliar o estagiário no desenvolvimento de todas as atividades relacionadas ao estágio;
- V – Estabelecer um sistema de acompanhamento permanente com os profissionais responsáveis pelos campos de estágio;
- VI – Supervisionar o estágio por meio de acompanhamento do plano de estágio, por observação contínua, direta e indireta, das atividades programadas nos campos de estágio durante todo o processo;
- VII – Indicar as fontes de pesquisa e de consulta necessárias à solução das dificuldades encontradas;
- VIII – Manter contatos periódicos com a gestão e com o docente de classe das instituições concedentes de estágio, buscando o bom desenvolvimento das atividades, intervindo sempre que necessário;
- IX – Cumprir integralmente as normas estabelecidas neste Regulamento.

Art. 18 Compete ao professor supervisor do campo de estágio:

- I – Introduzir, orientar, acompanhar e organizar as atividades práticas do estagiário na escola;
- II – Oferecer os meios necessários à realização dos trabalhos em sala de aula;
- III – Orientar o estagiário quanto às dificuldades apresentadas;
- IV – Manter contato com o professor de Orientação de Estágio, quando necessário;
- V – Participar de reuniões convocadas pelo professor de Orientação de Estágio ou instâncias superiores a ele;
- VI – Encaminhar a avaliação do estagiário para o professor de Orientação de Estágio.
- VII – Cumprir integralmente as normas estabelecidas neste regulamento.

Art. 19 Compete ao estagiário:

- I – Observar os regulamentos e exigências do campo de estágio.
- II – Elaborar o plano individual de estágio sob orientação do professor;
- III – Permanecer no local do estágio até o final do tempo regulamentado, obedecendo sempre os horários previstos;
- IV – Realizar as atividades previstas no plano de estágio, bem como, manter um registro atualizado de todas elas;
- V – Comunicar e justificar com antecedência, ao responsável pelo campo de estágio e ao professor orientador, sua ausência em atividade prevista no plano de estágio;
- VI – Repor as atividades previstas no plano de estágio, cuja justificativa de ausência tenha sido aceita pelo responsável do campo de estágio e pelo professor;
- VII – Participar das atividades determinadas pelo professor de estágio;
- VIII – Entregar ao professor, em data previamente fixada, o relatório abrangendo todos os aspectos relativos ao estágio;
- IX – Manter, em todas as atividades desenvolvidas durante o estágio, uma atitude de ética conveniente ao desempenho profissional.

Art. 20 Compete ao colegiado do Curso de Pedagogia:

- I – Emitir parecer sobre o Regulamento de Orientação de Estágio do Curso e encaminhá-lo a Câmara

Departamental para aprovação;

II – Convocar, quando necessário ou a pedido deste, o professor de Orientação de Estágio do Curso de Pedagogia para, em reunião do colegiado, analisar questões relativas ao planejamento, organização, funcionamento, avaliação e controle das atividades de estágio e análise de critérios, métodos e instrumentos necessários ao seu desenvolvimento.

CAPÍTULO IX

DOS CRITÉRIOS E DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Art. 21 O Estágio Supervisionado terá critérios próprios de avaliação.

Art. 22 A média final será o resultado do cômputo avaliativo das atividades de caráter científico, cultural e acadêmico (seminários, palestras, oficinas, minicursos, apresentações, exposições, planejamento, projetos específicos, outros), intervenção pedagógica e relatório final.

Art. 23 A avaliação do Estágio Supervisionado fica condicionada à observância dos seguintes aspectos:

- I – Frequência e participação nas orientações;
- I – Cumprimento satisfatório das tarefas;
- III – Elaboração, condução e execução das atividades;
- IV – Preparação e apresentação de seminários;
- V – Outros tipos de trabalhos ou atividades;
- VI – Entrega e apresentação do Relatório Final do Estágio.

Art. 24 O aluno estagiário somente poderá iniciar o estágio na escola campo após cumprir com os seguintes requisitos:

- I Assinar o Termo de Compromisso do Estágio Supervisionado, juntamente com o estabelecimento concedente e a instituição de ensino;
- II Entregar ao professor de Orientação de Estágio o aceite do estabelecimento escolar, concordando com as condições do mesmo;
- II Entregar ao professor de Orientação de Estágio o Plano Individual de Estágio.

Art. 25 Poderão fazer parte da avaliação às observações feitas pelo professor titular da classe e pela equipe técnico-pedagógica do campo de estágio.

Art. 26 O aluno estagiário, quando assumir a sala de aula, após ter cumprido, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) de horas/aula que deve ministrar, poderá ser afastado da intervenção pelo professor, caso sua atuação ofereça prejuízo ao processo de aprendizagem dos alunos envolvidos.

I O professor de estágio deve apresentar, por escrito, ao coordenador do Curso de Pedagogia, a decisão do afastamento, com visto do responsável pelo campo de estágio.

- a) O aluno estagiário afastado poderá ser reencaminhado pelo professor de Orientação de Estágio, para refazer o estágio em uma nova turma no semestre corrente;
- b) Caso o problema que motivou o afastamento da primeira turma persista, o estágio será interrompido definitivamente.

II O aluno poderá cursar novamente, a disciplina de Orientação de Estágio, no semestre que a mesma

for oferecida.

III O aluno estagiário, mesmo afastado, deve ser avaliado.

Parágrafo Único. Tendo em vista as especificidades didático-pedagógicas da disciplina, não haverá, para o estagiário, cujo Estágio Supervisionado foi interrompido definitivamente, revisão de avaliação e realização de exame final, bem como, não lhe será permitido cursá em dependência.

CAPÍTULO X

NORMAS PARA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO

Art. 27 O Relatório Final do Estágio Supervisionado do Curso de Pedagogia deve estar de acordo com as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT), especificamente as normas (i) NBR 6023/2018, (ii) NBR 10.520/2023 e (iii) NBR 14.724/2011 e deve ter como parâmetros:

- I. Introdução;
- II. Planejamento das atividades;
- III. Relato detalhado das atividades e seu desenvolvimento;
- IV. Análise das atividades e seu desenvolvimento;
- V. Conclusão;
- VI. Referências bibliográficas;
- VII. Anexo e/ou Apêndice – todos os documentos comprobatórios do estágio.

§ 1º O não fornecimento dos documentos necessários, por parte do acadêmico estagiário, para a avaliação do estágio nas datas previstas implicará a reprovação do mesmo.

§ 2º O relatório final de estágio poderá, também, ser apresentado no formato de portfólio, desde que contemple os elementos essenciais previstos nas orientações institucionais para a sistematização da prática. O portfólio deverá reunir registros reflexivos, produções realizadas durante o período de estágio, evidências das atividades desenvolvidas, análises críticas fundamentadas e demais documentos comprobatórios pertinentes.

CAPÍTULO XI

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 28 Os casos omissos neste Regulamento devem ser resolvidos pelo Coordenador do Curso de Pedagogia, ouvido o Colegiado do Curso e as demais partes envolvidas.

ANEXO 1 - TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO

Documento disponibilizado no site da UEMG: <https://uemg.br/graduacao/estagio>

ANEXO 3 – PLANO INDIVIDUAL DE ESTÁGIO

		PLANO INDIVIDUAL DE ESTÁGIO		
Estagiário:		Curso: Pedagogia	Período:	Ano:
Escola:		Bairro:		
Endereço:		Cidade/Estado:		
Supervisor/a de Campo:		Cargo do/a Supervisor:	E-mail: Telefone:	
Período de -----a ----- de -----		Carga Horária: ____ horas		
Objetivos a serem alcançados:				
Avaliação do processo:				
Nº	Atividades			Horas
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
Total				
Data: ____ / ____ / ____		Data: --/----/----		
_____ Assinatura do Estagiário		Prof. _____ Orientador/a de Estágio		

ANEXO 4 – RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO

		RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO SUPERVISOR/A DE CAMPO		
Estagiário/a:		Curso: Pedagogia		
Supervisor/a de campo:		Cargo do/a Supervisor:	Período:	Ano:
Escola:		Estágio Supervisionado _____		
Data Presença	Atividades Desenvolvidas	Carga Horária	Desempenho *	Assinatura do/a Supervisor/a de Campo
Total de Horas/Desempenho Final				

* Desempenho: O - Ótimo B - Bom R - Regular I - Insuficiente

Data da Entrega:

Assinatura do/a Estagiário/a_____
Nome e Assinatura do/a Supervisor/a de Campo_____
Professor/a de Orientação de Estágio**Obs.: Avaliação do processo compreende:**

- ✓ A observação direta do Supervisor de Campo, considerando o desempenho do aluno, assiduidade, carga horária e pontualidade;
- ✓ A socialização das atividades desenvolvidas, em sala de aula, feita pelo Professor Orientador, que deve considerar o envolvimento do aluno nas apresentações e os Relatórios Parciais.
- ✓ **Avaliação Final** será feita pelo Professor Orientador de Estágio que deve considerar a apresentação do Relatório Final.

ANEXO 5 – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO

		RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO	
Estagiário:		Curso: Pedagogia	Período:
Ano:			
Escola/Instituição:		Endereço:	
		Bairro:	
		Cidade:	
Supervisor de Campo:		Período de:	Carga Horária:
Itens a Considerar		Avaliação do/a Estagiário	Avaliação do/a Supervisor/a de Campo
		Avaliação do Prof. Orientador/a do Estágio	
1. Nível de conhecimentos teóricos. Conhecimento demonstrado no desenvolvimento das atividades programadas			
2. Nível de conhecimento prático. Conhecimento demonstrado no desenvolvimento das atividades programadas			
3. Produtividade. Rapidez e facilidade em interpretar, colocar em prática ou entender a atividade programada.			
4. Organização. Uso de meios racionais, em função da organização e adequação da sistemática de trabalho.			
5. Iniciativa. Desenvolvimento das atividades de estágio dentro do nível de autonomia adequado e assumindo decisões de sua competência.			
6. Interesse. Demonstração de sensibilidade pelas questões pertinentes ao estágio e as atividades desenvolvidas			
7. Assiduidade e Comparecimento nos dias combinados e no horário determinado			
8. Disciplina. Atitude adequada no desenvolvimento das atividades na escola.			
9. Cooperação. Disposição para colaborar com os colegas para o alcance de um objetivo comum.			
10. Responsabilidade. Cumprimento das atividades e deveres decorrentes do estágio.			
Aproveitamento Geral			
* Desempenho: O – Ótimo B – Bom R – Regular I – Insuficiente			
Data: ____/____/____			
Assinatura do/a Estagiário/a			
Professor/a de Orientação de Estágio			
Supervisor de Campo			
Carimbo da Escola/Instituição Concedente de Estágio			

APÊNDICE 04 – REGULAMENTO PARA A ELABORAÇÃO DE TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

TÍTULO I CAPÍTULO I O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 1º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Licenciatura em Pedagogia da UEMG/Unidade Carangola, consiste na elaboração de trabalho acadêmico, dentro de padrões científico-metodológicos, sendo válidas pesquisas qualitativas e quantitativas, nos seus mais variados tipos e natureza entregue na forma de monografia ou artigo científico.

§ 1º A construção do TCC é uma atividade voltada à aquisição de novos conhecimentos ou ao aprofundamento de alguns dos temas abordados durante o curso de Licenciatura em Pedagogia.

Art. 2º O TCC será desenvolvido no último ano do curso abrangendo duas fases: adequações ao projeto e TCC final.

§ 1º O TCC pode ser em formato de monografia ou artigo científico;

§ 2º TCC pode ser desenvolvido individualmente ou em duplas;

§ 3º Um projeto de iniciação científica poderá ser utilizado como tema para a elaboração do TCC desde que seja autorizado pelo/a orientador/a do projeto. O relatório de bolsa não será aceito como TCC.

§ 4º No caso de troca de orientador/a o projeto poderá ser utilizado pelo/a estudante desde que seja apresentada a Coordenação de TCC uma carta de autorização.

Art. 3º O projeto deve ser entregue na quarta semana do primeiro mês letivo do semestre que antecede a defesa do TCC, com data previamente marcada pelo/a Coordenador/a do Curso, com a capa assinada pelo/a professor/a orientador/a do projeto.

Art. 4º A avaliação final do TCC será realizada pela Banca Examinadora sugerida pelo/a orientando/a em comum acordo com o/a orientador/a.

Art. 5º A Banca Examinadora será composta, obrigatoriamente, por três membros:

§1º Professor/a orientador/a do trabalho (da Unidade Carangola);

§2º Professor/a do corpo docente da Unidade Acadêmica de Carangola;

§3º Avaliador/a convidado/a (preferencialmente externo à UEMG/Carangola), que poderá ser um docente ou um profissional que pertença à área da pesquisa desenvolvida;

§4º Poderá participar como membro um/a professor/a coorientador/a (quando houver).

Art. 6º Será considerado aprovado o/a estudante que obtiver nota média final igual ou superior a 70%.

Parágrafo único – No caso de plágio, o/a estudante será reprovado/a, sem direito à correção e/ou modificação do TCC.

Art. 7º Não haverá, sob nenhuma hipótese, aproveitamento do artigo ou outra modalidade de TCC de estudante transferido de outra instituição de ensino superior (IES), como estabelecido no artigo 14, da Resolução COEPE/UEMG 32/2003.

CAPÍTULO II DA ORIENTAÇÃO DO TCC

Art. 7º A orientação do TCC é formalizada pela coordenação do curso e será realizada durante os dois últimos períodos. O Trabalho de Conclusão de Curso é obrigatório para todos/as os/as estudantes como requisito para conclusão do curso e obtenção da titulação.

Art. 8º As condições para orientação devem seguir os seguintes preceitos:

§1º O/a estudante irá desenvolver o TCC sob a orientação de um/a professor/a pertencente ao corpo docente do curso de Licenciatura em Pedagogia da UEMG/Carangola;

§2º Cada professor/a poderá orientar no máximo 3 (três) trabalhos simultaneamente no curso de Pedagogia.

§3º A substituição de orientador/a somente será permitida nos seguintes casos:

I – Impossibilidade de orientação (problemas de saúde, afastamento, entre outros);

II – Caso em que a coordenação decidirá sobre a devida substituição;

II – Em caso de acordo entre o/a orientador/a e o/a orientando/a.

SESSÃO I DAS RESPONSABILIDADES

Art. 9º O/a Professor/a Orientador/a é responsável por:

- I** Orientar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento do TCC em todas as suas fases, desde a elaboração do projeto até a entrega da versão final do artigo ou monografia corrigido;
- II** Respeitar o cronograma de TCC e os prazos estabelecidos pela Coordenação do Curso;
- III** Definir a banca examinadora e sugerir a data de defesa com 30 (trinta) dias de antecedência a data da defesa;
- IV** Comunicar à Coordenação de Curso qualquer alteração nas atividades previstas.
- V** Divulgar, durante as orientações, os Manuais e o Regulamento de TCC para os alunos;
- VI** Atender seus orientandos em horário previamente agendado;
- VII** Promover orientações das apresentações orais;
- VIII** Supervisionar a utilização das fontes de pesquisa;
- IX** Realizar a leitura final do TCC, antes da liberação do trabalho para os demais membros da banca examinadora;
- X** Assumir a presidência da banca avaliadora;
- XI** Sugerir a composição das bancas de TCC juntamente com o/a orientando/a, encaminhando à coordenação de curso, o nome de dois membros e de um suplente para as defesas;
- XII** Entregar a Ata de Defesa (Anexo II) referente à cada Trabalho de Conclusão de Curso, devidamente preenchida e assinada, à Coordenação do curso de pedagogia;
- XIII** Ao aceitar a proposta de orientação, o docente deverá assinar o Termo de Compromisso de Orientação de TCC (Anexo I);
- XIV** Tomar ciência deste Regulamento.

Art. 10 Os/as estudantes serão responsáveis por:

- I** Definir o tema de TCC junto com o/a professor/a orientador/a e em conformidade com o curso, podendo optar por uma pesquisa de campo ou experimental, ou ainda uma revisão bibliográfica;
- II** Sugerir, de acordo com a linha de pesquisa pretendida, três professores/as para orientação, com atuação em pesquisa ou ensino compatível com o tema proposto para o trabalho;
- III** Respeitar os prazos estabelecidos pelo/a professor/a orientador/a e Coordenação de Curso.
- IV** Desenvolver o TCC com base nas normas descritas neste Regulamento;
- V** Encaminhar o TCC com antecedência para a banca examinadora;
- VI** O trabalho entregue à banca examinadora não mais poderá sofrer alterações. Em caso de necessidade, as alterações no documento escrito serão autorizadas após apresentação oral.
- VII** Apresentar de forma oral e pública a defesa do TCC;
- VIII** Entregar uma cópia digital (formato PDF) do TCC final para a Biblioteca da Unidade após a defesa, em data única a ser estipulada pela Coordenação;
- IX** Comunicar ao Orientador/a e à Coordenação do TCC qualquer alteração nas atividades previstas.
- X** Cumprir com o dever de lealdade científica, apresentando o TCC dentro dos parâmetros normativos, inclusive no que diz respeito a norma culta e originalidade do trabalho;
- XI** Comparecer em dia, hora e local determinados para defesa do TCC;
- IX** Assinar a Declaração de Autoria Própria e Autorização de Publicação do artigo ou monografia entregue (Anexo III).

Art. 11 A Banca Examinadora, composta de acordo com o art. 5º deste Regulamento, é responsável por:

- I** Avaliar a parte escrita do TCC final e a defesa oral de acordo com os critérios adotados neste Regulamento;
- III** Incluir na Ata de Defesa do TCC (Anexo II), quando necessário, recomendações para reformulação do texto do TCC.

CAPÍTULO III DA APRESENTAÇÃO ORAL E DEFESA PÚBLICA DO TCC

Art. 12 O/a estudante será avaliado pela Banca Examinadora em dois momentos distintos: uma avaliação da apresentação oral e a avaliação do trabalho escrito:

§1º No trabalho escrito, os membros da Banca avaliarão considerando a organização sequencial, a argumentação, a pertinência do tema, a relevância, a contribuição do estudo, a correção gramatical, a clareza, a apresentação estética e a adequação aos aspectos formais e às normas estabelecidas neste Manual;

§2º Na apresentação oral, os membros avaliarão considerando o domínio do conteúdo, a organização da apresentação, as habilidades de comunicação e expressão, a capacidade de argumentação, o uso dos recursos audiovisuais e a apresentação estética do trabalho.

Art. 13 Recomenda-se que a defesa do TCC siga a seguinte distribuição de tempo:

§1º 15-20 (quinze a vinte) minutos para a apresentação oral pelo(a) acadêmico(a);

§2º 5-10 (cinco a dez) minutos de arguição para cada membro da banca examinadora, podendo abranger aspectos de sua exposição, da parte escrita e sobre assuntos gerais pertinentes ao tema e ao desenvolvimento da pesquisa;

§3º 10 (dez) minutos para respostas as arguições feitas pela banca examinadora.

Art. 14 Será considerado aprovado o/a estudante que obtiver nota média final igual ou superior a 70%.

Art. 15 A aprovação do(a) estudante na apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso só será confirmada após a entrega da versão final do TCC (uma cópia em versão digital) à Biblioteca da Unidade.

§1º A sessão de defesa será pública, estando aberta à comunidade acadêmica e à sociedade civil e científica, com comprovação de participação feita através de Ata de Presença (Anexo VI), porém, será vedada a manifestação dos ouvintes.

§2º A identificação de qualquer tipo de plágio de acordo com Lei 9610/1998, má conduta científica ou a não adoção das modalidades de trabalho e normas instituídas pela UEMG resulta em reprovação do trabalho com nota 0 (zero), sem direito a apresentação do trabalho.

SESSÃO I DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 17 Para a certificação do TCC faz-se necessários os seguintes documentos:

§1º Termo de Compromisso de Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso: o/a estudante deverá entregar ao coordenador/a de curso, na quarta semana do primeiro mês letivo do semestre que antecede a defesa do TCC, juntamente com o projeto, um formulário preenchido e assinado contendo o aceite do(a) orientador(a) (Anexo I).

I Em caso de mudança de orientador/a uma nova carta deve ser entregue assim que ocorrer a troca.

§2º Declaração de Autoria Própria e Autorização de Publicação: o/a estudante entregará, à Coordenação do curso, uma cópia da versão final do TCC contendo a Declaração de Autoria Própria e Autorização de Publicação (Anexo III).

§3º Convite para Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso: o orientador deverá divulgar a defesa pública do TCC em data anterior à da respectiva apresentação (Anexo V).

§4º Ata de Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso: o/a orientador/a deverá entregar à coordenação do curso a Ata de Avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso em três vias assinadas pela banca examinadora após o término da avaliação (Anexo II).

§5º Ata de Presença em Banca de Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso: no dia da apresentação e defesa do TCC o/a orientador/a deverá levar a Ata de presença em banca de defesa (Anexo IV) para que os convidados possam assinar e comprovar o comparecimento.

§6º Folha de Aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso: Deve ser assinada pelos membros componentes da banca examinadora e registrada a data de aprovação após a aprovação do trabalho (Anexo VI).

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 18 Os casos omissos neste Regulamento devem ser resolvidos pelo/a Coordenador/a do Curso de Pedagogia, ouvido o Colegiado do Curso e as demais partes envolvidas.

ANEXO I – TERMO DE COMPROMISSO DE ORIENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A fim de dar cumprimento a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, componente obrigatório para a integralização do currículo do curso de Pedagogia, o/a Professor/a Orientador/a _____ leva ao conhecimento do/a Coordenador/a do Curso de Licenciatura em Pedagogia, o compromisso de assumir a responsabilidade de conduzir a orientação do Trabalho de Conclusão de curso do/a estudante _____ que, por sua vez, encontra-se ciente do cumprimento das obrigações frente esta orientação, comprometendo cumprir as tarefas, respeitar pontualmente os prazos, orientações e demais obrigações necessárias à conclusão Trabalho de Conclusão de Curso cujo tema versa sobre _____ a ser concluído no mês _____ do ano _____. Ciente das obrigações, com compromisso de respeitar as normas do Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso, constante no PPC do curso e nas resoluções do Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UEMG/Unidade Carangola, abaixo assinam.

Orientador/a:

Estudante:

Carangola, ____/____/____.

ANEXO II – ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos ____ dias do mês de _____ de _____, na Universidade do Estado de Minas Gerais - Unidade Carangola, realizou-se a sessão pública de defesa de Trabalho de Conclusão de Curso do aluno _____, do Curso de _____, sob orientação do Prof. _____, intitulado _____.

Os trabalhos iniciaram-se às _____ horas e finalizaram-se às _____ horas. Cumpridos os requisitos legais que integram o regulamento de apresentação do TCC da UEMG – Unidade Carangola, a banca registrou o seguinte resultado de conclusão:

() Aprovado – Nota final: _____

() Reprovado – Nota final: _____

Pelos Professores/Membros da banca foram atribuídas as seguintes notas e observações:

Prof.(a) – Presidente:

Nota: _____

Observações: _____

Assinatura: _____

Prof.(a) – Membro:

Nota: _____

Observações: _____

Assinatura: _____

Prof.(a) – Membro:

Nota: _____

Observações: _____

Assinatura: _____

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **NOME DO AUTOR**, acadêmico do Curso de Graduação em **NOME DO CURSO**, da Universidade do Estado de Minas Gerais, regularmente matriculado sob o número XXXXXXXX, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **TÍTULO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**, desenvolvido durante o período de DATA DO INÍCIO DO TCC a DATA DO FINAL DO TCC sob a orientação de NOME DO ORIENTADOR, ora entregue à UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS (UEMG) como requisito parcial a obtenção do grau de LICENCIADO EM PEDAGOGIA, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Por ser verdade, firmo a presente.

Carangola, ____ de _____ de ____.

NOME DO AUTOR DO TRABALHO

Sobre a publicação do trabalho no acervo bibliográfico da UEMG:

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade do Estado de Minas Gerais a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de LICENCIATURA EM PEDAGOGIA ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

- () Autorizo a publicação imediata deste trabalho nas plataformas de acervo bibliográfico da UEMG
- () Solicito aguardar o período de 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, para publicar este trabalho nas plataformas de acervo bibliográfico da UEMG
- () Solicito aguardar o período de 1 ano, a partir da data da entrega deste TCC, para publicar este trabalho nas plataformas de acervo bibliográfico da UEMG

OU AINDA

- () Não autorizo a publicação deste trabalho nas plataformas de acervo bibliográfico da UEMG

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido depois das referências bibliográficas da versão final do TCC a ser entregue na Coordenação de Curso.

ANEXO V – CONVITE PARA DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Curso de _____ da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Carangola convida o público em geral para a **defesa pública de TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO** do estudante

_____.

Título do Trabalho: _____

Data: _____

Horário: _____

Local: _____

Componentes da Banca Examinadora

- Prof. Dr. _____ – Presidente/UEMG-Carangola
- Prof. Dr. _____ – Membro convidado/Instituição
- Prof. Dr. _____ – Membro convidado/Instituição

ANEXO VI – FOLHA DE APROVAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**ALUNO****Título do trabalho**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a
Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG /
Unidade Carangola como parte das exigências para
a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Aprovado em: _____

BANCA EXAMINADORA

NOME DO PROFESSOR
Professor Orientador
UEMG - Unidade Carangola

NOME DO PROFESSOR
Membro convidado
UEMG – Unidade Carangola ou INSTITUIÇÃO DE ORIGEM

NOME DO PROFESSOR
Membro convidado
UEMG – Unidade Carangola ou INSTITUIÇÃO DE ORIGEM

APÊNDICE 05 – REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS DE EXTENSÃO

Art. 1º O presente regulamento tem por finalidade normatizar as **Atividades Acadêmicas de Extensão** como componente curricular do Curso de Pedagogia da Unidade Acadêmica de Carangola.

Art. 2º As **Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE)** caracterizam-se como práticas que se integram “à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa”, de acordo com o Art. 3º da Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Conforme apresentado no Art. 3º da Resolução CEE nº 490, de 26 de abril de 2022, constituem-se Diretrizes da Extensão Universitária a Interação Dialógica, a Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, o Impacto na Formação do Estudante e o Impacto e Transformações Sociais.

Parágrafo único – As **Atividades de Extensão** devem compor, no mínimo, dez por cento (10%) do total da carga horária curricular dos cursos de graduação e fazer parte da matriz. No Curso de Pedagogia esta carga horária equivale a trezentos e sessenta (330) horas, que serão distribuídas de forma articulada nas seguintes disciplinas:

Quadro 1 – Carga horária de atividades extensionistas por disciplina

PERÍODO	DISCIPLINA COM ATIVIDADE EXTENSIONISTA	CARGA HORÁRIA EXTENSIONISTA	CRÉDITOS
3º	Práticas Educativas de Alfabetização	30h	2
4º	Ensino de História I	30h	2
5º	Práticas Educativas de Educação Infantil na pré-escola	30h	2
5º	Ensino de Geografia I	30h	2
6º	Ensino de Matemática I	30h	2
6º	Educação Especial: ações inclusivas	30h	2
6º	Didática para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	30h	2
7º	Ensino de Ciências II	30h	2
7º	Corpo, Movimento e Ludicidade	30h	2
8º	Arte e Expressão Cultural	30h	2
8º	Literatura Infantil	30h	2
	TOTAL	330 horas	22 créditos

Art. 3º As **Atividades de Extensão** são obrigatórias, contribuem no processo avaliativo do estudante e devem ser cumpridas por meio de atividades desenvolvidas nas escolas básicas ou com a participação da comunidade escolar.

Art. 4º Todas as **Atividades de Extensão** realizadas pelo estudante devem ser comprovadas através de relatórios. Na sua elaboração, o estudante deve descrever de forma clara e objetiva as atividades desenvolvidas, assim como o conteúdo técnico e o conhecimento adquirido.

DA CATEGORIZAÇÃO

Art. 5º Para que as ações sejam consideradas como prática de extensão curricular, os estudantes devem participar **ativamente** do processo de elaboração e execução das atividades voltadas para a sociedade.

As atividades de extensão deverão ser registradas no sistema Siga / Extensão.

Art. 6º A organização, supervisão, acompanhamento e a convalidação das **Atividades de Extensão** serão exercidos pelos docentes orientadores de AAE, responsáveis pelas disciplinas às quais atividades dessa natureza estão associadas.

Art. 7º Os docentes responsáveis pelas AAEs deverão acompanhar as atividades de extensão propostas nos períodos letivos, bem como validar as atividades desenvolvidas pelo estudante de forma autônoma. O formulário de acompanhamento deverá ser definido pelo Colegiado de Curso.

Art. 8º A Coordenação e o Colegiado do Curso poderá agendar reuniões com os professores supervisores de AAEs para planejamento, consultas, deliberações, registros e demais pautas pertinentes às AAEs.

DA AVALIAÇÃO

Art. 9º A creditação da carga horária extensionista das disciplinas para os/as alunos/as está vinculada à aprovação na disciplina e a avaliação do docente responsável.

Paragrafo Único: A dispensa da disciplina não garante integralização dos créditos de atividade de extensão curricular para a formação. Em caso de solicitação de dispensa o estudante deverá apresentar declarações e/ou certificados e relatório detalhado de atividades que configurem atividade de extensão e, portanto, complemente a carga horária extensionista. Nesse caso, o colegiado do curso irá avaliar a solicitação de dispensa ou não da disciplina e aceitação de documentação apresentada.

Art. 10 Para fins de aprovação da atividades desenvolvidas, os estudantes deverão entregar um Relatório Individual com a descrição detalhada das atividades.

Art. 11 A avaliação do desenvolvimento das **Atividades de Extensão**, realizada pelos orientadores das AAE, deve constar da análise de relatórios, da apresentação dos comprovantes de participação e o resultado será sempre APTO/INAPTO.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12 Todas as questões referentes às atividades extensionistas, não citadas nesse documento, serão analisadas pelo Colegiado do Curso.

APÊNDICE 06 - REGULAMENTO DA BRINQUEDOTECA DO CURSO DE PEDAGOGIA – UEMG UNIDADE ACADÊMICA DE CARANGOLA

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente regulamento tem por finalidade normatizar as atividades da Brinquedoteca do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – Unidade Carangola.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 2º A Brinquedoteca do Curso de Pedagogia, que se configura como um Laboratório de Práticas Pedagógicas, tem como objetivo geral proporcionar aos (as) discentes e docentes do curso de Pedagogia, e demais cursos da Instituição que possam se interessar, o desenvolvimento de estudos e projetos de práticas interdisciplinares, construção, elaboração e reflexão referentes aos conteúdos curriculares.

Art. 3º São objetivos específicos da Brinquedoteca:

- a) Propiciar um espaço para que discentes e docentes do curso de Pedagogia e outros cursos de Licenciatura da Unidade Carangola possam realizar práticas interdisciplinares e dedicar-se à exploração do brinquedo e da brincadeira.
- b) Possibilitar aos (as) discentes práticas que possibilitem oferecer às crianças momentos de brincadeira, realizando atividades lúdicas, desenvolvendo a expressão artística, transformando e descobrindo novos significados a partir do simbólico. Dessa forma, oportunizar a interação e a troca entre adultos e crianças.
- c) Contribuir para a conceituação de jogo, brinquedo e brincadeira e sua importância na educação.
- d) Formar profissionais que compreendam a importância do lúdico para o desenvolvimento integral da criança.
- e) Desenvolver estudos e pesquisas que apontem a relevância dos jogos, brinquedos e brincadeiras para a educação.
- f) Confeccionar, testar, avaliar brinquedos e brincadeiras, por meio da utilização de vários recursos e materiais.
- g) Oferecer informações, organizar cursos e divulgar experiências.
- h) Estimular ações lúdicas entre os (as) docentes e os alunos (as) do curso de Pedagogia no que tange à construção do conhecimento em matemática, alfabetização, o diálogo entre o mundo da natureza e a cultura, o movimento, a arte e a literatura, entre outros.
- i) Promover cursos para a sensibilização sobre o valor do brinquedo no desenvolvimento infantil, para organização de brinquedos, preparação de profissionais e para orientação educacional ao público interessado.

Parágrafo Único: A Brinquedoteca poderá ser utilizada também:

- a) Para a observação e participação em projetos de ensino, extensão e investigação científica, podendo ser desenvolvido com a comunidade externa.
- b) Participação e observação, juntamente com professores de diversos componentes curriculares, do comportamento das crianças enquanto brincam.
- c) Uso do espaço como laboratório para o desenvolvimento de projetos de ensino, extensão e

- iniciação científica;
- d) Consulta de materiais para preparação de aulas com apoio pedagógico.

CAPÍTULO III DO FUNCIONAMENTO

Art. 4º A Brinquedoteca é um espaço de apoio pedagógico do curso de Pedagogia e demais cursos da Instituição. Deverá ser um espaço aberto aos(as) acadêmicos (as), sob a coordenação dos (as) docentes, a partir de um agendamento prévio. Destina-se ao desenvolvimento de atividades práticas, pesquisas, projetos e demais ações que envolvem várias áreas do conhecimento diretamente relacionadas à Pedagogia, como também de outros cursos de Licenciaturas, a partir de uma interlocução multi e interdisciplinar.

Art. 5º Os recursos de que dispõe a Brinquedoteca poderão ser utilizados para a realização de oficinas, minicursos, eventos, mediante apresentação de projeto que deverá ser aprovado pela Coordenação do Curso correspondente e pela Coordenação de Extensão e Pesquisa.

Art. 6º Os (as) docentes devem definir, encaminhar, orientar e acompanhar as atividades práticas, cuja utilização será permitida mediante reserva antecipada.

Art. 7º Todas as atividades desenvolvidas no espaço da Brinquedoteca deverão ter a supervisão de um (a) docente. Este deverá comunicar irregularidades à Coordenação do Curso; manter as estantes dos jogos e brinquedos organizadas; responsabilizar-se pelo zelo e integridade dos materiais durante a realização das atividades.

CAPÍTULO IV DO ATENDIMENTO

Art. 8º A Brinquedoteca é um laboratório de experiências para educadores(as) e educandos (as).

§ 1º – A Brinquedoteca poderá realizar atendimento às crianças que participarem de projetos registrados pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão da Instituição ou órgão equivalente.

§ 2º – As crianças atendidas na Brinquedoteca serão cadastradas para fins de registro e possível participação em projetos realizados, posteriormente, pelos cursos, desde que o uso de imagem seja autorizado pelos pais ou responsáveis.

CAPÍTULO V DO HORÁRIO DE ATENDIMENTO

Art. 9º – O horário de atendimento da Brinquedoteca será de acordo com as atividades, conforme agendamento.

CAPÍTULO VI DAS RESPONSABILIDADES

Art. 10 A brinquedoteca contará com um(a) docente responsável por coordenar as atividades desenvolvidas no espaço. Deverá atuar no curso de Licenciatura em Pedagogia e sua função se equipará à de um Coordenador de Laboratório.

com um (a) coordenador (a) do curso de Licenciatura em Pedagogia

Paragrafo único: Os docentes que desenvolverem as atividades no espaço da brinquedoteca, assim como o coordenador deverão:

- a) Zelar pelo espaço, pelos materiais, pelos jogos e brinquedos;
- b) Cuidar do ambiente de forma criativa e construtiva;
- c) Organizar os jogos e brinquedos, conforme os cantos temáticos;
- d) Zelar pela limpeza e assepsia dos jogos e brinquedos;
- e) Comunicar irregularidades à Coordenação do Curso de Pedagogia.
- f) Zelar pelo patrimônio da Brinquedoteca;
- g) Catalogar os materiais existentes na Brinquedoteca;
- h) Documentar, por meio de relatórios, as atividades desenvolvidas no espaço;

CAPÍTULO VII DAS REGRAS DA BRINQUEDOTECA

Art. 11 Para o bom andamento das atividades na Brinquedoteca é necessário o cumprimento de algumas regras, a saber:

- a) Manter os jogos e brinquedos organizados;
- b) Conservar os jogos e brinquedos;
- c) Cuidar do ambiente de forma a entregá-lo limpo e organizado, ao final das atividades.

§ 1º- As atividades deverão ser agendadas, constando: planejamento da atividade a ser desenvolvida, número de discentes participantes; objetivo do trabalho; conteúdos a serem desenvolvidos; metodologia da atividade; assinatura dos (as) discentes e do (a) docente responsável, com ciência da Coordenação do Curso de Pedagogia.

§ 2º - Não serão feitos empréstimos do material da Brinquedoteca aos grupos participantes, alunos de Pedagogia e outros.

Art. 12 Defeitos nos brinquedos ou prejuízos em suas estruturas devem ser comunicados ao (a) docente que *estará como responsável da atividade e à Coordenação do Curso de Pedagogia*.

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 13 As alterações deste Regulamento serão realizadas pela Coordenação do Curso de Pedagogia à medida que se fizer necessário.

Art. 14 Os casos omissos neste Regulamento devem ser resolvidos pela Coordenação de Pedagogia, ouvido o Colegiado do Curso quando couber, em concordância com o que dispõe o Regimento Institucional.

Art. 15 Este regulamento entrará em vigor a partir da data de aprovação pelo Colegiado do Curso de Pedagogia.

ANEXOS

ANEXO 01 – REGULAMENTO INTERNO PARA USO DO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

Carangola-MG, julho de 2025.

Este documento regulamenta a utilização do Laboratórios de Informática da UEMG Carangola, de modo a sustentar o seu bom uso e funcionamento no âmbito acadêmico.

O Laboratório de Informática tem por finalidade atender às atividades relacionadas ao uso dos computadores para todos os cursos da UEMG Carangola, em especial para as aulas práticas específicas do curso de Sistemas de Informação. Todas as atividades desenvolvidas no Laboratório de Informática visam o desenvolvimento do conhecimento acadêmico, do ensino, pesquisa e extensão.

O objetivo do disposto neste regulamento é apoiar o gerenciamento adequado dos equipamentos e serviços do Laboratório de Informática, com base de que o acesso a estes recursos é um direito de toda comunidade acadêmica, mas que também que gera deveres quanto à sua correta utilização.

Sobre os recursos do Laboratório de Informática da Unidade, estão disponíveis 31 (trinta) computadores do tipo desktop, equipados com processadores Intel Core® i3, de 10ª geração (i3-10100T); 16 (dezesesseis) Gigabytes de memória RAM, do tipo DDR4-2666Mhz; unidade de armazenamento interno do tipo SSD M.2 NVMe x4, com 240 Gigabytes de capacidade; e monitores Lenovo ThinkVision de 23.8 polegadas. Todos os computadores possuem sistema operacional Windows 10 e estão conectados em rede cabeada, com acesso à internet. Um computador é equipado com teclado acessível. O laboratório conta também com datashow, quadro branco, quadro de avisos, tela para projeção e 1 aparelho de ar-condicionado.

O uso do Laboratório de Informática para aulas ou outras atividades acadêmicas será em dias letivos, de segunda à sexta, nos turnos da manhã, tarde ou noite, conforme calendário acadêmico da UEMG e mediante agendamento prévio de sua utilização. No turno da noite, o uso do laboratório será destinado preferencialmente para o desenvolvimento de aulas práticas de disciplinas curriculares que requeiram uso dos computadores.

Os agendamentos serão feitos no setor de Protocolo da Unidade, que mantém um sistema unificado para o registro de disponibilidades quanto à utilização não só do Laboratório de Informática, mas também para os demais laboratórios da Unidade. Todo agendamento deve ser feito com antecedência.

Durante a semana letiva, alguns dias e horários são previamente alocados especificamente para disciplinas práticas exigidas pela formação em Sistemas de Informação. Havendo a necessidade de utilização destes horários específicos por outros cursos, uma solicitação pode ser feita através do envio de mensagem para o e-mail labinfo.carangola@uemg.br. Solicita-se aos docentes que essa solicitação seja feita com antecedência, visto que há planejamentos de aulas a serem cumpridos para as disciplinas práticas mencionadas.

As atividades desempenhadas no Laboratório de Informática deverão ser restritas ao ambiente acadêmico, orientadas às disciplinas dos respectivos cursos. Durante as aulas, o docente tem o direito de não permitir a presença de alunos estranhos à sua disciplina, visando ao bom andamento dos trabalhos.

Conforme necessidade, o laboratório poderá ser utilizado para dar suporte a projetos de pesquisa e extensão, mediante agendamento prévio e ciência da coordenação do laboratório, desde que não prejudique as atividades de ensino previstas.

Para atividades de monitoria, os horários também devem ser agendados conforme cronograma proposto pelo docente responsável, em consonância com a disponibilidade do laboratório. Durante a monitoria, os estudantes monitores deverão atender e orientar aos estudantes tutorados sobre o uso

correto dos equipamentos disponíveis.

Não será permitido acesso de pessoas alheias à Universidade, salvo autorização expressa da coordenação do laboratório, da chefia do Departamento de Ciências Exatas ou da Direção da Unidade.

Durante as aulas, é de responsabilidade dos docentes das disciplinas realizadas no laboratório orientar os trabalhos e zelar pela ordem e utilização dos equipamentos. Ao término de suas aulas, os docentes devem sempre solicitar aos discentes presentes que recolorem as cadeiras em seus devidos lugares, desliguem os equipamentos corretamente, retornando teclados, mouses e monitores às suas posições de origem e que mantenham o ambiente limpo.

Para a preservação do meio ambiente escolar / acadêmico, necessário às atividades do Laboratório, também é importante observar as seguintes orientações:

- I. Preservar a ordem e limpeza do ambiente, em todos os aspectos;
- II. não escrever diretamente nos móveis do laboratório;
- III. conservar mãos limpas para o manuseio de teclados e mouses; evitar toques nos monitores com as mãos ou com qualquer outro objeto (canetas, lápis, etc);
- IV. é terminantemente proibido o consumo de alimentos dentro do laboratório;
- V. Recipientes com líquidos podem ser mantidos, desde que possuam tampa para fechamento e não sejam acomodados nas mesas dos computadores. Copos, canecas e outros recipientes que não possam ser fechados são proibidos no laboratório;
- VI. nenhum cabo pode ser desconectado dos equipamentos, em nenhuma hipótese;
- VII. a posição de projeção do datashow não deve ser alterada, em nenhuma hipótese;
- VIII. por questões de segurança quanto a sistemas e redes, não é permitido o uso de pendrives ou outros dispositivos de armazenamento externo, através das conexões USB;
- IX. não é permitido utilizar os computadores com o intuito de alterá-los, mudá-los de posição, retirar ou conectá-los a qualquer outro equipamento;
- X. fica expressamente proibida a instalação ou remoção de softwares e o acesso a conteúdos online que possam ser considerados ilegais ou ofensivos à moral pessoal ou coletiva.

Ao fazer uso dos computadores, os discentes devem sempre verificar se os equipamentos apresentam as condições necessárias para uso e, se necessário, reportar qualquer problema ao docente responsável no momento, caso constate alguma irregularidade, que deve ser registrada através do envio de mensagem para o e-mail labinfo.carangola@uemg.br.

Nenhuma alteração nas configurações de softwares de uso comum deve ser feita sem prévia autorização. Como o laboratório é de uso amplo, para muitos discentes de diferentes cursos, todos devem zelar pelos arquivos armazenados pelos seus pares nos computadores.

A instalação de softwares nos computadores será feita mediante análise de viabilidades quanto ao seu licenciamento e compatibilidade de uso para o laboratório. Todas as solicitações podem ser feitas através do formulário online, disponível em <https://forms.office.com/r/khsb27rbuG>.

Preferencialmente, serão utilizados softwares livres, de licença GPL/GNU, ou outras licenças Open Source reconhecidas. Para softwares proprietários sempre haverá avaliação quanto à viabilidade de aquisição das licenças de uso, seguindo os trâmites legais exigidos. Para se estabelecer um processo dinâmico de melhoria contínua do Laboratório de Informática como espaço de desenvolvimento acadêmico, será solicitada aos docentes o envio de um feedback, através de formulário online, com apontamentos sobre a utilização e resultados do Laboratório de Informática para com suas aulas.

Qualquer dúvida ou esclarecimento que se faça necessário quanto ao uso do Laboratório de Informática pode ser enviado para o e-mail labinfo.carangola@uemg.br. Casos omissos que porventura não constem deste documento deverão ser tratados pela coordenação do laboratório, juntamente com a Direção da Unidade.

ANEXO 02 – REGULAMENTO INTERNO PARA USO DO LABORATÓRIO DE PRÁTICAS

Carangola-MG, abril de 2025.

Este documento regulamenta a utilização do Laboratórios de Práticas da UEMG Carangola, de modo a sustentar o seu bom uso e funcionamento no âmbito acadêmico.

O Laboratório de Práticas tem por finalidade atender às atividades práticas de todos os cursos de licenciatura da UEMG Carangola e, em especial, as atividades do Projeto 9193 FAPEMIG APQ 04797-24. Todas as atividades desenvolvidas no Laboratório de Práticas visam o desenvolvimento do conhecimento acadêmico, do ensino, pesquisa e extensão.

O objetivo do disposto neste regulamento é apoiar o gerenciamento adequado do espaço, dos equipamentos e serviços do Laboratório de Práticas, com base em que o acesso a ele é um direito de toda comunidade acadêmica, mas que também gera deveres quanto à sua correta utilização.

Estão disponíveis para utilização dos cursos o espaço com o mobiliário. O Laboratório conta também com quadro de avisos e aparelho de ar-condicionado. Os demais equipamentos tecnológicos digitais são do Projeto 9193 FAPEMIG APQ 04797-24, e o seu uso é restrito ao mesmo e de responsabilidade do coordenador da pesquisa.

O uso do Laboratório de Práticas para aulas ou outras atividades acadêmicas será em dias letivos, de segunda à sexta, nos turnos da manhã, tarde ou noite, conforme calendário acadêmico da UEMG e mediante agendamento prévio de sua utilização. No turno da tarde e da noite, o uso do laboratório será destinado, preferencialmente, para o desenvolvimento das atividades que requeiram uso dos equipamentos tecnológicos digitais.

Os agendamentos serão feitos pela Secretaria dos Laboratórios (@SECLAB_Carangola), informando dia, horário da utilização e quaisquer recursos que sejam necessários para a atividade planejada. Todo agendamento deve ser feito com antecedência.

Durante a semana letiva, alguns dias e horários são previamente alocados especificamente para o Projeto 9193 FAPEMIG APQ 04797-24. Havendo a necessidade de utilização destes horários específicos pelos cursos de licenciatura ou por outros cursos, uma solicitação pode ser feita através do envio de mensagem para o e-mail seclab.carangola@uemg.br. Solicita-se aos docentes que essa solicitação seja feita com antecedência, visto que há planejamentos de atividades a serem cumpridos no projeto mencionado.

As atividades desempenhadas no Laboratório de Práticas deverão ser restritas ao ambiente acadêmico. Durante as aulas, o docente tem o direito de não permitir a presença de alunos estranhos à sua disciplina, visando ao bom andamento dos trabalhos.

Conforme necessidade, o laboratório poderá ser utilizado para dar suporte a projetos de pesquisa e extensão, mediante agendamento prévio e ciência da coordenação do laboratório, desde que não prejudique as atividades previstas.

Não será permitido o acesso de pessoas alheias à Universidade, salvo autorização expressa da coordenação do laboratório ou da Direção da Unidade.

Durante as aulas e atividades, é de responsabilidade dos docentes das disciplinas realizadas no laboratório orientar os trabalhos e zelar pela ordem e utilização dos equipamentos. Ao término de suas aulas, os docentes devem sempre solicitar aos discentes presentes que coloquem as cadeiras em seus devidos lugares, desliguem os equipamentos corretamente, retornando-os às suas posições de origem e que mantenham o ambiente limpo.

Para a preservação do ambiente acadêmico, necessário às atividades do Laboratório, também é importante observar as seguintes orientações:

- I. Preservar a ordem e limpeza do ambiente, em todos os aspectos;
- II. Não escrever diretamente nos móveis do laboratório;
- III. Conservar mãos limpas para o manuseio de teclados e mouses; evitar toques nos monitores com as mãos ou com qualquer outro objeto (canetas, lápis, etc);

- IV. É TERMINANTEMENTE proibido o consumo de alimentos dentro do laboratório, independente da sua natureza. Mesmo doces, balas, chicletes e similares não podem ser consumidos no local;
- V. Recipientes com líquidos podem ser mantidos, desde que possuam tampa para fechamento e não sejam acomodados nas mesas dos equipamentos digitais. Copos, canecas e outros recipientes que não possam ser fechados são proibidos no Laboratório;
- VI. Nenhum cabo pode ser desconectado dos equipamentos, em nenhuma hipótese;
- VII. A posição de projeção de equipamentos não deve ser alterada, em nenhuma hipótese;
- VIII. Por questões de segurança quanto a sistemas e redes, não é permitido o uso de pen-drives ou outros dispositivos de armazenamento externo, através das conexões USB;
- IX. Não é permitido utilizar os notebooks ou tablets com o intuito de alterá-los ou conectá-los a qualquer outro equipamento;
- X. Fica expressamente proibida a instalação ou remoção de softwares e o acesso a conteúdos online que possam ser considerados ilegais ou ofensivos à moral pessoal ou coletiva.
- XI - É proibida a retirada de qualquer tipo de material do laboratório sem prévia autorização.
- XII - O uso de dispositivos pessoais (notebooks, tablets, celulares) deve seguir as diretrizes do laboratório e não pode comprometer a infraestrutura do espaço.
- XIII - O acesso à internet deve ser utilizado exclusivamente para fins acadêmicos e de pesquisa.
- XIV - As sobras dos materiais utilizados devem ser recolhidas pelo professor ao término das atividades, assim como os trabalhos produzidos pelo docente em conjunto com os discentes.

Ao fazer uso do Laboratório, os discentes devem sempre verificar se os equipamentos que irá utilizar apresentam as condições necessárias para uso e, se necessário, reportar qualquer problema ao docente responsável, no momento, caso constate alguma irregularidade, que deve ser registrada através do envio de mensagem para o e-mail **seclab.carangola@uemg.br**.

Nenhuma alteração nas configurações de softwares de uso comum deve ser feita sem prévia autorização. Como o laboratório é de uso amplo, para muitos discentes de diferentes cursos, todos devem zelar pela preservação do ambiente.

A instalação de softwares nos computadores será feita mediante análise de viabilidades quanto ao seu licenciamento e compatibilidade de uso para o laboratório.

Preferencialmente, serão utilizados softwares livres, de licença GPL/GNU, ou outras licenças Open Source reconhecidas. Para softwares proprietários sempre haverá avaliação quanto à viabilidade de aquisição das licenças de uso, seguindo os trâmites legais exigidos.

Para se estabelecer um processo dinâmico de melhoria contínua do Laboratório de Práticas como espaço de desenvolvimento acadêmico, será solicitada aos docentes o envio de um feedback, através de formulário online, com apontamentos sobre a utilização e resultados do Laboratório de Práticas em suas aulas.

Qualquer dúvida ou esclarecimento que se faça necessário quanto ao uso do Laboratório de Práticas pode ser enviado para o **seclab.carangola@uemg.br**.

Casos omissos que porventura não constem neste documento deverão ser tratados pela coordenação do laboratório, juntamente com a Direção da Unidade.